



Gastronomia
À descoberta da
cozinha africana, essa
ilustre desconhecida

Fugas



Demência
No luto em vida, esta
equipa preenche
o vazio do afecto

Local, 22 a 25



Tecnologia
O dia em que o
maior “apagão”
da história deixou
aeroportos
e empresas
às escuras

Economia, 32/33

Fim das ARS deixa mil funcionários a viver há meses num limbo

Inúmeros trabalhadores das administrações regionais de saúde sem funções atribuídas são obrigados a picar o ponto todos os dias. Ministério da Saúde garante resolução do problema para breve **Sociedade, 16**

Orçamento do Estado
Governo segura
PS e Chega até
Setembro e avisa
para contenção

Destaque, 4/5 e Editorial

Nações Unidas
Tribunal declara
ilegal ocupação
dos territórios
palestinianos

Mundo, 26/27

Casa da Música
Presidente
nomeia sucessor
à revelia do que
dizem estatutos

Cultura, 40/41

Velhice ou demência?
O que a ciência
nos diz sobre o
comportamento
de Joe Biden

Ciência, 38/39

Polícia Judiciária
Director da PJ
está a trabalhar
há um mês em
gestão corrente

Sociedade, 17

SEMANA SIM



Ursula von der Leyen
A presidente da Comissão Europeia

conseguiu ser reeleita com uma maioria mais alargada do que há cinco anos, apesar da grande fragmentação partidária saída das eleições de Junho.



Donald Trump
O ex-Presidente norte-americano sobreviveu a uma tentativa de

assassínio e ganhou um novo impulso na corrida à Casa Branca, enquanto o seu adversário Joe Biden reflecte sobre uma eventual desistência.



Luís Montenegro
O primeiro-ministro

mostrou-se confiante no debate do estado da nação que marcou os seus primeiros três meses de governação. Falta agora o teste do Orçamento do Estado.



Luis de la Fuente
A Espanha ganhou, frente à Inglaterra, o seu quarto

campeonato de futebol da Europa e o treinador, Luis de la Fuente, que está à frente da selecção desde 2013, já mostrou vontade em renovar o contrato.



Carlos Alcaraz
O jovem tenista espanhol venceu Novak Djokovic em

Wimbledon, conseguindo assim o bicampeonato consecutivo. Aos 21 anos, já conquistou quatro títulos em Grand Slams.

SEMANA NÃO



Ana Paula Martins
Semana após semana, as polémicas na

Saúde renovam-se. O número de urgências fechadas aumentou nos últimos meses e a tensão com o INEM agudizou-se.

Por Helena Pereira

INQUÉRITO PÚBLICO



NUNO FERREIRA SANTOS

“Espero que Portugal não entre em contraciclo com a Europa na habitação”

Susete Francisco

Marina Gonçalves Espera que o futuro “comissário europeu seja uma voz que una esforços” para uma resposta conjunta da UE

Actual deputada do PS, a ex-ministra da Habitação Marina Gonçalves saúda a decisão de Ursula von der Leyen de avançar para a criação do cargo de comissário europeu para a Habitação e a definição de um Plano Europeu para o Arrendamento Acessível. “É na União Europeia (UE) que ganharemos escala para responder a um problema transversal desta magnitude”, sustenta.

Von der Leyen anunciou a criação do cargo de comissário europeu para a Habitação. Que implicações práticas poderá ter esta decisão?

Nas últimas décadas houve a crença generalizada de que o mercado geraria as respostas necessárias, o que, a par da ausência de investimento público em habitação acessível, agravou o

acesso das famílias à habitação. Com o cariz económico e mercantil da habitação a sobrepor-se à função social, em simultâneo com períodos difíceis, como a pandemia ou a crise inflacionária, tornou-se urgente a necessidade de uma estratégia europeia comum.

É na UE que ganharemos escala para responder a um problema transversal desta magnitude. O que esperamos do novo comissário europeu é que seja uma voz que una esforços, mas também capaz de concretizar instrumentos de financiamento robustos para a tão necessária habitação digna, sustentável e compatível com os rendimentos das famílias.

No ano passado, o então primeiro-ministro enviou uma carta à Comissão Europeia (CE) pedindo prioridade para o “problema da escassez e dos altos custos da habitação”. António Costa será agora presidente do Conselho Europeu. Esta convergência é uma garantia de que haverá medidas efectivas a nível europeu?

Lembro-me bem de todo o facto político criado em torno dessa

carta e de como era para nós incompreensível a posição dos partidos que hoje estão no Governo. Não podemos deixar de ouvir com alguma ironia altos dirigentes – como o actual ministro dos Negócios Estrangeiros – dizerem que estávamos a tentar passar para a esfera europeia uma responsabilidade do Estado português.

A permanente politização de um assunto tão estruturante prejudicou muito o debate. Aliás, as novas medidas anunciadas continuam a laborar no erro de não responder às reais necessidades da população. É com grande satisfação que ouvimos a presidente da CE anunciar que, tal como defendemos, ia dar prioridade europeia à habitação com a criação do comissário europeu e a definição de um Plano Europeu para o Arrendamento Acessível. Neste contexto, não tenho dúvidas de que o presidente do Conselho Europeu será uma voz activa nesta convergência europeia. **Portugal está entre os dez países da zona euro onde as rendas e os preços das casas mais têm subido. Isto significa que as políticas de apoio à habitação**

estão a falhar?

É evidente que, ao contrário do que acontecia por toda a Europa, e em países insuspeitos ideologicamente, não fomos capazes, nas primeiras décadas da nossa democracia, de construir uma política pública de habitação capaz de responder a toda a população. Tal como no SNS e na escola pública, o Estado é o veículo mais eficiente para tratar todos por igual e garantir que ninguém fica para trás. Iniciou-se em 2015 uma reforma estrutural para a habitação que identificava esse défice sistémico no nosso Estado social. O robustecimento de apoios públicos surge precisamente para, no imediato, responder às necessidades das famílias, seja via Porta 65 ou com novos apoios ao arrendamento, sem nunca colidir com o investimento em curso na habitação pública. Assumiu-se frontalmente uma resposta aos novos desafios no uso de habitações para outros fins, introduzindo limitações no alojamento local ou nos investimentos imobiliários. Ainda há muito caminho a fazer, mas a estratégia terá de passar pelo robustecimento do parque habitacional público, assim como, a curto prazo, pela mobilização da resposta habitacional existente.

O Governo anunciou um novo plano para a habitação, revogando várias medidas do programa Mais Habitação. Como é que avalia este plano?

Identifico duas situações relevantes para a avaliação da estratégia futura da política de habitação. Por um lado, o reconhecimento (que saudamos) da política iniciada pelo PS, inclusive em contraciclo com posições passadas da AD, relativa aos principais programas de aumento da oferta pública, da dinamização do sector cooperativo e privado acessível, bem como dos apoios em vigor.

Por outro lado, mais preocupante, a ausência no discurso do pós-PRR quanto ao investimento público, a aposta em medidas que não respondem transversalmente à população e que podem – como já muitos alertaram – ter efeitos perversos no preço da habitação, ou a revogação de medidas que visavam aumentar no imediato as respostas habitacionais.

O que espero é que Portugal não entre em contraciclo com a Europa nesta matéria e que as reformas e investimentos que foram colocados em marcha e estavam a dar frutos não parem, mas sejam reforçados e assumidos como um desígnio nacional, tal como se espera que suceda na UE.

Complexos de superioridade

Grande angular



António Barreto

Somos tão melhores! Somos, quem? Conforme o caso, nós somos os portugueses, os europeus, os democratas, os ocidentais, os brancos, os cristãos e os intelectuais.

Somos melhores do que os outros. Os outros, quem são? São os americanos, os russos, os asiáticos, os africanos, os judeus e os muçulmanos.

Muitos europeus, de esquerda e de direita, desprezam os americanos, têm medo dos russos, consideram os chineses inferiores e pensam que estão acima dos africanos. Os europeus de esquerda acrescentam a esses preconceitos alguns juízos mais sofisticados. Os americanos seriam incultos, os russos brutos e os chineses atrasados. Mas, sobretudo, os europeus consideram-se superiores moral, política e intelectualmente. Têm melhores sentimentos, história mais interessante, leram mais livros, são mais democratas, têm passaporte e falam várias línguas.

Os americanos seriam bebés grandes, atrasados mentais, populistas, prontos para matar os povos indefesos, amantes da violência, imperialistas e apenas ciosos de liberdade quando esta lhes traz dólares. A maioria dos americanos, para muitos europeus, de esquerda como de direita, é composta de gente analfabeta, dada a desportos violentos, a hambúrgueres e cerveja. Os americanos, que votaram Reagan, Bush e Trump, seriam idiotas, imperialistas, evangelistas e racistas.

Os franceses, com excepção dos intelectuais e dos profissionais da moda, seriam pequeno-burgueses de simpatias extremistas, racistas de tradição, exploradores de árabes, convencidos de que podem mandar na Europa. Os que votam nas direitas, aliás cada vez mais, seriam fascistas.

Os alemães são sempre os mesmos, pesados, brutos, exploradores, violentos, amantes de cerveja, eternos invasores dos seus vizinhos, disponíveis para aventuras fascistas, usaram os franceses para se promoverem a democratas, mas agora querem é mandar em todos. E só pensam, evidentemente, em conquistar os vizinhos e comprar as suas indústrias.

É assim que os europeus se enganam.

Estão em curso mudanças profundas, tão vastas e tão rápidas como raramente se viu na história.

Também é verdade que tudo anda mais depressa. Que tudo se sabe mais rapidamente. E que tudo e todos comunicam e estão ligados a todos e tudo.

Muitos não souberam perceber o que se passava com as nações. Com as comunidades nacionais. Com as comunidades de língua, cultura e tradição. Consideraram que tudo isso era nacionalismo de pacotilha, conspiração obscurantista e capitalismo selvagem. Quando não fascismo puro e duro. E, de qualquer modo, racismo. Há uma falsa racionalidade na política democrática contemporânea que evita a nação e a história. As tentativas de reescrever a história, de restituir, de devolver, de reinterpretar e de traduzir em dialecto correcto a herança histórica europeia estão a destruir a democracia.

Muitos não conseguem entender que as populações estão em mudança acelerada, inescapável, em processo que ultrapassa as vontades de um governo ou de um só país. A circulação de pessoas, a miscigenação e as migrações são partes estruturais da história do presente. É impossível estancar, com democracia, tais tendências. Mas é possível ordenar, controlar, legalizar e administrar. Com o assentimento dos povos. Com tolerância. Caso contrário, a explosão racista e a desordem estão aí, ao virar da esquina. E a falsa igualdade generosa acaba por ser o mais eficaz estímulo ao mercado negro de pessoas, à ilegalidade e à exploração mais vil que se pode imaginar.

O contexto internacional é um incentivo à ansiedade. Os russos procuram uma vingança histórica.

Os chineses querem consolidar um lugar no posto de comando das potências. A Índia não quer ficar para trás. A Europa está a perder e não quer perceber. Os Estados Unidos estão a deixar de ser hegemónicos, sendo embora ainda dominantes, mas não sabem como deixar de o ser e não toleram essa hipótese. África, América Latina e Ásia, que estão à venda a quem der mais, a quem envie ajuda militar e capitais, deixaram de ter fidelidades históricas ou amizades electivas.

É uma verdadeira metamorfose aquilo de que se trata. Ao que dizem, para os animais que passam por essa via, é dos momentos mais

dolorosos da vida. As nações e os continentes estão actualmente num processo desses, não se duvide. Quem não o percebeu será quem mais sofrerá. Os que menos percebem são evidentemente os que mais perdem na balança de poderes. Estados Unidos à cabeça. Europa a seguir. Estas duas potências, separadas ou em conjunto, deveriam repensar o seu lugar no mundo.

Na Europa, há várias reacções possíveis contra estes processos. Mas há, sobretudo, três erradas. A primeira consiste em negar e considerar que a Europa será sempre a grande Europa, mesmo que já não seja. A segunda é a aceitação e a rendição, deixando que a Europa se entregue aos grandes pesos-pesados no mundo, a América, a Rússia, ou mesmo a China, quem sabe. A terceira é falar, denunciar e vituperar, sem nada fazer. Isto é, considerar que a crítica é suficiente para convencer povos, demover amigos e derrotar adversários.

A comparação entre o Parlamento Europeu, calmo, aparentemente estável, e a actual vida política nos Estados Unidos e em França, sem falar de Israel e da Ucrânia, deixa-nos uma suave e doce impressão. A tentativa permanente de encontrar uma base racional e de diálogo merece aplauso e dá-nos consolação. Mas não se apaga a sensação de que não se trata de racionalidade e serenidade, antes é sonambulismo e falta de poder.

Para tentar fazer o nosso lugar no mundo em que vivemos e, sobretudo, aquele em que vamos ter de viver, importa começar por perceber. Por que razões os nacionalistas, a extrema-direita e os radicais conservadores protestam, criticam e acabam por ganhar eleições e encontrar-se em via ascendente nas Américas, em França, na Itália, na Alemanha, na Hungria. Por que razões as migrações descontroladas provocam racismos de todos os lados, dos nacionais e dos estrangeiros. Por que razões a abstenção e o afastamento político da maior parte dos eleitorados persistem em crescer. Por que razões as novas teorias do género, das minorias, do legado histórico, da restituição e do arrependimento estão a destruir a Europa e a liberdade. Quando os europeus começarem a perceber, então talvez se possa fazer luz.

Sociólogo

IMPORTA-SE DE REPETIR?

Os últimos cinco anos mostraram o que podemos fazer juntos. Façamo-lo de novo

Ursula von der Leyen,
Presidente da Comissão Europeia

“

Cheguei a mandar mensagens por WhatsApp à senhora ministra

Luís Meira
Presidente demissionário do INEM sobre a ministra da Saúde

Um imprevisto de saúde obrigou-me a cancelar agenda. A situação não tem gravidade, mas força-me a trabalhar por Portugal a partir de casa

Luís Montenegro,
Primeiro-ministro, na rede X

Adormeci muitos anos a sonhar que um dia jogaria no Real Madrid e hoje o sonho realizou-se

Mbappé,
Futebolista

Os magistrados não são ungidos pelo poder divino

Cunha Rodrigues,
ex-procurador-geral da República

“

As tentativas de traduzir em dialecto correcto a herança histórica europeia estão a destruir a democracia

Há uma falsa racionalidade na política democrática contemporânea que evita a nação e a história

Com pouca margem para ceder, Governo segura PS e Chega

Ministro das Finanças avisou sobre escassa margem para acolher muitas medidas e venceu que propostas da oposição não podem desvirtuar Programa do Governo

Maria Lopes

Sem Luís Montenegro (por doença), Pedro Nuno Santos (por não ter o interlocutor directo) e, no final, sem PSD nem CDS-PP, o processo negocial do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) começou amputado de protagonistas, mas pleno de promessas de boa-fé e vontade de negociar por parte das duas forças políticas que mais pesam na decisão: PS e Chega. E, sobretudo, com avisos importantes do ministro das Finanças sobre a contenção necessária na hora de fazer propostas concretas para não exagerar na despesa nem distorcer o Programa do Governo. Já os partidos, à falta de propostas do Governo, deixaram críticas à estratégia do IRC e do IRS Jovem.

Na prática, não houve grandes avanços e, ontem, a maratona de reuniões serviu essencialmente para fechar a semana e os trabalhos políticos com um ambiente mais conciliador, depois das contendas parlamen-

tares do debate do estado da nação. Agora, há cerca de dois meses de Verão para pensar na estratégia da negociação a sério, que ficou aprazada para Setembro. Porém, ainda sem contas, já que os partidos continuam sem saber os limites plurianuais da despesa pública ou o cenário macroeconómico previsto pelo Governo.

Os dirigentes partidários que passaram por São Bento foram ouvindo o ministro das Finanças alertar que o executivo não aceitará propostas que desvirtuem o Programa do Governo e que não há muita margem orçamental, como que recuperando a ideia de que as contas, afinal, não eram tão virtuosas como o PS dizia. O cenário internacional – com duas guerras, a eleição nos EUA e alguma indefinição sobre juros e inflação – continua incerto, os 5,9 mil milhões de empréstimos do PRR têm de começar a ser pagos e os compromissos já assumidos pelo executivo com algumas carreiras da administração pública aumentarão a despesa. O aviso foi entendido

como um ensaio de discurso do Governo para congelar promessas eleitorais da AD e travar as pretensões dos partidos de conseguirem incluir propostas no Orçamento.

Continuar a conversar

Os socialistas foram os mais comedidos. Com pouco entusiasmo, nenhuma medida e a promessa de negociar “com reserva”, ou seja, não haverá discussão de medidas na praça pública. Foi assim que a líder parlamentar do PS, Alexandra Leitão, e os deputados Marina Gonçalves e António Mendonça Mendes saíram da reunião. Sem adiantar pormenores sobre o encontro – “Não vou antecipar qualquer proposta, qualquer medida, qualquer prioridade” –, a dirigente disse que o PS estará “empenhado e de boa-fé”, que vai “negociar com toda a abertura”, mas avisou que “as conversações fazem-se com reserva”.

“O mais importante é que desta primeira reunião resultou que continuaremos a conversar, o que signi-

fica que há algo para conversar (...). Estamos todos com abertura negocial e esse é o primeiro passo para que as negociações cheguem a bom porto”, disse Alexandra Leitão. “Neste momento não tenho razão para ser pessimista.”

Pedro Nuno Santos, que cancelou a presença depois de saber da ausência de Montenegro, recusara, em declarações à margem de um evento, qualquer “clima de crispção” e até Marcelo Rebelo de Sousa concordou que os líderes devem falar entre si e não com ministros. O Presidente da República disse encarar com um “optimismo moderado” e “realista” as negociações, mas voltou a exercer pressão ao salientar que não se deve “acrescentar mais um ponto de interrogação” à situação de “incógnita” em que está o mundo – e isso significa “ter o Orçamento passado [no sentido de aprovado]” para 2025.

A contenção socialista contrastou com o à-vontade do Chega e da IL, que revelaram medidas apresenta-

das ao Governo. No combate à corrupção, suplemento das forças de segurança, IVA da restauração a 6%, isenção de IMT para todos na compra da primeira casa, aumento das deduções do IRS, e medidas para as PME, no caso de André Ventura. O líder do Chega venceu que o executivo precisa ser mais cuidadoso com o Chega, porque precisa do seu voto a favor. E terá dito aos ministros que “o Governo não pode querer jogar nos dois tabuleiros” – no do Chega e no do PS – e que exige “a mesma lealdade que [o partido] está a dar de uma eventual viabilização”.

Aos jornalistas não quis dizer se tem linhas vermelhas nesta discussão orçamental, antes afirmou ter a percepção de que “há caminho” para dialogar e que o executivo teve uma “atitude positiva” no encontro. “Se voltar à atitude parlamentar [de recusa de conversa e de imposição de soluções], é negativa.”

Rui Rocha levou ao Governo propostas como a descida geral do IRS, o IVA da construção a 6%, o cheque-cre-





Delegação do PS e ministros do Governo na reunião de ontem, em São Bento

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Reacções

Desta primeira reunião resultou que continuaremos a conversar, o que significa que há algo para conversar

Alexandra Leitão
Líder parlamentar do PS

O Governo não pode querer jogar nos dois tabuleiros

André Ventura
Presidente do Chega

Em muitas áreas o Chega comporta-se como uma marca branca do PS

Rui Rocha
Presidente da IL

Preocupação [do Governo] é não desvirtuar o programa eleitoral e o Programa do Governo que rejeitámos

Mariana Mortágua
Coordenadora do BE

Os pressupostos do Governo são muito distantes dos nossos

Paulo Raimundo
Secretário-geral do PCP

che, o fim das derramas e das tributações autónomas, e apenas recebeu em troca “abertura para a flexibilização dos regimes dos trabalhadores por conta própria e profissionais liberais”, como o pagamento por conta e as retenções – que poderão ser reduzidos ou até eliminados.

O líder liberal lamentou, no entanto, não ter visto no executivo o necessário “espírito reformista, a ambição e a capacidade de transformação do país em termos económicos”, e avisou que, se o primeiro-ministro se encostar ao PS, “assegura a estabilidade política, mas prejudica a economia do país”. Ao mesmo tempo, chamou o Chega de “marca branca do PS em termos económicos”, sem conseguir responder com qual, então, deve o Governo ter o OE2025 aprovado.

Diferenças ideológicas

Foi da líder bloquista, Mariana Mortágua, a par do secretário-geral comunista, Paulo Raimundo, e do porta-voz do Livre, Rui Tavares, que

vieram as principais críticas ao Governo, depois das respectivas reuniões com Joaquim Miranda Sarmiento e os ministros da Presidência, António Leitão Amaro, e dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte. “Ficou claro, com uma clareza frontal e sem meias conversas, que os pressupostos do Governo são muito distantes dos nossos (...), têm como objectivo, rapidamente e em força, concentrar ainda mais riqueza nos grupos económicos”, apontou Raimundo, prometendo “combate político e social” ao Orçamento e acusando o executivo de querer “capturar” os partidos.

“O ministro das Finanças deixou claro que a preocupação é não desvirtuar o programa eleitoral e o Programa do Governo que rejeitámos desde o primeiro momento. Portanto, as principais escolhas fiscais, económicas e políticas para o país estão feitas e haverá uma pequena margem para os partidos poderem dizer se concordam ou não com as escolhas”, descreveu Mariana Mor-

tágua, que criticou o “afunilamento ideológico” que domina as opções do executivo. E considerou “caricato e absurdo” que os partidos sejam chamados para falar sobre o Orçamento sem se saber números do cenário macroeconómico, nem os limites de despesa que estão a ser negociados com Bruxelas.

Visão “diametralmente oposta” à do Governo é também a do Livre, como disse Rui Tavares, que defendeu que o OE2025 devia ser “verdadeiramente social e ecológico” e que o Governo tem de “discutir o Orçamento com muito mais abertura no Parlamento do que aquilo que está a anunciar”.

Inês de Sousa Real, líder do PAN, garantiu estar “disponível para não deitar a toalha ao chão” e negociar com o Governo. No entanto, “há linhas vermelhas que não devem ser ultrapassadas”, disse, referindo-se à actualização dos escalões do IRS e ao aumento das deduções com as despesas em habitação. **com Joana Mesquita**

Finanças públicas

BCE, Bruxelas e medidas já aprovadas condicionam negociações do OE2025

Sérgio Aníbal

Nas negociações para a aprovação do Orçamento do Estado (OE) do próximo ano, Governo e partidos da oposição vão ter de, num cenário de riscos crescentes no mercado europeu de dívida pública, levar em conta o impacto nas finanças públicas da política seguida pelo Banco Central Europeu (BCE), da necessidade de cumprimento das novas regras orçamentais europeias e das medidas já aprovadas pelo Parlamento este ano mas com efeito nas contas de 2025.

Depois de um excedente de 1,2% no ano passado e de um saldo que deverá estar próximo do equilíbrio este ano, arriscar uma deterioração brusca do saldo orçamental em 2025 é algo que o Governo não deverá querer fazer. O próximo ano prevê-se de forte tensão no mercado de dívida europeu e um regresso de Portugal a um desequilíbrio orçamental acentuado colocaria o país numa situação de fragilidade perante um eventual contágio proveniente de países como a França e a Itália, momento com dificuldades em controlar a dívida e cumprir as novas regras orçamentais.

As medidas já aprovadas

O Governo está a estimar que o saldo orçamental ainda se mantenha em terreno positivo no decorrer deste ano, num valor equivalente a 0,3%. No entanto, mesmo que esse cenário se confirme, o ponto de partida para a construção do OE para 2025 pode ser menos favorável.

Isto acontece porque são várias as despesas e receitas que deverão, seja pela evolução natural de determinadas rubricas do orçamento, seja pelo facto de já terem sido aprovadas medidas com impacto nas contas de 2025, registar uma evolução desfavorável ao longo do próximo ano.

Nas contas do Banco de Portugal (BdP), no momento de desenhar o OE para o próximo ano é preciso levar em conta, por exemplo, que a despesa com pensões irá aumentar cerca de 1900 milhões de euros em 2025, apenas por conta da normal evolução demográfica e da actualização prevista na lei dos valores a pagar pelo Estado. De igual modo, a dinâmica regular da despesa faz com que se esperem aumentos de 1050 milhões nos salários da função pública e de 1100 milhões nos consumos intermédios.

Para além disso, de uma forma diferente do que é habitual, tem vindo a ser aprovado este ano no Parla-

mento um número muito significativo de medidas que têm impacto nas contas do ano seguinte, quer por iniciativa do Governo, quer por iniciativa dos partidos da oposição.

Segundo os cálculos do banco central, cinco dessas medidas – a redução adicional do IRS, o IRS Jovem, a isenção de IMT e de Imposto do Selo para os jovens, a redução do IVA da electricidade e a redução das portagens nas ex-Scut – conduzirão só por si a uma redução da receita do Estado de 1765 milhões de euros em 2025.

Uma vez que já foram aprovadas, estas medidas não constarão da lei do OE e por isso não irão ser discutidas, mas o seu impacto orçamental em 2025 terá de estar reflectido nos mapas do OE e será contabilizado no cálculo do saldo orçamental final.

O que fará o BCE?

Aquilo que acontece à economia é decisivo para o resultado orçamental registado em determinado ano. E, neste momento, um dos factores cruciais para o desempenho da economia portuguesa em 2025 está na forma como o BCE irá conduzir a sua política monetária ao longo dos próximos meses.

Uma descida rápida dos juros poderá dar às famílias portuguesas uma maior capacidade para consumir e às empresas liberdade para investir, algo que, por sua vez, ajudaria as contas públicas com a entrada de mais receitas fiscais. Para além disso, contribuiria igualmente para moderar as taxas de juro a que o Estado português se consegue financiar nos mercados, limitando as despesas com os encargos da dívida.

Pelo contrário, uma situação em que a inflação persista, forçando o BCE a manter taxas de juro altas durante mais tempo, poderia ter um impacto negativo na actividade económica, retirando espaço de manobra orçamental.

Ao mesmo tempo que negocia com os partidos da oposição, o Governo tem em curso outra negociação decisiva para aquilo que será o OE2025.

As novas regras orçamentais europeias, em vigor desde Abril, prevêem que os governos dos países com dívidas superiores a 60% do PIB, como é o caso de Portugal, tracem um plano a quatro ou sete anos de redução dessa dívida e que terá como referência para o seu cumprimento um limite para a variação da despesa primária líquida. Esse plano irá condicionar de forma imediata o OE2025, que será apresentado até 10 de Outubro.

O que sobra para negociar no OE

Editorial



Marta Moitinho Oliveira



Há pouca margem para decidir medidas novas de despesa ou de quebra de receita. Isto, se se mantiver o objectivo de contas públicas equilibradas

As reuniões marcadas pelo primeiro-ministro com os partidos deram a Luís Montenegro um balão de oxigénio no debate do estado da nação, mas acabaram por se traduzir numa falsa partida nas negociações do Orçamento do Estado para 2025.

O próprio chefe do Governo não pôde estar presente, por se encontrar doente, o PS fez-se representar por uma delegação, mas sem o seu líder, e o PSD, que apoia o executivo, também não foi a São Bento falar com os três ministros que assumiram a condução das reuniões: o das Finanças, o dos Assuntos Parlamentares e o da Presidência.

Avançou-se muito pouco. Ou, antes, quase nada. Os partidos à esquerda do PS apontaram as diferenças ideológicas inconciliáveis e, com esta posição, marcam dois pontos: estão contra as políticas do Governo e deixam um aviso a Pedro

Nuno Santos, que começou a semana a ser mandatado para negociar o Orçamento.

Mesmo que o PS venha a conseguir alguns ganhos de causa nas negociações do OE, será difícil que os partidos à sua esquerda o reconheçam. É mais provável que acusem o PS de ter dado a mão ao executivo.

Os ganhos de causa que o PS possa vir a conseguir no Orçamento arriscam-se a transformar-se também numa acusação comum vinda do espaço político à direita da Aliança Democrática. A IL não quer que este Orçamento tenha a marca do PS. O Chega também não. No caso do primeiro, as relações IL-AD podem sair penalizadas. No segundo caso, uma crítica vinda do Chega serve os objectivos da AD, com Montenegro a poder regozijar-se de manter o partido de André Ventura fora da equação para governar.

Apesar do jogo político e das

negociações públicas, muito do que será o Orçamento já está definido. As pensões aumentam de acordo com a lei, as medidas da oposição que o Parlamento aprovou, se tiverem o OK de Belém, têm impacto nas contas do Orçamento do próximo ano, as regras de Bruxelas dão pouca margem ao Governo para acrescentar despesa nova à que já existe, e o espaço de decisão do ministro das Finanças depende de como vier a evoluir a economia e do ritmo a que o Banco Central Europeu baixar os juros - ou seja, aliviar os orçamentos das famílias e as contas das empresas.

Além do teatro político – que pretende mostrar quem é mais responsável e quem consegue ganhos de causa com perdas mínimas –, há pouca margem para decidir medidas novas de despesa ou de quebra de receita. Isto, se se mantiver o objectivo de contas públicas equilibradas.

CARTAS AO DIRECTOR

Biden/Trump

Antes de iniciar o tema da minha carta, gostaria de saudar a jornalista e escritora Alexandra Lucas Coelho por voltar às páginas do PÚBLICO, em que mais uma vez vem enriquecer-nos com as suas crónicas e dar-nos a conhecer melhor o conflito Israel-Palestina, como mais nenhum jornalista o faz.

Após o atentado a Trump, entrou-se numa espiral de trumpismo a ponto de já ter ganho as eleições, segundo vários analistas nacionais e internacionais, esquecendo-se que as mesmas só se realizam em Novembro e que até lá muita coisa pode acontecer. Não votaria em Trump, se fosse cidadão americano, mas também não votaria em Biden, porque Biden é o Presidente que apoia e financia em milhares de milhões de dólares armamento para que Israel continue o massacre, senão o genocídio, do povo palestino.

Biden já várias vezes chamou criminoso e *gangster* a Putin pela invasão da Ucrânia. E o que dizer de

Netanyahu? Não só invade e ocupa há décadas a Palestina, e agora ocupou mais uns milhares de hectares de território para aumentar o número de colonatos já existentes na Cisjordânia, como ocupa e arrasa Gaza para não ficar pedra sobre pedra. E, não contente com isto, Netanyahu é convidado a discursar no congresso dos EUA – que vergonha. (...) O Ocidente não pode ter dois pesos e duas medidas: se Putin é um criminoso, Netanyahu não lhe fica atrás e como tal deve ser tratado.

Daniel Marques Simões, Santo António da Charneca

A esquerda em 1975

Leio jornais com algum atraso e apenas ontem dei conta de uma carta da leitora Teresa Seruya, que pretende responder ao seu ex-colega Vítor Serrão em nome da “história e necessidade de memória”. Se não é questionável a sua afirmação de que os regimes ditos “comunistas” foram ditaduras, já a sua consideração sobre o papel do PCP no Verão

Quente de 1975 é manifestamente parcial, pois olvida todo o contexto e radicalização envolvidos. Se houve a luta pelo poder que envolveu o PCP ou a esquerda militar no apelo ao poder popular (nada PCP, portanto) ao longo dos meses que nos levaram ao 25 de novembro e à Constituição de 1976; se houve os moderados do Grupo dos Nove, a história e a memória obrigam à seriedade de referir o 11 de março de extracção spinolista (como já o fora o 28 de setembro de 1974 da “maioria silenciosa”) e os atentados das redes bombistas de extrema-direita dos quais resultaram mortos, ainda em 1976. Por isso, querer diabolizar o PCP neste período da nossa história não é intelectualmente sério. Muitos diabos andaram à solta e alguns peroraram por aí nas televisões e até, pasmemo-nos, no Parlamento. Custódio David, Lisboa

Provas de Monitorização da Aprendizagens

As Provas de Aferição passar-se-ão a chamar Provas de Monitorização

da Aprendizagem, terão lugar no 4.º e 6.º anos e entram em vigor no próximo ano lectivo. Não será a simples mudança de nome que fará com que os alunos as passem a considerar como algo de importante e não o que tem sucedido até aqui, em que eram consideradas como uma brincadeira, porque não contavam para nada. Se o ministro da Educação quer que as provas agora anunciadas “tenham consequências”, tal como afirmou, então as notas dessas provas têm obrigatoriamente de contar, de uma forma mais ou menos significativa, para as notas finais dos respectivos anos escolares. Se assim não for, a brincadeira continuará e apenas será gasto dinheiro (...). Manuel Morato Gomes, Senhora da Hora

Novo modelo de avaliação externa

A melhor das novidades é a abolição das provas do 2.º ano; felizes os petizes, pois já não têm

de se submeter a tamanha atrocidade. Outra boa notícia é a tipologia, que deixa de se basear em conteúdos específicos do currículo e passa a adotar um modelo idêntico ao PISA, que avalia literacias e competências ligadas à vida real. Neste contexto, pressupõe-se que a abordagem dos currículos e respetivas aprendizagens deverão contribuir para o desenvolvimento das referidas competências e literacias. É, aliás, o objetivo principal dentro da hierarquia taxonómica das finalidades da educação. Nesta perspetiva, pode vislumbrar-se algumas contrariedades que terão de ser colmatadas à medida que aquele modelo de avaliação for aplicado: a estrutura e complexidade dos currículos, as metodologias de ensino e os manuais escolares. Apesar de ter havido alguma mudança nos últimos anos, deverá ainda haver ajustamentos pelo menos naqueles três aspetos que se complementam.

José M. Carvalho, Chaves

ESCRITO NA PEDRA

A felicidade é como a saúde: se não sentes a falta dela, significa que existe
Ivan Turgueniev (1818-1883), escritor russo

ONÚMERO

3343

Voos cancelados em todo o mundo até às 15h de ontem devido ao “apagão” informático global que afectou os serviços da Microsoft, segundo a empresa líder em dados para a aviação Cirium

Se faz favor e obrigado

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Estou farto de me indignar com a ignorância dos turistas que vêm para cá sem saber dizer “se faz favor” e “obrigado”. É altura de tentar ajudá-los. Dir-se-ia que a viagem de avião é suficientemente longa para poderem aprender a dizer “se faz favor” e “obrigado”. Dedique-se então hora e meia a decorar o “se faz favor” e meia hora a treinar o “obrigado”. O que os turistas aprendem e não se cansam de repetir é que a língua portuguesa é muito difícil. Assim, passam a mão pelo pêlo dos portugueses (“vocês devem ser muito inteligentes para conseguir falar tão bem português”) enquanto os encorajam a aperfeiçoar o inglês, “para poderem compreender os pobres desgraçados que não sabem falar a vossa língua, tão rica e tão poética”. Proponho que se imprimam e plastifiquem

uns cartões, do tamanho de um cartão de crédito, onde, de um lado, esteja o “se faz favor” e, do outro, o “obrigado”. Estes cartões seriam oferecidos a todos os passageiros nos voos para Portugal. Talvez pudessem ter uma ilustração de um famoso artista plástico e ser numerados, para que não os deitassem fora. Como se diz “se faz favor” para quem sabe falar inglês? Pode dizer-se Sacha-vore ou Fasha-vore. O “vore” vem de “carnívore”. O “Sacha” vem de Sacha Cohen ou Sacha Distel. O “Fasha” vem de “fashion”. Pede-se para imaginar alguém que devora todas as pessoas chamadas Sacha, ou que devora tudo aquilo que seja “fashion”. Claro que a pronúncia não está certa, mas o que conta é a intenção e a facilidade com que se é compreendido. Qualquer um de nós percebe “Sacha-vore” ou “Fasha vore” ou, caso se queira ser ambicioso, “se-fasha-vore”. “Obrigado” é mais fácil, até porque os ingleses percebem o que estão a dizer (“obliged”). Para pronunciar, diz-se o nome de um senhor chamado Aubrey Gah Do em que o “gah” é de “garden” e o “do” é do verbo “to do”. Se mesmo assim não conseguirem pronunciar bem o “se faz favor” e o “obrigado”, não faz mal: é o esforço que mostra boa educação.

ZOOM LONDRES, INGLATERRA



Pessoas relaxam em plena onda de calor na Sky Pool dos Embassy Gardens, uma piscina em acrílico transparente suspensa entre dois edifícios no coração de Londres

P

publico.pt



Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes

Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira,
Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro

Directora de arte
Sónia Matos

Directora de design de produto digital
Inês Oliveira

Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus

Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactores principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narição Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Anibal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ipsilon** Paula Barreiros, Inês Nadaís (editoras), Pedro Rios (editor Ipsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terror** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério

Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim

Direcção Comercial João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410

Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 |

Impressão Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Junho 18.738 exemplares

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial

Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para leitores@publico.pt

ASSINATURAS Linha azul 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h) publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

A liberdade de pensar

Escrever
Direito



Francisco Teixeira da Mota

No dia 6 de Julho de 2019, a historiadora Fátima Bonifácio publicou, no PÚBLICO, um artigo com o título “Podemos? Não podemos”, que causou uma imensa agitação na opinião pública. Fátima Bonifácio pronunciava-se sobre uma entrevista com um sociólogo do Partido Socialista com o título “PS quer discriminação positiva para negros e ciganos”, da autoria da jornalista Joana Gorjão Henriques, em que aquele defendia a criação de quotas, para que o Parlamento reflectisse melhor a diversidade “étnico-racial” da sociedade portuguesa e que para “negros” e “ciganos” – como constava do título do artigo referido – se criasse uma espécie de livre-trânsito entre o liceu e a universidade – “independentemente da nota final no 12.º ano”.

Fátima Bonifácio insurgia-se contra o que considerava ser “uma farsa multicultural igualitarista”, acrescentando: “Não, não podemos integrar por decreto.” Ao longo do seu texto de opinião, a autora fazia diversas afirmações polémicas, o que,

lamentavelmente, deu origem a uma acusação criminal pela prática do crime de discriminação e incitamento ao ódio, previsto no Código Penal, punindo com pena de prisão de seis meses a cinco anos quem, publicamente, “difamar ou injuriar pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua origem étnico-racial, origem nacional ou religiosa, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem, religião, língua, sexo, orientação sexual, identidade ou expressão de género ou características sexuais, deficiência física ou psíquica”. Este crime tem uma redacção tão genérica que permite defender a sua aplicação de uma forma praticamente arbitrária e notoriamente perigosa – no caso recente do deputado que classificou os turcos como preguiçosos, poderia entender-se que tinha praticado este crime, já que o combate ao discurso de ódio pode, facilmente, transformar-se num ódio ao discurso.

A historiadora foi, assim, julgada, no passado mês de Janeiro, no Tribunal da Maia. Em julgamento, defendeu os pontos de vista que, em síntese, estavam vertidos no artigo, enquadrando o mesmo no exercício do seu direito de livremente exprimir a sua opinião sobre uma matéria de interesse público. (Declaração de interesses: fui advogado de Fátima Bonifácio.) O tribunal, correctamente, considerou que o texto, para além da análise das expressões mais contundentes que poderiam ter um relevo ofensivo penalmente relevante, tinha de ser interpretado na sua globalidade como um

artigo de opinião que continha uma “resposta abrangente, exacerbada e visivelmente impetuosa” a uma questão política num tom “áspero e sarcástico”. E o tribunal considerou que havia um conjunto de expressões que poderiam ser consideradas infelizes, anquilosadas, jocosas, discutíveis, reprováveis, a ponto de poder ser julgado de manifestamente ofensivo, por humilhante, degradante e potencialmente gerador de sentimentos de rejeição das comunidades ciganas e afrodescendentes, mas que, numa análise detalhada, intratextual e contextualizada do conteúdo do artigo, não se podia deixar de considerar que o mesmo reflectia uma “opinião excessivamente emotiva sobre um tema politicamente relevante que, no seu todo e no âmbito do exercício de um direito essencial e constitucionalmente



Julgada e absolvida por um artigo de opinião no PÚBLICO, a historiadora Fátima Bonifácio entrou para a história da liberdade de expressão no nosso país

consagrado, que é a liberdade de expressão, não chega para atingir o limiar da ofensa colectiva penalmente relevante”.

O tribunal não deu, assim, como provado que Fátima Bonifácio, com as expressões que utilizara, sabia (e pretendia) estar a ofender, rebaixar e inferiorizar os grupos/ comunidades visados em razão da cor da sua pele e origem, pertença cultural ou étnica. E, assim, no passado dia 4 de Março, o juiz de direito André Pinheiro, protegendo a liberdade de darmos, sem receio, as nossas opiniões, absolveu a historiadora, que, assim, entrou para a história da liberdade de expressão no nosso país.

P.S.: Curiosamente, Vasco Pulido Valente, no mesmo dia do artigo de Fátima Bonifácio, publicou, também no PÚBLICO, uma nota no seu “Diário” que, tendo em conta a campanha orquestrada em curso, me parece oportuno recordar: “O problema da maior ou menor independência do Ministério Público, que até hoje só preocupou Rui Rio (o que não é uma recomendação), não me parece o problema fundamental da justiça portuguesa. Para um leigo, como eu, a justiça portuguesa não ‘funciona’ por causa do direito processual, que é inutilmente complicado e ridiculamente garantístico. Mas não vejo ninguém discutir a sério esse ponto particular. A opinião só se interessa pelos casos de gente pública e notória, enquanto o labirinto legal continua praticamente na mesma e as queixas não param de crescer.”

Advogado. Escreve ao sábado

Um recorde do Serviço Nacional de Saúde



Manuel Pizarro

Em 2023, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) registou o maior número de sempre de órgãos transplantados, num total de 963. O SNS não apenas recuperou do impacto da covid-19, como ultrapassou os números dos anos anteriores à pandemia e bateu mesmo o recorde histórico de 2009, ano em que foram efetuados 928 transplantes. Somos o segundo país com melhores resultados na Europa.

A transplantação de órgãos tem enorme impacto para os doentes. É a solução para preservar a vida (coração, fígado, pulmões) ou, em muitos casos (rim, pâncreas), para melhorar de forma drástica a qualidade dessa vida. É uma atividade com enorme sofisticação. Exige a intervenção de múltiplos profissionais,

dedicados e capazes, que se submetem a um processo de formação e de treino longo e exigente. Exige também infraestruturas e equipamentos adequados nos hospitais e a disponibilização de medicamentos, frequentemente muito caros, para evitar a rejeição dos órgãos e tratar as complicações.

Não espanta, por isso, que seja o SNS a assegurar em exclusivo estes cuidados complexos e dispendiosos a todos os portugueses. O que alcançamos, quer no número de transplantes, quer nos resultados clínicos, reforça o orgulho que devemos ter no nosso serviço público de saúde e nos seus profissionais. Além do impacto humano, a transplantação de órgãos também contribui para a sustentabilidade do SNS. Um doente em diálise tem um incómodo permanente incomensuravelmente maior mas, além disso, é muito mais dispendioso. Em 2023, foram realizadas em Portugal 547 transplantações renais, o quinto melhor número do mundo.

Os bons resultados conseguidos não permitem qualquer distração e exigem a continuidade de políticas. Quando, no início da *troika*, o Governo implementou mudanças profundas no sistema, sem diálogo e sem ponderação, o número de órgãos

transplantados caiu de forma abrupta, quase 20% entre 2011 e 2012. Mas Paulo Macedo, o ministro responsável por esse erro, é um homem reconhecidamente sagaz. Assumiu a falha, corrigiu-a e ajudou a que, rapidamente, se recuperassem os indicadores de sucesso.

Neste momento, a prioridade é cuidar das equipas que tratam da transplantação de órgãos nas unidades do SNS, desgastadas por terem a seu cargo o acompanhamento de um número crescente de doentes. Importa inovar nos modelos organizativos, aumentar o número de profissionais envolvidos e melhorar as suas condições de trabalho. A integração de cuidados que as Unidades Locais de Saúde potenciam deve servir de inspiração para essa mudança.

Devemos ambicionar aumentar o número de órgãos transplantados. É possível e é necessário, em nome dos muitos doentes que esperam essa resposta do SNS. O fator decisivo é a colheita de órgãos e está ao nosso alcance aumentá-la nos doentes em morte cerebral e, principalmente, em relação aos dadores vivos e aos dadores em paragem cardiocirculatória. Para isso há que fazer algumas mudanças legislativas. Mas, uma vez mais, o essencial é valorizar os profissionais e

reforçar as equipas que, nas mais diversas instituições do SNS, mantêm o sistema a funcionar, sem esquecer o envolvimento dos cidadãos e de muitos profissionais que trabalham aos mais diversos níveis do serviço de saúde e de instituições tão diversas como o INEM, as forças de segurança, PSP e GNR, a Força Aérea e as corporações de bombeiros.

O SNS enfrenta enormes desafios e tem problemas que devemos reconhecer. Mas, no mesmo passo, não devemos deixar de dar nota das suas virtudes e dos notáveis resultados que consegue, respeitando sempre os princípios solidários da equidade e da universalidade.

Nota: este artigo é publicado no dia nacional da doação de órgãos e da transplantação, que se celebra a 20 de julho, lembrando o domingo em que, corria o ano de 1969, foi realizado o primeiro transplante renal em Portugal, pelo professor Linhares Furtado, nos Hospitais da Universidade de Coimbra. É também uma forma de o homenagear e a todos os que nos permitiram chegar até aqui.

Médico, ex-ministro da Saúde, deputado do PS

Deus apoia, nas eleições americanas, um narcisista patológico



José Pacheco Pereira

Se Trump ganhar as eleições, o mundo vai conhecer uma crise que pode ser daquelas que marcam o fim de uma era. Estou a ser catastrofista?

Há momentos na história em que se entra numa era negra quase sem se dar por ela. No caso actual, damos de tal maneira por ela que o céu já está todo negro. Parece um filme de terror, é um filme de terror. Com a escuridão vem toda uma série de prodígios maléficos, o principal é ver o Diabo à solta travestido de Deus.

Trump e toda a convenção republicana apresentam-se como os ungidos de Deus, que, pelos vistos, entrou nas eleições americanas para apoiar um narcisista patológico. Que Deus o tenha salvo da bala, muito bem, é sua obrigação, mas uma outra coisa é Deus ser agora da equipa MAGA. É por isso que suspeito que, cumprida a obrigação de Deus, entrou em cena o Diabo disfarçado de Deus, de boné MAGA na cabeça, e sentou-se na primeira fila para lançar o mundo no caos e na escuridão. Vem na Bíblia em Coríntios, 2, 12:14, “o próprio Satanás disfarça-se de anjo da Luz”.

Se Trump ganhar as eleições, o mundo vai conhecer uma crise que pode ser daquelas que marcam o fim de uma era. Estou a ser catastrofista? Podem ter a certeza de que sim, estou. E, para mim, pouco valem os argumentos desculpatórios, como o de que a democracia é assim, o povo pode querer votar no Diabo, que se ele for eleito não há volta a dar, é a democracia. Não, não é. Não basta sequer apresentar o precedente de Hitler, porque a democracia não se limita ao voto popular, é o voto popular mais o primado da lei e dos procedimentos democráticos legais. As democracias não se esgotam no voto, podendo os eleitos fazer o que quiserem, sem lei nem limites ao seu poder. Isso não é democracia, mas demagogia.

Trump poderá ter a legitimidade para governar, mas não tem legitimidade para fazer o que quiser, para se substituir à lei e à Constituição, actuar como um ditador pessoal, que está acima da lei, e ser “ditador por um dia”, vingar-se dos seus adversários e entender a sua imunidade como podendo matar alguém em plena 5.ª Avenida, como uma vez afirmou. Mas, quando se apresenta

O ruído do mundo



Pormenor de *Le Baiser rendu (Judas et Satan)*, de Benoît-Hermogaste Molin (1810-1894)

um homem como sendo a mão terrestre de Deus, a pressão sobre a democracia é global, porque a vontade do ungido é que é a lei. O que vale a democracia quando é a mão de Deus que está a actuar?

Trump tem os seus fiéis, OK. Mas a força de Trump não vem só daí, ela estende-se por toda uma mancha de minimizadores, que fazem a expressão *wishful thinking* ganhar um pleno sentido. Nestes dias, ouvi todas as versões de explicações e justificações do tipo que, afinal, há um exagero na avaliação de Trump, ele não vai fazer nada daquilo que diz que vai fazer, a OTAN e a Europa podem estar descansadas, a Ucrânia poderá, no limite, continuar a defender-se, e as instituições americanas são suficientemente fortes para o travar.

Será que se esquecem de um homem que não aceita os resultados eleitorais quando perde, tentou de forma ilegal mudá-los, que impulsionou uma tentativa de golpe de Estado a 6 de Janeiro de 2021, que ameaça com uma guerra civil, que se gaba de ter consigo os americanos que têm armas, que violou e viola todas as leis, comete fraudes como quem respira e acha que tem imunidade para fazer tudo o que quer, pela forma como moldou o Supremo Tribunal e

os juízes que escolheu, politizando a justiça sem paralelo no passado, e que mostra claros sinais de desequilíbrio narcisista apresentando-se sempre como o “melhor”, “maior”, o “mais amado”, o “único capaz”, mentindo sobre tudo, dos números do crime e da imigração à sua performance no golfe. Será capaz de querer ser outro, ou de ser outro?

Tudo será grave mal ele ganhe as eleições, começará a vingança interna no minuto seguinte e, na hora seguinte, entregará a Ucrânia a Putin. Há os que dizem que Trump é “transaccional”, ou seja, se os

aliados dos EUA pagarem os custos relativos à sua defesa, não haverá mudanças significativas na política americana face à OTAN e à Rússia. Duvido muito. O célebre plano para acabar a guerra na Ucrânia, e de passagem por Gaza, passa por dar a Putin e Netanyahu o que eles querem sem restrições, quando muito um qualquer acto de vassalagem ao génio da política internacional, Trump.

Há um homem que conhece bem Trump: Putin. Sob todos os aspectos. E há outro que conhece a vaidade de Trump, e isso basta: Kim Jong-un. Ambos sabem como manipulá-lo, embora no caso de Putin possa haver mais do que isso. Ambos querem o mundo a seus pés, a Ucrânia derrotada, a Europa subjugada, toda a terra e mar à volta da Coreia do Norte sob a chantagem nuclear da monarquia cruel iniciada por Kim Il-sung?. Ambos sabem que o seu melhor instrumento é um homem, Trump, que acha ele próprio que manda em tudo e que comprou o espelho da Rainha Má a Elon Musk, que fez um espelho muito especial, que lhe responde que é sempre o melhor em tudo. Nestas coisas o Diabo é mesmo bom.

Historiador. Escreve ao sábado



Há um homem que conhece bem Trump, Putin. E há outro que conhece a vaidade de Trump, e isso basta, Kim Jong-un

Espaço público

Vai à Taylor Swift com cadeira de rodas? É mais caro

Coffee break



Bárbara Reis

A cabo de ler no Chairleader, blogue de Raquel Banha, que as pessoas que usam cadeira de rodas e quiseram ir aos concertos de Taylor Swift, em Maio, em Lisboa, não puderam comprar os bilhetes mais baratos.

Sim, vou voltar às cadeiras de rodas.

Diz Banha: “Os únicos lugares para pessoas com mobilidade reduzida custam mais do dobro do valor mais baixo da tabela de preços, não havendo opção de escolha.”

Havia mais de 20 opções, de 55,5 a 539 euros. Mas as pessoas com deficiência só tiveram “uma opção: bilhetes a 147,5 euros”. A produção explicou que só havia lugares para pessoas com mobilidade reduzida na bancada O, onde o preço dos bilhetes era o triplo do mais barato. Para além disso, diz Banha, os bilhetes para mobilidade reduzida foram postos à venda uma hora após o início da venda geral e o público geral pôde comprar quatro bilhetes com um código, “enquanto o *link* para PMR [Pessoas com Mobilidade Reduzida] só dava acesso a dois bilhetes”.

Não fosse isto tão chocante e estaria a escrever sobre Luís Montenegro, António Costa, Lucília Gago ou Donald Trump. Mas isto é mais interessante.

Diz Banha: “Sempre que só há uma opção de lugar para PMR, o expectável é o valor do bilhete ser equivalente ao mais baixo da tabela de preços, tal como é praticado pela esmagadora maioria dos eventos culturais em Portugal.”

Banha, que tem 27 anos, se licenciou e fez um mestrado em Marketing na Universidade Europeia, faz parte da direcção do Centro de Vida Independente e vem de uma família ligada ao teatro. A activista enviou perguntas à produtora dos concertos de Taylor Swift, a Last Tour Portugal, que não respondeu. Fez uma queixa por discriminação ao Instituto Nacional de Reabilitação, que a reencaminhou para a ASAE, que não tomou posição, nem reenviou para a Inspeção-Geral das Actividades Culturais. “É recorrente.”

Desde 2017 que a Acesso Cultura, uma associação que faz *lobby* pelo acesso de pessoas com deficiência ao sector cultural, chateia toda a gente para que o bilhete do assistente pessoal para os espectáculos seja gratuito. A lógica é simples: o assistente pessoal (pago pela Segurança Social para dar autonomia às pessoas com deficiência) está “em serviço”, a trabalhar. Deve ser encarado como um professor que vai com uma turma da escola ou um jornalista que vai cobrir o espectáculo. O assistente pessoal não é um amigo, não é um acompanhante, não é um cuidador – é um profissional que está em serviço.

Não é uma ideia nova nem caída do céu. Vi que os organizadores do Super Bock Super Rock, que acaba hoje no Meco, deram bilhetes gratuitos aos assistentes pessoais e acompanhantes de pessoas com deficiência. No Brasil, os bilhetes para os concertos de Taylor Swift, no ano passado, custavam metade para as pessoas com cadeira de rodas e, no caso de ser necessário um assistente pessoal, o segundo bilhete custava metade.

Mas estamos longe de ter uma regra uniforme. Em Portugal, estamos atrás. Há coisas boas e progressos, claro.

O Prémio Acesso Cultura, que existe há dez anos, vai mostrando o que corre bem. Os teatros municipais São Luiz e LU.CA, a Casa Fernando Pessoa e o Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, “transformaram os seus edifícios históricos para promover a autonomia” de pessoas com deficiência e têm interpretação em Língua Gestual Portuguesa e audiodescrição; a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga, tem materiais em *braille*, audiolivros e audioguias; a Biblioteca Municipal de Marvila, em Lisboa, “reinventou a própria concepção de biblioteca” como lugar de combate à exclusão social; o Museu do Dinheiro, na Baixa de Lisboa, o Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, e o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, para “além das adaptações físicas”, criaram “recursos especiais para pessoas com baixa mobilidade, baixa visão ou cegas, surdas ou com deficiência intelectual, crianças e estrangeiros”.

Mas acabo de receber uma mensagem da cantora Joana Reais, que diz ter esperado dez semanas para ter “esclarecimentos sobre a

bilhética para pessoas com deficiência e sobre a acessibilidade aos espaços exteriores da Fundação Gulbenkian” e que “qualquer pessoa com deficiência que se desloque à Gulbenkian em 2024” sabe que há imensos problemas de acessibilidade.

E acabo de receber um *email* com a história de uma família de quatro que quis ver o espectáculo *Panda e os caricas*, promovido pela Universal Music Portugal, no Pavilhão Multiusos de Guimarães, gerido pela empresa municipal Tempo Livre. Um dos filhos tem baixa visão e precisa de ficar na primeira fila, os lugares mais caros. A família acha injusto ter de pagar mais. Diz a Acesso Cultura: “A prática de encaminhar pessoas com deficiência para os lugares mais caros das salas porque só estes garantem condições de acesso é discriminatória.” Diz a mãe, Elizabeth Deschauer: “Lutamos por um mundo inclusivo. Não estou a pedir



Há o beijo na testa que damos às pessoas em cadeira de rodas, como se as conhecêssemos de sempre, e a falta de rampas. E há o acesso à cultura. Que não existe ou é cosmético

caridade.” Aconteceu em 2022 e em 2023, noutra espectáculo. Boa notícia: em breve, a Acesso Cultura vai dar formação às equipas dos equipamentos culturais públicos de Guimarães.

E acabo de ver um vídeo sobre a complicação que é uma pessoa com cadeira de rodas estacionar no parque do CCB, em Lisboa, e subir para o centro. Há anos que há reclamações por causa dos lugares reservados para pessoas com cadeira de rodas no CCB – laterais no Grande Auditório e atrás da última fila no Pequeno Auditório, contrariamente ao que a lei define, ou seja, que devem estar dentro da lotação da sala e distribuídos em termos de zona e preços.

E acabo de ler como a exposição, em 2022, no Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras, em Lisboa, sobre Frida Kahlo, artista que andava numa cadeira de rodas, abriu sem acessibilidade a pessoas com cadeira de rodas. Não estou a brincar. Ninguém se lembrou do absurdo literal. Maria Felismina Gomes conta e mostra o que lhe aconteceu e Catarina Oliveira também.

E acabo de ler que a Meo Arena, durante anos, vendia bilhetes para concertos com esta regra: “Os acompanhantes de pessoas com mobilidade reduzida deverão comprar o bilhete com a denominação Acompanhante Pessoa e serão colocados na mesma zona – não disporão de cadeira.” O acompanhante – que não é o assistente pessoal – é o pai, a mãe, o amigo, o namorado. Paga bilhete a preço normal e fica em pé.

E acabam de me dizer que, até há dias, a Gulbenkian obrigava as pessoas com deficiência a irem fisicamente comprar os bilhetes. A Acesso Cultura diz que há várias salas no país que obrigam a comprar bilhetes por telefone ou em pessoa.

E acabo de ver que, para os concertos de Travis Scott na Meo Arena, daqui a uns dias, há 14 tipos de preço. O último, 50 euros (que não é o mais barato), não pode ser comprado *online*. Diz: “Atendimento personalizado.” Eufemismo para complicação.

No Reino Unido, há anos que muitas salas não cobram o bilhete aos assistentes pessoais nem aos acompanhantes, em parte por causa do trabalho da Ticketing Without Barriers Coalition e da Attitude is Everything. Entre *lobby* para “ajustes razoáveis” e “necessidades indispensáveis”, em 20 anos terão contribuído para o acesso de 200 mil pessoas com deficiência a salas de espectáculo.

Em 2019, a Ticketmaster lançou um novo sistema que permite às pessoas com deficiência comprarem bilhetes *online* “como qualquer pessoa”, li na BBC. E houve festa. Foram simplificadas as provas da deficiência e abolida a obrigatoriedade de fazer a reserva por telefone. Parece século XIX, mas era assim. Cá, ainda é assim. Andrew Miller, do Arts Access Champion, contou que demorava três horas ao telefone e só tinha o processo fechado uma semana depois. “Comprar um bilhete não deveria ser uma *performance*.”



ENTREGA DA
2.ª EDIÇÃO
DO PRÉMIO

vencer o adamastor

Acompanhe a cerimónia que premeia trabalhos
inovadores de jovens cientistas, nos campos
da electrotecnia, computação e afins.

23 de Julho, a partir das 16h45.

Acompanhe em publico.pt

INESC

Público
P

Miguel Albuquerque volta a ter estabilidade. Pelo menos para já

O PS, o JPP e a IL votaram contra o Orçamento para o ano em curso, enquanto o PAN votou a favor. Entendimento entre PSD e Chega assegura, por agora, a governabilidade na região

Rui Pedro Paiva

O Orçamento da Madeira para 2024, o primeiro do governo minoritário do social-democrata Miguel Albuquerque, foi ontem aprovado em votação final graças à abstenção do Chega e com o voto favorável de PSD, CDS-PP e ainda do PAN. Iniciativa Liberal (IL), PS e JPP votaram contra. O entendimento entre PSD e Chega, que há duas semanas já tinha assegurado a viabilização do programa do governo madeirense, permite ultrapassar o impasse político em que a região vivia desde o arranque da legislatura iniciada depois das eleições regionais antecipadas de 26 de Maio e devolve a estabilidade política ao arquipélago, pelo menos por agora.

Com a aprovação do Orçamento e do Plano de Investimentos, fica resposta a normalidade governativa na Madeira, que esteve metade do ano a ser governada em duodécimos. “Estamos preparados para colaborar construtivamente com o governo regional, mas também para exercer uma fiscalização rigorosa”, afirmou o líder do Chega-Madeira, na intervenção final antes da votação, que não contou com a presença de Miguel Albuquerque no plenário madeirense.

Na região que durante décadas viveu em estabilidade política, os últimos tempos foram marcados pela imprevisibilidade. A fita do tempo remonta às eleições regionais em Setembro de 2023, quando o PSD perdeu a maioria absoluta que tinha com o CDS-PP, vendo-se obrigado a firmar um acordo parlamentar com PAN. Instalou-se, depois, em Janeiro, uma crise política que levou à demissão de Albuquerque, arguido por suspeitas de corrupção. Nessa altura, o representante da República até atrasou a formalização da demissão do líder regional, mas, sem acordo entre os partidos, a Madeira, sem Orçamento aprovado para o ano em curso, acabou por ir para eleições antecipadas.

A geometria parlamentar que resultou do sufrágio de Abril deixou o PSD na dependência do Chega, que continuou a reivindicar o afastamento de Miguel Albuquerque. Gerou-se um braço-de-ferro entre os partidos. Na primeira tentativa, o programa do governo esteve na iminência de ser chumbado, mas o líder do PSD-M resistiu e conseguiu aprovar o documento à segunda, já



Presidente do executivo da Madeira, que governa a região desde 2015, durante o debate do Programa do Governo, no passado dia 4 de Julho

depois de encetar formalmente negociações com o Chega.

Para se abster na votação, o Chega exigiu, além da renúncia de Albuquerque, caso seja acusado pelo Ministério Público, a criação de um gabinete contra a corrupção e a realização de uma auditoria externa às contas da região. A confirmação das duas medidas no Orçamento voltou a ser a moeda de troca do Chega para

se abster na votação de ontem, tal como a redução do IVA dos bens essenciais de 5% para 4%.

Por sua vez, a deputada única do PAN justificou o voto favorável (tinha-se abster na generalidade) ao programa do governo com a aprovação de todas as propostas de alteração apresentadas pelo partido, como a criação de um portal digital sobre a habitação ou um suplemento de transporte para os guardas florestais. Pelo motivo oposto, o PS, que também se tinha abster, votou contra na votação final global, criticando a falta de abertura do executivo para acolher as iniciativas socialistas.

O Orçamento para 2024 acabou, assim, por ter 22 votos a favor (PSD, CDS-PP e PAN) e 21 contra (JPP, PS e IL), sendo aprovado graças à viabilização assegurada pela abstenção dos três deputados do Chega – o

partido até tem quatro parlamentares, mas Magna Costa, que desalinhou da bancada na votação do programa do governo, esteve ausente do hemiciclo.

A arte de pescar

Para consagrar a aproximação entre Chega e PSD-Madeira também contribuiu o fim da interdição da pesca nas Selvagens. O Chega fez saber que a autorização da captura do gaiado (um tipo de atum que não está abrangido pelas quotas comunitárias) na maior área marinha com protecção integral do Atlântico Norte “resultou directamente das negociações no âmbito do Orçamento regional”.

O governo regional desmentiu, justificando a autorização com uma investigação científica para um estudo que vai avaliar a comercialização da espécie. “É uma coincidência”,

considerou a secretária da Agricultura e Pescas sobre o facto de a medida ser uma bandeira do Chega.

Retomada a normalidade governativa na Madeira, Albuquerque voltou a superar mais um teste de fogo para continuar na liderança do governo regional. O entendimento com o Chega vai assegurando, pelo menos para já, a governabilidade da região, mas dentro de três meses haverá nova discussão orçamental, agora para o próximo ano. O PSD promete diálogo, o Chega garante fiscalização. Resta saber se a fórmula vai ser repetida ou se a legislatura madeirense vai continuar a ser marcada pela instabilidade.

Certo é que Albuquerque terá de continuar à pesca de apoios (ou abstenções) que lhe permitam dispor dos instrumentos necessários a garantir a governabilidade da região.

Retomada a normalidade, o líder do executivo regional tem já novo teste na discussão do Orçamento de 2025

Naturalização das gémeas “nem sequer foi célere”, diz Berta Nunes

Joana Mesquita

Ex-secretária de Estado das Comunidades defendeu que atribuição de nacionalidade às gémeas “decorreu de forma normal”

O processo de obtenção da nacionalidade das duas gémeas tratadas com o medicamento Zolgensma no Hospital Santa Maria “decorreu de uma forma normal e transparente” e “nem sequer foi célere”, sublinhou, ontem, Berta Nunes, secretária de Estado das Comunidades Portuguesas à data dos factos, durante a sua audição na comissão parlamentar de inquérito (CPI) ao caso. O envio de comunicações da Presidência da República para a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas “é bastante frequente”, assumiu a governante. Antes ainda da audição, os requerimentos de PSD e PS para a suspensão dos pedidos de acesso a comunicações de figuras envolvidas no caso, como o Presidente da República, foram aprovados.

Para Berta Nunes, a obtenção da nacionalidade das duas crianças “nem sequer foi um processo célere, foi um processo bastante demorado”, já que o agendamento no consulado português em São Paulo foi feito em Abril e os pedidos só foram remetidos para o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) a 2 de Setembro.

Na sua intervenção inicial, Berta Nunes explicou que a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas recebeu, a 31 de Outubro de 2019, um ofício da Casa Civil sobre o caso, tratado pelo seu chefe de gabinete, que, a 7 de Novembro, enviou o ofício para a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares das Comunidades Portuguesas (DGACCP).

Este foi o “procedimento correcto”, considerou a antiga secretária de Estado, já que cabe à DGACCP fazer a “ligação com os consulados”. O “processo decorreu de uma forma normal e transparente”, frisou, acrescentando que só tomou conhecimento do caso quando ele se tornou público através de uma reportagem da TVI.

João Almeida, deputado do CDS, notou que, quando o ofício é remetido para a secretaria de Estado, as duas crianças já tinham a nacionalidade portuguesa e o cartão de cidadão já tinha sido emitido.

Nesse sentido, questionou Berta Nunes sobre qual seria o propósito de a Casa Civil dar a conhecer o caso à secretaria de



Ex-secretária de Estado das Comunidades foi ontem ouvida na CPI

Estado. “A minha interpretação é que foi para dar conhecimento ao consulado sobre este assunto”, respondeu a ex-governante, explicando que o ofício seria remetido para o consulado depois de passar pela DGACCP. “Este tipo de informação é importante circular”, porque o “consulado tinha obrigação de atender e acompanhar” as crianças se tivessem algum problema, disse.

Relativamente ao facto de a Presi-

dência enviar comunicações para a secretaria de Estado, Berta Nunes notou que isso “é bastante frequente”, uma vez que o Presidente da República tem, muitas vezes, conhecimento sobre problemas na comunidade ainda antes da secretaria.

A antiga secretária de Estado reforçou que “os cidadãos portugueses que vivem no estrangeiro são cidadãos portugueses, não são cidadãos portugueses de segunda nem de pri-

meira”, e que “têm os mesmos direitos”, nomeadamente no acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

Recusando ter contactado tanto com a família das crianças como com Nuno Rebelo de Sousa sobre o caso, Berta Nunes admitiu já ter contactado com o filho de Marcelo Rebelo de Sousa, na qualidade de presidente da câmara de comércio, sobre outros temas, mas vincou que os dois não tiveram uma “relação muito continuada”.

Comunicações de Marcelo

Ainda antes da audição de Berta Nunes, os deputados aprovaram, com os votos contra do Chega, os requerimentos do PSD e PS para a suspensão dos pedidos de acesso a comunicações de figuras envolvidas no caso das gémeas, nomeadamente do Presidente da República.

Os requerimentos surgem depois de o presidente da Assembleia da República ter pedido um parecer à Procuradoria-Geral da República para esclarecer dúvidas sobre os poderes das comissões de inquérito, na sequência de um requerimento, do Chega, para aceder a comunicações privadas de inquiridos.

Presidente pronuncia-se sobre IRS até terça-feira

O Presidente da República garantiu ontem que se irá pronunciar sobre o dossier do IRS até ao final da próxima terça-feira, justificando não ter ainda tomado nenhuma decisão devido à entrada de novos diplomas. “Mesmo com esta entrada [de um novo diploma], que ocorreu ontem [quinta-feira] ou anteontem [quarta-feira], tenciono, até ao fim do dia 23, ter tomado a decisão”, referiu Marcelo Rebelo de Sousa.

O Presidente falava aos jornalistas no final da cerimónia de inauguração do Museu de Aristides de Sousa Mendes, no concelho de Carregal do Sal, distrito de Viseu. “Eu já disse que era na próxima semana. Depois de já termos falado, entrou mais um diploma também sobre matéria de impostos”, justificou.

Aos jornalistas, Marcelo Rebelo de Sousa explicou que a decisão ainda não foi tomada porque têm entrado sucessivamente diplomas novos sobre esta matéria.

“Não está a ser difícil. Como entra matéria nova, tenho que tomar em consideração a matéria nova”, concluiu. **Lusa**

Seguem convites para Marcelo e Costa deporem

Os convites para o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o ex-primeiro-ministro António Costa e o anterior presidente da Assembleia da República (AR), Augusto Santos Silva, prestarem depoimento em sede de inquérito parlamentar ao caso das gémeas seriam enviados entre ontem e a próxima semana, anunciou ontem Rui Paulo Sousa, presidente da comissão de inquérito (CPI).

“Relativamente ao dr. Santos Silva e ao dr. António Costa, tal como ao senhor Presidente da República, a informação que eu obtive por parte do senhor presidente da AR é que esses, vamos chamar, ‘convites’ para virem à comissão, caso o queiram fazer, seriam enviados ou hoje [ontem] ou logo no início da próxima semana”, afirmou o também deputado do Chega depois de uma reunião de mesa e coordenadores da CPI. De acordo com o

Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, o “Presidente da República, bem como os ex-Presidentes da República, por factos de que tiveram conhecimento durante o exercício das suas funções e por causa delas, têm a faculdade, querendo, de depor perante uma comissão parlamentar de inquérito, gozando nesse caso, se o preferirem, da prerrogativa de o fazer por escrito”.

Sobre as medidas a adoptar após Wilson Bicalho, advogado de Daniela Martins, a mãe das gémeas, se ter recusado a depor na comissão, Rui Paulo Sousa argumentou que “foi decidido não avançar com nada”, por não ter havido unanimidade dos partidos.

O deputado do Chega criticou ainda o presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, por este ter pedido um parecer à Procuradoria-Geral da República após o seu partido ter pedido o acesso a mensagens de Marcelo Rebelo de Sousa. **J.M. com Lusa**

PUBLICIDADE

Assembleia Municipal de Oeiras

MUNICÍPIO DE OEIRAS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDITAL N.º 37/2024

ELISABETE MARIA DE OLIVEIRA MOTA RODRIGUES DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal, faz saber que tem lugar no próximo dia **23 de julho, 3.ª feira, às 15 horas**, no **Auditório Municipal**, sito no **Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras**, em Oeiras, a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 17/2024**, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação da Proposta CMO N.º 521/2024 – GMA – relativa à Transferência Financeira por Resultado Líquido Negativo no Exercício de 2023 para a Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;
2. Apreciação da Proposta CMO N.º 522/2024 – GMA – relativa ao Relatório e Contas 2023 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2023 da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 583/2024 – GMA – relativa ao Relatório Final da Auditoria à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 636/2024 – DMEDSC/DACTPH/DCA – relativa à Atribuição de comparticipação financeira a Agentes Culturais para participação no Programa Comemorativo dos 50 Anos do 25 de Abril, que inclui AnimaRUA 2024.

Findo o Período da Ordem de Trabalhos haverá lugar à Intervenção do Público.

Para constar se publica este Edital e outros de igual teor, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

Oeiras e Assembleia Municipal, aos 17 dias do mês de julho do ano 2024

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira

O estado da nação suspenso do Orçamento do Estado para 2025

A semana política



São José Almeida

A Assembleia da República procedeu, na quarta-feira, ao debate sobre o estado da nação, que encerra os trabalhos em plenário das sessões legislativas. Não podemos dizer que tenha sido um verdadeiro debate sobre o estado da nação, ou seja, sobre a situação do país. Realizando-se pouco mais de três meses da posse do Governo liderado por Luís Montenegro, é compreensível que tal acontecesse. Por um lado, o actual executivo ainda não tem obra para apresentar. Por outro lado, não era de esperar que o primeiro-ministro e líder do PSD surgisse no Parlamento a fazer o balanço do último ano de governação de António Costa, ex-líder dos executivos do PS.

Vivemos, assim, um debate em que, em vez de falar propriamente sobre o país, o primeiro-ministro optou por fazer o rol das medidas que o seu Governo anunciou ou concretizou nestes três meses, procurando transmitir a imagem de que não pára de agir, de que é um “fazedor” e de que está a mudar o país. No fundo, e face à fragilidade da sua base de sustentação, Luís Montenegro procura o mais que pode afirmar-se como primeiro-ministro e ensaia uma crescente imagem de confiança.

Só que o estilo afirmativo e assertivo com que o primeiro-ministro interveio no Parlamento - e não só -, sobretudo quando se dirige ao PS, pode dar ao país uma imagem de inflexibilidade, que surge como desajustada, tendo em conta a realidade do quadro parlamentar que existe hoje. Daí que se compreenda a reacção do líder do PS, Pedro Nuno Santos, quando acusou Luís Montenegro de arrogância, logo na sua primeira intervenção em plenário.

Dando o devido desconto ao que é a retórica parlamentar e as suas encenações de confronto, este debate sobre o estado da nação deixou sinais claros de que o Governo quer preferencialmente negociar o Orçamento do Estado com o PS, bem como que há um caminho que vai ser percorrido pelo Governo e os partidos que o integram, PSD e CDS, lado a lado

com o PS, o qual acabará por terminar na aprovação na generalidade, depois na especialidade e, por fim, em votação final da proposta de Orçamento do Estado para 2025, que o executivo entregará na Assembleia da República até 10 de Outubro.

Ainda que tenham começado, nesta sexta-feira, as conversações formais entre o Governo e os partidos parlamentares sobre o Orçamento do Estado para 2025, o sucesso das negociações entre o Governo e o PS terá ainda espaço e tempo para acontecer. Mas há sinais preliminares de que as negociações podem chegar a bom porto. Falo do que foi expressamente dito, dentro e fora do plenário, no debate da nação, pelo primeiro-ministro, Luís Montenegro, pelo líder do PS, Pedro Nuno Santos, e pelo líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, e pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte.

Logo na primeira intervenção, o líder do PS lançou o desafio ao primeiro-ministro: “Está disponível para repensar connosco a estratégia e a política para o IRC?” Um repto a que Luís Montenegro respondeu positivamente: “Vamos sentar-nos.” Ainda que acrescentando, numa tirada própria da retórica de despique parlamentar, que só valerá a pena se o PS tiver “confiança no tecido empresarial” e não esteja a simular “a disponibilidade”. A satisfação de ver que o PS está interessado em negociar a redução do IRC, por parte da maioria, foi tal que o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, fez questão de se mostrar disponível e interessado em fazer essa negociação, argumentando até que isso melhoraria o diploma.

Já no encerramento, Pedro Nuno Santos voltou a assumir a disponibilidade dos socialistas para negociações reais sobre o Orçamento do Estado e declarou que o PS “aguarda a iniciativa do Governo e as suas sugestões para ultrapassar um eventual impasse orçamental”, concluindo: “No fim, se fizermos uma avaliação positiva, viabilizaremos; se não, chumbaremos.”

No final, coube ao ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, fazer o apelo mais expressivo às negociações. “Já mostrámos que viemos para cumprir, para ficar, para mudar Portugal, mas não precisamos nem



DANIEL ROCHA

“Este debate sobre o estado da nação deixou sinais claros de que o Governo quer preferencialmente negociar o Orçamento do Estado com o PS

queremos fazê-lo sozinhos. Vemos a governação como uma responsabilidade partilhada”, começou por dizer, para manifestar a disponibilidade do Governo para “encontrar caminhos, consensos e soluções”.

Outro importante sinal de que há um caminho de negociação para percorrer foi dado pelo líder parlamentar do PSD, já depois do debate, nos corredores parlamentares, ao fazer declarações aos jornalistas. Classificando o aparente tom de confronto do debate como algo que “faz parte da dialéctica parlamentar”, Hugo Soares enfatizou a disponibilidade negocial manifestada em plenário pelo ministro dos Assuntos

Parlamentares, Pedro Duarte, e pelo líder do PS, Pedro Nuno Santos.

Depois da dança coreografada do debate parlamentar sobre o estado da nação, que foi na verdade sobre a negociação do próximo Orçamento do Estado, seguiram-se as reuniões de sexta, entre o Governo e os partidos, naturalmente ainda inconclusivas. Mas parece evidente que, para chegarem a acordo, o Governo e o PS terão de partir pedra sobre um assunto que terá evidente incidência orçamental pela perda de receitas que significa para o Estado.

Refiro-me, concretamente, à proposta de autorização legislativa sobre a baixa do IRC até 15%, uma medida que o primeiro-ministro assume ser uma decisão que acredita que vai funcionar como estímulo à economia, mas sobre o que não tem a certeza absoluta, e que Pedro Nuno Santos e o PS têm criticado por ir beneficiar as grandes empresas.

Há, contudo, uma outra proposta de autorização legislativa que, penso, deverá vir a ser negociada entre o Governo e o PS, o IRS jovem, que dá benefícios fiscais a todos os trabalhadores de maiores rendimentos com menos de 35 anos. Para além da questão duvidosa de beneficiar só os que mais ganham, é questionável que haja um benefício fiscal que, à partida, possa durar 15 anos, se o IRS começar a ser declarado aos 20 anos de idade, como frisou o jornalista Pedro de Sousa Carvalho, na RTP3.

É certo que todas estas questões e a posição que perante elas os partidos assumem têm um enquadramento ideológico, e que PSD e PS não são irmãos gémeos no que a este domínio diz respeito. O PSD tem posições mais abertas à capacidade de o mercado e de a economia privada criarem riqueza, que depois pode beneficiar toda a sociedade. O PS acredita num modelo de redistribuição clássico da social-democracia, ou seja, que a riqueza vai sendo criada, mas é preciso acompanhar esse crescimento com uma base de estruturação e protecção social. Isto não impede que possam encontrar-se a meio do caminho e acordar soluções aceitáveis por ambos, no Orçamento do Estado para 2025.

Jornalista. Escreve ao sábado

dom **21** julho 19h

MAIA SYMPHONIC 2024

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

PROGRAMA

P. TCHAIKOVSKY
ABERTURA DO BALLET "LAGO DOS CISNES"

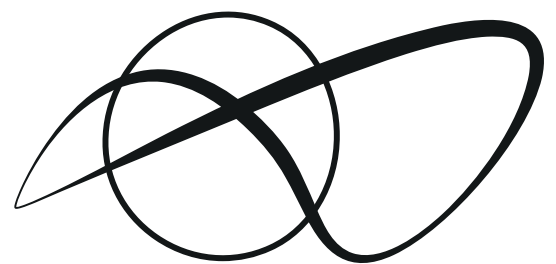
S. PROKOFIEV
DANÇA DOS CAVALEIROS
1º ATO DE "ROMEU E JULIETA"

E. GRIEG
"A MANHÃ" E
"NA GRUTA DO REI DA MONTANHA"
DA SUITE Nº1 OP.46 "PEER GYNT"

LUÍS FREITAS BRANCO
FANDANGO DA "SUITE ALENTEJANA Nº 1"

ARTURO MARQUEZ
"DANZON Nº 2"

J. BRAHMS
"DANÇA HÚNGARA Nº1"



ORQUESTRA
CLÁSSICA
maia



ORGANIZAÇÃO
CASA DA MÚSICA
CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA - CULTURA

Extinção das ARS: mil funcionários à espera da conclusão do processo

Ministério da Saúde diz que decreto-lei que vai formalizar a anunciada extinção das administrações regionais de saúde “já entrou no circuito legislativo”

Alexandra Campos

A extinção das cinco administrações regionais de saúde (ARS) está para breve. O decreto-lei que vai finalmente formalizar a sua anunciada extinção – a última peça do intrincado puzzle da reorganização do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – “já entrou no circuito legislativo”, garante o Ministério da Saúde. Enquanto isso não acontece, porém, há cerca de mil pessoas que ainda estão afectas às ARS, muitas das quais estão a viver num limbo há meses, sem funções para desempenhar mas obrigadas a picar o ponto todos os dias.

“Está previsto que as cerca de mil pessoas afectas às ARS sejam integradas nos SPMS [Serviços Partilhados do Ministério da Saúde], na ACSS [Administração Central do Sistema de Saúde] e na DE [Direcção Executiva do Serviço Nacional de Saúde] e esse movimento já começou”, adianta o gabinete da ministra Ana Paula Martins, sem acrescentar mais detalhes sobre este processo.

Sem orçamento e com a perda de competências decorrente da criação da Direcção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS) e da generalização das unidades locais de saúde (ULS, que agregam hospitais e centros de saúde) a partir do início deste ano, as cinco ARS ficaram num vazio. Vários trabalhadores ouvidos pelo PÚBLICO (e todos pediram para não serem identificados) confessam estar “ansiosos” e “angustiadíssimos” por se encontrarem numa “situação de esvaziamento de funções” e sem saberem o que lhes irá acontecer. Alguns temem mesmo ser colocados numa bolsa de excedentários.

A situação é complexa: as ARS não estão extintas, apesar de o anterior Governo ter aprovado em Conselho de Ministros a sua extinção, em Março, mas as ULS assumiram entretanto algumas das suas funções sem terem, em simultâneo, herdado os seus trabalhadores. Uma indefinição que já provocou problemas, nomeadamente atrasos na compra de vacinas e de outro tipo de material.

Uma parte substancial do trabalho das ARS já foi transferido para as ULS no início do ano, mas muitos profissionais não, explica o presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, Xavier Barreto, que trabalha na ULS São João (Porto). “O que foi anunciado é que iriam ser



FOTOS: NELSON GARRIDO

Competências das ARS foram pulverizadas pela Direcção Executiva do SNS e pelas unidades locais de saúde

100

milhões de euros é a dívida das ARS aos fornecedores, numa situação que está a deixar várias empresas numa situação financeira difícil

distribuídos pelas ULS e DE-SNS. Alguns assistentes técnicos, poucos, já vieram para a de S. João. Alguns estão a desempenhar várias competências, como a gestão dos transportes e dos vales SIGIC. Mas em relação a outras tarefas, como as compras para os cuidados de saúde primários, a gestão e pagamento a convencionados e às farmácias, ainda falta enquadramento. Algumas destas tarefas ficaram num vazio”, sublinha.

Xavier Barreto lembra que esta indefinição provocou problemas, como o atraso na compra de algumas vacinas, porque se foi “protelando” a decisão. “Somos a favor do processo

de integração, mas temos que reconhecer que, nesta parte, o processo da transição foi mal gerido. Não consigo dizer de quem foi a responsabilidade, mas acho que foi sobretudo do [anterior] Ministério da Saúde.”

Marcelo devolveu diploma

A proposta de decreto-lei de extinção destes organismos – decorrente da reforma do SNS idealizada pelo anterior director executivo, Fernando Araújo – foi apresentada pela DE-SNS antes do final do ano passado, mas o anterior Governo acabou por só aprovar o diploma em Conselho de Ministros depois das eleições legislativas.

O plano inicial previa que as ARS se mantivessem até ao final de Março, de forma a poderem fechar as contas, e que todo o processo ficaria concluído no segundo trimestre deste ano. Mas o processo acabou por ser interrompido.

Considerando que era necessário que o novo executivo se pronunciasse sobre o diploma, o Presidente da República devolveu-o ao actual Governo. Marcelo Rebelo de Sousa explicou então, em nota publicada no site da Presidência da República, que o diploma lhe chegou para promulgação cinco dias após a indigitação de Luís Montenegro como primeiro-ministro.

Apesar de admitir que “os proces-

sos, quando demoram tempo, causam sempre alguma indefinição”, a vice-presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, Laura Silveira, não vê motivos para grande preocupação. “Ficamos um bocado ansiosos porque a mudança causa alguma ansiedade. Mas temos que estar tranquilos e continuar a desempenhar as nossas funções até ao último dia”, diz.

“As ARS são institutos públicos e tem que ser publicado o diploma que vai acautelar a transferência para outros organismos no âmbito do Ministério da Saúde, mas ainda não conhecemos o texto desse diploma.” Entretanto, “há pessoas que já foram saindo para as ULS e a ACSS mas há outras em funções na ARS e que continuam a ter trabalho para fazer em diversas áreas”, assegura.

Em Junho, durante uma audição na comissão de saúde no Parlamento, a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, criticou a falta de “um plano estratégico” na extinção das ARS e revelou que muitas estão a viver à custa de “duodécimos transferidos todos os meses” para poderem pagar salários.

A governante considerou então que o diploma aprovado pelo anterior Governo “tinha bastantes incompletudes no que tinha que ver com as atribuições e competências” e explicou que a extinção aconteceria depois de avaliadas as “atribuições” que serão transferidas para outras entidades. E deu o exemplo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA): “Vai receber atribuições como laboratório de saúde pública para vigilância epidemiológica, mas é preciso saber se tem condições, de recursos humanos e orçamentais, para receber estas atribuições”.

Em Maio, a CNN Portugal revelou que as ARS terão uma dívida superior a 100 milhões de euros a fornecedores e que havia empresas em situação financeira difícil por causa deste impasse, e que foi preciso que a ACSS solicitasse um reforço financeiro para saldar estas dívidas.

Antes de a reorganização do SNS avançar, as ARS tinham a tutela dos cuidados de saúde primários, nomeadamente a gestão dos recursos humanos, os serviços de apoio e de gestão e a informática. De igual forma, a contratualização com o Estado e com os hospitais era realizada pelas ARS, mas também esta passou para as mãos da DE-SNS com a publicação do estatuto do instituto público em 2023.



Director da PJ há um mês em gestão corrente

Mariana Oliveira

Situação inibe Luís Neves de tomar decisões estratégicas que não sejam típicas do dia-a-dia. Ministério em silêncio

O director nacional da Polícia Judiciária, Luís Neves, está há um mês em gestão corrente, após a sua comissão de serviço ter terminado a 19 de Junho passado. Ainda não é claro se o Governo pretende reconduzir ou substituir o líder do principal órgão de investigação criminal do país, que foi nomeado pela primeira vez para o cargo em Junho de 2018, ou seja, há seis anos. O Ministério da Justiça mantém-se em silêncio sobre os motivos deste atraso.

Aliás, se a lei orgânica da PJ fosse cumprida à risca, o Governo deveria ter comunicado até meados de Maio a Luís Neves se pretendia renovar-lhe a comissão de serviço por mais três anos, sob pena de a mesma cessar automaticamente em Junho.

Isso mesmo está previsto no artigo 52.º daquela lei que determina o seguinte: “A renovação da comissão de serviço deverá ser comunicada ao interessado até 30 dias antes do seu termo, cessando a mesma automaticamente no final do respectivo período se o membro do Governo responsável pela área da justiça não tiver expressamente manifestado a intenção de a renovar, caso em que o dirigente se manterá no exercício de funções de gestão corrente até à nomeação do novo titular do cargo”.

João Pacheco Amorim, advogado especializado em Direito Administrativo e membro do conselho científico da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, explica que nada obsta a que o Governo escolha novamente Luís Neves para director nacional da PJ, o que tecnicamente não seria uma recondução, mas uma nova nomeação.

Sobre a limitação de competências que pode implicar um dirigente destes estar em gestão corrente, Pacheco Amorim afirma que, em princípio, este deveria ficar inibido de tomar decisões estratégicas, que não sejam típicas do dia-a-dia. “No entanto, com o prolongamento da situação e se o dirigente tiver o cuidado de fundamentar devidamente a necessidade de tomar a decisão fica, em princípio, legitimado para o fazer”, sustenta o investigador da Universidade do Porto.

Luís Neves tem desde Agosto de 2022 uma delegação de competências da anterior ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, para praticar actos relacionados com a realização

e autorização de despesas com contratos de obras públicas, aluguer e aquisição de bens e de serviços até ao montante de 500 mil euros.

Nessa altura, foi autorizado a praticar todos os actos relacionados com a realização de despesas relativas à execução de planos ou programas legalmente aprovados até ao montante de 750 mil euros. E a pagar encargos de anos anteriores até ao montante de 200 mil euros.

Esse despacho, apesar de ser datado de 28 de Julho de 2022, produz efeitos a 30 de Março desse ano, o dia da tomada de posse de Catarina Sarmento e Castro. Determina ainda que ficam “ratificados” por esse documento, “todos os actos praticados pelo director nacional da Polícia Judiciária” até à publicação do despacho em *Diário da República*.

A maioria dos especialistas entende que um despacho que delega competências caduca quando entra em funções um novo titular daquela pasta, o que ocorreria neste caso com a posse de Rita Júdice, em Abril, à frente do Ministério da Justiça. Nada obsta, contudo, que esta venha a fazer nova delegação de competência em Luís Neves, ratificando todos os actos do actual director nacional da Judiciária, como aconteceu com a sua antecessora.

Ministério não esclarece

Contactado quinta-feira pelo PÚBLICO para esclarecer se o facto de o director nacional da PJ se encontrar em gestão há um mês, logo com as competências limitadas, não poderia ter impacto na gestão diária desta força policial, o gabinete da ministra



Se a lei fosse cumprida à risca, o Governo devia ter comunicado até Maio a recondução de Luís Neves

da Justiça não enviou qualquer resposta até ontem à noite. Ficou ainda sem se saber se o Governo tem algum prazo para decidir esta questão ou se pretende esperar pelo final de Setembro, quando termina a comissão de serviço de vários dos directores nacionais adjuntos da PJ.

Apesar de longe de ideal esta situação não é inédita. O antecessor de Luís Neves, José Almeida Rodrigues, foi director nacional da PJ durante dez anos, tendo estado mais de um ano em gestão corrente.

O facto de a sua comissão de serviço ter terminado um mês e meio antes da posse do Governo liderado por Passos Coelho fez com que Almeida Rodrigues estivesse 13 meses à espera de ser novamente nomeado como director nacional, era ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz.

Independentemente de quando acontecer e sobre quem recair a escolha, o director nacional da PJ terá que ser nomeado por um despacho conjunto do primeiro-ministro e da ministra da Justiça.

Em Maio, a ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, exonerou o então director nacional da Polícia de Segurança Pública, o superintendente José Barros Correia, que tinha tomado posse em Setembro do ano passado. Antes de deixar as suas funções, Barros Correia fez uma comunicação interna onde contou que a exoneração lhe foi comunicada naquele mesmo dia pelas 18h45, pela própria ministra, sendo uma “decisão da sua exclusiva iniciativa”.



EDITAL

HASTA PÚBLICA

CONCESSÃO DOS DIREITOS DE EXPLORAÇÃO TURÍSTICA (E ATIVIDADES CONEXAS) SOBRE CONJUNTO DE DOIS IMÓVEIS, LOCALIZADOS NO LARGO DO EIRÔ E RUA CIMO DO POVO, LUGAR DE PRESEGUEDA, FREGUESIA DE VILARINHO DOS FREIRES

(Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto)

27 DE SETEMBRO DE 2024 – 10 H

Sérgio Filipe Cabral Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Freires, torna público que, no seguimento da deliberação da Assembleia de Freguesia de 27 de junho de 2024, terá lugar no dia 27 de setembro, pelas 10h00, na sede da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Freires, a praça da hasta pública para concessão dos direitos de exploração turística (e atividades conexas) sobre o conjunto de dois imóveis localizados no Largo do Eirô e Rua do Cimo do Povo, no Lugar de Presegueda, nesta Freguesia, nos termos e condições abaixo mencionados:

1. Entidade adjudicante: Freguesia de Vilarinho dos Freires, pessoa coletiva de direito público número 508.924.782, com sede na Rua de Vilarinho dos Freires, n.º 2106, com endereço eletrónico: freguesia.vfr@gmail.com e telefone: +351 254905022.

2. Objeto da hasta pública: Concessão dos direitos de exploração turística (e atividades conexas) sobre conjunto de dois imóveis, localizados no Largo do Eirô e Rua Cimo do Povo, lugar de Presegueda, 5050-366 Peso da Régua, freguesia de Vilarinho dos Freires, concelho de Peso da Régua e distrito de Vila Real, de acordo com as disposições estabelecidas no Programa de Procedimento e no Caderno de

Encargos que se encontram patentes na página online oficial da Freguesia de Vilarinho dos Freires (disponível em: <https://jf-vilariinhosdosfreires.pt/>) e, em formato papel, na morada acima indicada, onde poderão ser consultados, durante as horas de expediente, das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

3. Base de licitação: O preço base de licitação é de 12.000 € anuais.

4. Destinatários: Os interessados na concessão dos direitos de exploração turística (e atividades conexas) sobre conjunto dos dois imóveis devem apresentar proposta de acordo com as condições constantes no Programa do Procedimento seus anexos e Caderno de Encargos e seus anexos. Podem ser concorrentes pessoas singulares, bem como pessoas coletivas privadas, que cumpram as regras de participação fixadas no presente concurso.

5. Propostas: As propostas terão de ser entregues, até o 90º dia seguinte ao da afixação do presente edital que será ainda e também publicitado em 2 jornais de expansão nacional. As propostas terão de ser entregues pessoalmente no Balcão Único da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Freires ou remetidas por correio, sob registo com aviso de receção, para Rua de Vilarinho dos Freires nº 2106, 5050-362 Vilarinho dos Freires, sendo que apenas serão aceites as que derem entrada até às 17h00 desse mesmo 90º dia. Caso o envio seja efetuado por correio, o proponente será o único responsável por qualquer atraso que porventura se verifique, não sendo atendida qualquer reclamação/exposição, na hipótese da entrada dos documentos se verificar, depois de terminado o prazo acima referido. A proposta deverá ser apresentada

em carta fechada, em sobrescrito opaco, contendo no rosto o nome e o endereço/sede do proponente e a expressão “Concurso Público para a concessão dos direitos de exploração turística (e atividades conexas) sobre conjunto de dois imóveis, localizados no Largo do Eirô e Rua Cimo do Povo, lugar de Presegueda, 5050-366 Peso da Régua”. Não serão admitidas propostas remetidas por correio eletrónico.

6. Local da praça: Sede da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Freires, Rua de Vilarinho dos Freires, n.º 2106, Vilarinho dos Freires.

7. Data e hora da praça: A hasta pública realizar-se-á no dia 27 de setembro de 2024, às 10h00. O procedimento da hasta pública pode ser consultado na Sede da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Freires, na Rua de Vilarinho dos Freires, n.º 2106, durante o horário de expediente e também na internet, no sítio institucional da Freguesia de Vilarinho dos Freires, em <https://jf-vilariinhosdosfreires.pt/>. Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser fixados nos lugares públicos do uso e costume e publicados nos jornais “Público” e “O Arrais”. E eu, Helena Maria Taveira da Silva, Secretária da Junta de Freguesia de Vilarinho dos Freires, o subscrevi. Vilarinho dos Freires, Sede da Junta de Freguesia, aos 28 de junho de 2024.

Mais informação sobre o Procedimento aqui:



Quem quer entrar na PJ não pode ter tatuagens que incitem ao ódio

Ana Cristina Pereira

Admite-se que elementos daquele órgão criminal tenham tatuagens em sítios que não são visíveis, mas não com qualquer conteúdo

A clarificação foi feita pelo director Nacional da Polícia Judiciária (PJ), Luís Neves: quem quer integrar aquele órgão até pode ter tatuagens, alterações no corpo ou adornos, mas apenas se não prejudicarem “a normal apresentação e a capacidade para o serviço”.

O Regulamento de Tramitação do Procedimento Concursal de Recrutamento e Promoção das Carreiras Especiais da PJ deixava algumas dúvidas. Que factores desta natureza devem ser apreciados no exame médico para determinar se a pessoa está ou não apta? No despacho – assinado por Luís Neves no dia 6 de Junho e publicado ontem –, admite-se que “existe espaço para alguma subjectividade na apreciação”. E que, por isso mesmo, é relevante esclarecer três parâmetros: a localização, o conteúdo e “a possibilidade de interferir ou afectar o exercício da profissão e a normal apresentação” de quem a exerce.

Assim, não são admissíveis tatuagens, alterações corporais ou adornos que ponham em causa a segurança do elemento da PJ e a de terceiros. Tão-pouco que “condicionem ou reduzam a sua actuação”, “comprometam a sua identidade pessoal e profissional” ou a imagem da PJ. Também não são aceitáveis tatuagens, alterações corporais ou adornos “na cabeça e pescoço, até à zona clavicular; torso, na sua parte frontal, no espaço entre os mamilos e o pescoço; mãos e antebraços, até ao ombro; pés, tornozelos e perna até ao Joelho.

Ficam igualmente banidas a escarificação (modificação do corpo que



PAULO PIMENTA

Os candidatos que admitam remover as tatuagens podem ser aceites

consiste em produzir cicatrizes no corpo através de instrumentos cortante) e o *branding* (modificação do corpo que passa por encostar um ferro quente à pele). IOs elementos da PJ devem ainda abster-se de usar implantes subcutâneos. E bifurcação da língua, perfuração, tatuagem das órbitas oculares e afiação de dentes.

Ordem para remover

A direcção nacional considera que há tatuagens, alterações corporais e adornos que, em qualquer parte do corpo, “prejudicam de forma inadmissível a normal apresentação e a capacidade para o serviço”. E essas são proibidas, mesmo nos lugares mais escondidos.

O despacho especifica-as: as que “incentivem à violência ou que estejam de alguma forma relacionadas com a cultura criminal”; as que “promovam ou defendam o ódio ou a intolerância racial, de género, etnia, religião ou nacionalidade”. O mesmo vale para as que “encorajem meios ilícitos de privação dos direitos dos cidadãos e para as que “representem organizações ou movimentos ilegais, assim como ideologias ou valores

antidemocráticos, belicistas ou contrários aos direitos humanos”.

“O exercício de funções nas carreiras especiais da PJ é pautado por valores fundamentais de imparcialidade, isenção, responsabilidade, não discriminação e integridade”, lê-se no documento. Impõe-se a “adopção, em todas as situações, de uma conduta pessoal e profissional conforme aos deveres funcionais e aos princípios éticos e deontológicos que orientam a actividade e o cumprimento da missão da Polícia Judiciária”.

O despacho esclarece que podem ser admitidos os candidatos que manifestem, “clara e inequivocamente”, a intenção de remover ou reverter as tatuagens, desde que tal seja possível e ocorra antes do concluído o concurso. Nada diz sobre quem já faz parte da PJ. Em 2020, a direcção nacional da PSP deu um prazo de seis meses aos seus elementos para remover as tatuagens que contivessem “símbolos, palavras ou desenhos de natureza partidária, extremista, rática ou de incentivo à violência”. O despacho actualizou as “normas relativas ao aprumo, apresentação e uso de uniforme”.

Detidos por tentativa de homicídio e violência doméstica libertados devido a greve dos oficiais de justiça

Sónia Trigueirão

Entre 18 e 19 de Julho foram libertados cinco detidos. Ministério aguarda decisão da Relação sobre a fixação de serviços mínimos

Nas últimas 24 horas foram libertados detidos que são suspeitos em casos de tentativa de homicídio, violência doméstica, roubo em flagrante e burla informática, sem terem sido ouvidos por um juiz, devido à greve dos oficiais de justiça que está a impossibilitar o cumprimento do prazo de 48 horas para primeiro interrogatório judicial. A greve também está a afectar as investigações do Ministério Público, levando a atrasos nas diligências Entre 18 e 19 de Julho, segundo o Ministério da Justiça, foram libertados cinco detidos ao todo.

Alguns destes casos aconteceram nas comarcas de Sintra, Porto e Viana do Castelo, segundo Carlos Almeida, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ), estrutura que convocou esta greve. A greve durante os períodos da tarde já estava em curso desde Janeiro e alargou-se às manhãs de quarta e sexta-feira em Junho, depois de o SOJ não ter chegado a acordo com o MJ nas negociações em curso para a revisão da tabela salarial, pagamento do suplemento de recuperação processual integrado no salário a 14 meses e para a abertura de concursos de promoção e entrada na carreira.

Assumindo-se preocupado com as “situações de grande gravidade” que a greve está a provocar, Carlos Almeida sublinha que aquela visa garantir que não se continuará a “escamotear a realidade da falta de condições dos tribunais”. “Os tribunais não podem continuar sem condições para realizar a justiça”, insistiu, antes de deixar um aviso: “Esta greve vai manter-se durante as férias judiciais e vai

agudizar-se em Agosto, porque há menos funcionários.”

Quanto aos cinco detidos que foram libertados entre quinta e sexta-feira, o MJ precisou que uma das libertações ocorreu em Bragança, a 19 de Julho, e envolveu um suspeito que tinha sido detido por tráfico de estupefacientes agravado. Outra situação teve lugar na Comarca de Lisboa Oeste, à qual pertencem os tribunais de Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora e Mafra, a 18 de Julho. O detido foi apresentado perto do prazo das 48 horas, sendo que o processo não foi distribuído por causa da greve. Na mesma comarca foram libertados ontem três detidos. Dois por roubos por esticção e um por violência doméstica. Nestes casos, os processos não foram distribuídos, não havia funcionários ao serviço na secretaria judicial e o procurador teve de ordenar a sua libertação.

O ministério explicou ainda que “para acautelar situações como as que se estão a verificar”, foi requeri-



Devido à greve, tribunais não têm conseguido cumprir o prazo de 48 horas para primeiro interrogatório

do à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) a fixação de serviços mínimos, tendo solicitado também a sua fixação ao Colégio Arbitral”. Essa pretensão foi recusada e o MJ recorreu para o Tribunal da Relação, estando a aguardar pela decisão. “O ministério deu já um primeiro passo na valorização da carreira dos oficiais de justiça, com o aumento do valor do suplemento de recuperação processual de 10% da remuneração-base pagos em 11 meses, para 13,5% da remuneração-base, pagos em 12 meses, por ano”, enfatizou ainda.

PUBLICIDADE

GAIENSES

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia lamenta as dificuldades causadas pelas obras em curso. Obrigado pela sua compreensão!

É para um Futuro Melhor!



Criar um ranking a partir dos resultados das provas é “inútil e prejudicial à escola pública”

Entrevista

Cristiana Faria Moreira

Isabel Flores “É da maior justiça” introduzir uma prova de Português Língua não Materna para os alunos estrangeiros, considera

O novo modelo de avaliação que cria novas provas de monitorização das aprendizagens já no próximo ano lectivo para os alunos dos 4.º e 6.º anos (fazendo desaparecer as provas de aferição do 2.º, 5.º e 8.º anos) surpreenderam “pela positiva” a investigadora em educação Isabel Flores. Satisfeita pelo facto de passar a ser possível comparar as aprendizagens ao longo dos anos, a também directora executiva do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais do Iscte não concorda que as novas provas devam contar para a nota. **Que avaliação faz do novo modelo de avaliação externa apresentado pelo Governo?**

Tenho de dizer que fiquei surpreendida pela positiva com quase tudo. O facto de os enunciados não serem divulgados e podermos aplicar provas de ano para ano que sejam comparáveis com os anos anteriores parece-me uma mais-valia que vinha sendo necessária há muito tempo, porque nunca conseguimos avaliar a progressão do sistema. Tínhamos apenas os PISA, os TIMSS e os PIRLS [avaliações internacionais] que nos permitiam fazer uma análise da evolução da qualidade do sistema. Estas provas parecem-me muito bem, porque vamos poder olhar para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos de forma comparada e verificar se os alunos, no global e dentro de cada uma das escolas, estão a melhorar ou não as suas aprendizagens.

A realização das provas em formato digital mantém-se e alarga-se ao 9.º ano. É positivo?

Penso que temos mesmo de caminhar para o digital. No secundário, ainda serão feitas em papel, já com as correcções em digital, dando aqui alguns passos para, nos próximos anos, podermos fazer uma transição completa para o digital. O facto de irem disponibilizar exames de treino, obrigando a que os professores proporcionem que em certos momentos das suas aulas os



RUI GAUDÊNCIO

alunos se habituem a trabalhar em meio digital parece-me também muito bem, porque um dos argumentos para passar para o papel foi que os meninos não sabiam trabalhar no digital.

As provas de aferição, como estavam antes, não estavam a cumprir o seu objectivo muito bem. Nunca houve uma avaliação séria da utilidade destas provas, mas a nossa sensibilidade indica-nos que elas estavam a ser marginalmente utilizadas. No fim do ciclo, as provas têm a grande vantagem de acontecerem quando todos os professores completaram o currículo que era suposto ensinar nesse ciclo – porque os professores podem ensinar as coisas por ordem diferente, podem priorizar certos conhecimentos antes e depois, e assim, quando chegam ao fim do ciclo, têm de ter cumprido aquela matriz. Acho que é um bom

momento para avaliar, sendo que as melhorias que resultam para o ciclo serão implementadas para os alunos que se seguem ou serão identificadas as fraquezas e pontos fortes e fracos desses alunos, para implementar no ciclo a seguir.

Tal como acontecia, as provas não vão contar para avaliação.

Há professores que defendem que deve contar para que sejam mais valorizadas. Concorda?

Acho que não devem contar para a nota. Nós queremos é saber o que os alunos sabem, mesmo que não estudem muito. E tenho as maiores dúvidas dessa lógica, porque teríamos de desvalorizar os PISA e todos os outros testes internacionais, porque também não contam para a nota. As pessoas têm de ter esta noção de que não têm de ter uma faca na cabeça para se dedicarem às coisas. Isso faz parte da mensagem que os pais e os professores têm de passar aos filhos e aos alunos. **Disse que identificava pontos menos positivos no novo modelo. Quais são?**

O primeiro ponto é que voltamos à Matemática e ao Português apenas. Acho que devíamos ter mantido um instrumento mais transversal que permitisse a avaliação de outros conhecimentos. Fosse de base curricular ou um instrumento que avaliasse mais a capacidade de

raciocínio, de ligar conhecimentos de diversas disciplinas para a resolução de problemas, obviamente, adaptado à faixa etária. Esta liberdade dos 25% da autonomia curricular que foi dada no anterior Governo tinha como um dos grandes objectivos pôr os professores a fazerem coisas integradas, disciplinas cruzadas.

Não fazer apenas provas de cada disciplina, mas haver uma prova mais integrada que fosse um instrumento que medisse capacidade de raciocínio, capacidade de associação, de mobilizar conhecimentos de várias áreas para a resolução de problemas.

Faz sentido, face ao aumento de alunos estrangeiros, a introdução de uma prova de Português Língua não Materna?

Faz todo o sentido. Acho que é muito importante que os alunos com Português como segunda língua sejam expostos a uma prova de Português como segunda língua. Parece-me da maior justiça num ambiente em que temos uma percentagem bastante grande de imigrantes não falantes de língua portuguesa. Tal como acho bem que se aproveite o digital para olhar para as facilidades que o digital proporciona para fazer provas adaptadas a necessidades especiais – às dislexias, aos autismos, aos miúdos com

dificuldades visuais... Podemos, dentro das provas do digital, incluir mecanismos que colocam em pé de igualdade os alunos com algumas necessidades especiais identificadas.

Vão ser disponibilizados dados que vão permitir perceber e comparar os resultados por escola. Acha positivo?

No fundo, o que se terá é um novo ranking e acho mal, porque os rankings têm pouca utilidade por si. Os dados têm de ser tratados. Aqui é mais uma vez um momento de publicidade para os privados que não divulgam o estatuto socioeconómico dos alunos. E isso tem muito pouca utilidade para qualquer monitorização pública do sistema. Eu não sou favorável aos rankings do 12.º ano, apesar de reconhecer que os jornais têm vindo a fazer um tratamento muito mais detalhado. Mas o que fica na cabeça das pessoas que não se interessam por estes temas é que a privada é que está a dar. E isso não é verdade. Eu acho que esse tipo de instrumento de nada serve para escrutínio público.

A publicação dos resultados, nomeadamente por escolas, foi justamente apontada pelo ministro como um exercício de “escrutínio público” que pode levar a que estas provas sejam vistas com maior seriedade.

Um escrutínio das provas é o que tem de ser feito pela própria escola. Pode-se publicar algumas análises a partir desses dados, mas que façam uma caracterização não nominal do que foram as provas. E que se identifiquem as dificuldades apresentadas pelos alunos. Esta coisa de uma lista ordenada é que me parece completamente inútil e prejudicial à escola pública.

Vê a classificação digital e o seu alargamento ao 12.º ano (mesmo com os exames em papel) como um passo natural?

Espero que seja um primeiro passo para caminharmos para as provas digitais. Estas coisas têm de ser feitas de uma forma gradual, tem de haver segurança quando se faz e habituação de todos os actores educativos. Parece-me até que estamos a acrescentar uma camada de segurança, porque, actualmente, podem perdê-las, podem ser extraviadas. Parece-me bem as perguntas poderem ser atribuídas a professores distintos, até porque diminui o enviesamento do professor corrector. E aumenta a rapidez também.

Nós queremos é saber o que os alunos sabem, mesmo que não estudem muito



Clavel's Kitchen

Maria João Clavel é designer gráfica de profissão, foi professora numa escola de artes e é apaixonada pelo mundo da culinária. Em 2011, criou um blogue e quatro anos mais tarde decidiu abrir a Clavel's Kitchen – inicialmente, uma escola.

Hoje, dedica-se por completo ao projecto que evoluiu para agência de comunicação exclusivamente dedicada à produção de conteúdos para marcas do sector alimentar. O estúdio é no coração do edifício partilhado com a E-goi e o piso superior assume o papel de uma espécie de laboratório gastronómico, assegurando as refeições dos colaboradores.

Business Connection: como a E-goi acrescenta valor às parcerias e aos negócios

Na 2.ª edição do evento de *networking* promovido pela empresa tecnológica, abriram-se as portas do edifício e promoveram-se as interacções espontâneas entre os convidados.

Chegar à casa da E-goi é uma experiência reveladora para qualquer visitante. Não se trata apenas de um edifício moderno em Matosinhos, mas de um local onde a inovação e a tecnologia convivem com pingue-pongue e massagens. A E-goi distingue-se por isso: não é apenas uma empresa onde é bom trabalhar, mas também um verdadeiro centro de criatividade, onde a interacção entre colaboradores e parceiros gera soluções personalizadas para diversos sectores de negócio.

O Business Connection é mais uma forma de impulsionar e de valorizar essas rela-

ções. Depois de um primeiro evento exclusivo, no mês de Abril, no restaurante da chefe Justa Nobre, em Lisboa, a E-goi proporcionou novamente uma oportunidade única de *networking* entre parceiros, agora a norte e 'em casa', em Matosinhos. Apesar de contarem com objectivos e convidados diferentes, a ideia da iniciativa Business Connection passa por estabelecer e fortalecer ligações estratégicas. Com diversas abordagens, o evento foi pensado para acontecer trimestralmente, e, em breve, terá uma edição internacional com os mercados brasileiro e espanhol, ambos muito relevantes para a empresa.

Interacções espontâneas, temas comuns

À medida que os convidados chegavam à mais recente edição do Business Connection, os 'e-goianos' iam mostrando os cantos à casa. O primeiro momento – o de recepção – transformou-se numa interacção espontânea entre os convidados, tal como entre colegas no dia-a-dia, na qual surgem temas comuns e que reflecte da cultura organizacional da empresa.

No discurso de boas-vindas, o CEO Miguel Gonçalves fez questão de evidenciar estar perante "a audiência mais importante"

naquele que considera um "segundo momento de aproximação" com parceiros, clientes e "futuros clientes". Foi breve mas claro sobre o papel relevante de todos enquanto "elementos que fazem mover o mercado".

Antes de lançar algumas sugestões de tópicos de conversa para o jantar que se seguiu, o líder da E-goi fez ainda questão de explicar "a importância de conhecer a casa", ou seja, as pessoas e o espaço. Acolher o evento na sede da E-goi criou a oportunidade de mostrar pela primeira vez a muitos dos parceiros o local onde tudo acontece. O projecto do arquitecto Paulo Merlini interligou dois armazéns, o espaço original onde a E-goi começou e um segundo armazém, contíguo. O desafio principal foi torná-los confortáveis e funcionais



CEO da E-goi, Miguel Gonçalves

para que propiciassem dinâmicas entre equipas, bem como momentos de concentração e de lazer. O resultado é feliz, versátil e icónico – afinal, no centro do espaço mais recente, existe uma escultural rampa realçada por luz natural –, com margem para acompanhar o crescimento da empresa. De mãos dadas com a E-goi está a Clavel's Kitchen, que vive no mesmo edifício.

Debater tendências para criar soluções à medida

A E-goi desenvolve soluções de automação de *marketing* omnicanal para empresas que querem reforçar a relação com os seus clientes. Apesar de especial notoriedade na optimização de *newsletters*, as suas estratégias procuram a integração de dados de comportamen-

to dos consumidores de forma a serem usados com eficácia. Daniel Alves fala com expertise. Apanhado numa conversa com parceiros, o cuidado em avaliar projectos, partilhar tendências e propor novas ideias encaixam-se naturalmente no momento. Nota-se, pelo discurso, que é um académico atento às tendências, mas, mais do que isso, o *head of innovation & research* da E-goi está seguro de que todos os desafios devem ir ao encontro de um único propósito: “*outputs* com real significado”. Fala de personalização, de inteligência artificial, e da forma como as duas se interligam na definição de perfis. O futuro faz parte do quotidiano da E-goi, mas os prognósticos não são feitos por adivinhação; são, sim, factuais. E quão valiosos podem ser para uma empresa?

É nesse sentido – de acompanhar e contribuir para o crescimento dos negócios dos clientes – que Miguel Gonçalves apela a que se olhe para E-goi como “um pilar de consultoria estratégica e como parceiro para definir estratégias de *marketing* digital”. Apesar das dificuldades e especificidades, recorda que “o *e-mail marketing* continua a ser o canal com maior retorno de investimento e do qual a E-goi conhece todas as entranhas”.

Alguns dias antes do evento, houve a oportunidade de fazer uma visita guiada ao edifício e de falar com Marcelo Caruana, responsável pelo *marketing* da E-goi. Ficou claro que a capacidade de a empresa ditar novos caminhos se deve à dedicação e esforço entre equipas e na relação com os clientes. “Na prática, não temos um produto físico. O nosso maior valor são os recursos humanos”, explicou. E isso reflecte-se em tudo.

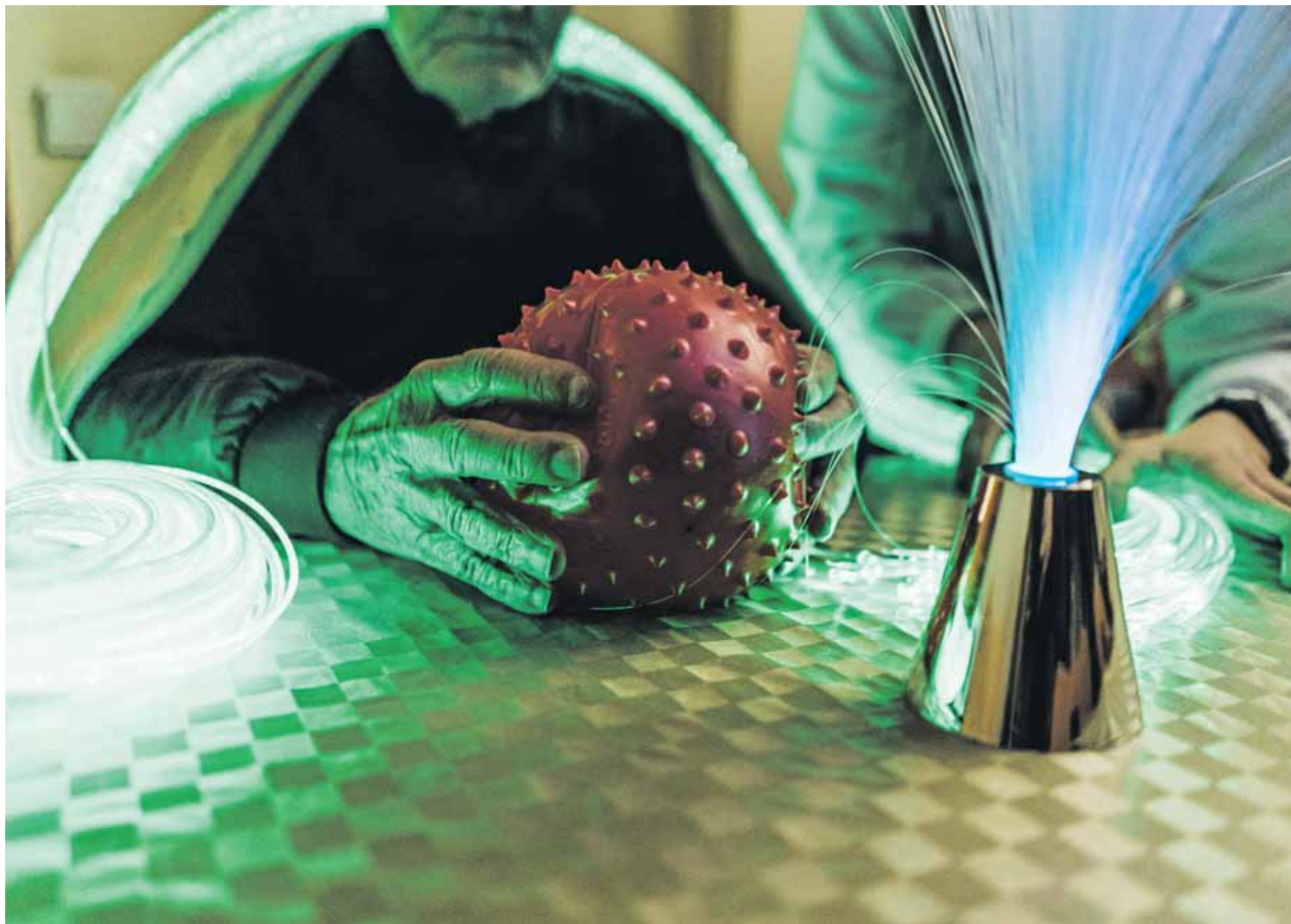
O Business Connection Matosinhos contou com o apoio de alguns parceiros, com destaque da brasileira Uappi e da MEO. Em comum, nas breves palavras de convidados de ambas as empresas, a resiliência e a preocupação da E-goi para com os parceiros na apresentação de soluções inovadoras e adequadas às necessidades de cada um.

O mar à mesa

Foi em jeito de brincadeira e, ao mesmo tempo, cautelosa que Maria João Clavel deixou claro que a Clavel's Kitchen é “uma agência de comunicação de culinária, não é uma empresa de *catering*”. Percebeu-se no evento o porquê deste reparo. Pensado com detalhe e sob o conceito “O mar à mesa”, o menu apresentado pela criativa teve como inspiração Matosinhos, cidade-natal da E-goi. Esta foi a primeira vez que a agência assumiu um desafio assim.

Para começar, “cinco canapés diferentes, todos ligados de alguma forma ao mar”, explicou. Tal como nas refeições diárias que serve internamente, Maria João e a sua equipa tentaram “usar o máximo possível de ingredientes locais”, desde a cavala em conserva à broa de milho comprada no quarteirão, e com tudo pensado ao pormenor.

O jantar teve sopa com azeite de algas, arroz de limão com amêijoas e corvina grelhada, provenientes do Mercado de Matosinhos. Até a sobremesa “vai ser quase ter o mar na mão”, antecipou: “começa pela concha onde será servida” até ao *crumble* a imitar visualmente a areia. Para finalizar, “uma espuma por cima, de nata azeda, a lembrar as ondas do mar”.



Demência: No luto em vida, esta equipa também preenche o vazio de afecto de quem cuida

Um casal, uma mãe, um pai e duas filhas. Três realidades afectadas pela demência são apoiadas por uma equipa que, a partir de Braga, retarda a doença e preenche o vazio de afecto de quem é cuidador



Reportagem

Pedro Manuel Magalhães Texto
Teresa Pacheco Miranda Fotos

A porta de casa abre-se e o sorriso de Manuela esconde o desassossego de pôr a conversa em dia. Passaram sete dias desde a última visita das técnicas Patrícia e Daniela lá a casa e há muito para desabafar. “Ele hoje acordou-me às cinco da manhã, ligou-me as luzes todas e não consegui dormir mais”, diz prontamente Manuela. Atrás dela, com um olhar azul penetrante, de pé e recostado a uma parede, o seu marido, Domingos, saúda quem entra e tenta apresentar-se, mas o discurso é quase ininteligível.

Daniela Fernandes, terapeuta ocupacional, encaminha Domingos para uma das divisões da casa, apaga as luzes, e fá-lo sentar-se diante de uma mesa. Nos próximos

minutos realizar-se-ão exercícios de estimulação sensorial para, por um lado, desencadear o relaxamento muscular, e, por outro, simular em Domingos a pertença do seu próprio corpo. Para o efeito, a sala preenche-se de fibras ópticas, bolas antistress, e uma coluna de som. Os estímulos são novos para Domingos e, à soleira da porta, Manuela demonstra preocupação. “Como ele treme.” Mas cedo Daniela a reconforta. “É por ele estar nesta postura, já acalma.” O vaticínio cumpre-se e Domingos vai relaxando.

Enquanto o tratamento decorre, Manuela revela a Patrícia Godinho, psicóloga, que há dias foi às urgências com Domingos. Estava “agressivo, urinou pela casa” e chegou a apertar o pescoço a Manuela. “Tive de lhe dar um safanão. Foi a primeira vez que ele fez isso comigo”, diz. Quis ligar a Patrícia, mas “não queria chatear”. “Ligue sempre, não chateia nada”,

tranquiliza Patrícia, que logo de seguida recomenda: “Quando ele estiver agitado, não insista, deixe-o estar. Eu sei que custa, mas é o melhor.”

Domingos Araújo, 81 anos, foi diagnosticado em 2019 com a doença de Alzheimer, a manifestação mais comum de demência. Ele e a sua mulher, Manuela Araújo, cuidadora de 74 anos, são duas das 30 pessoas apoiadas pelo projecto Sempre em Mente, um serviço de apoio constituído por uma equipa de técnicos que, a partir de Braga, vai semanalmente a casa de pessoas com demência para retardar o declínio cognitivo e físico do doente e apoiar o cuidador informal.

O projecto nasceu em Braga pela mão da congregação das Irmãs Hospitaleiras, na Casa de Saúde do Bom Jesus, uma IPSS cuja missão é atender pessoas em sofrimento psíquico, especializada no tratamento das áreas de psiquiatria,

psicogeriatricia e reabilitação. No centro, a que chegam pacientes de todo o país, cabem unidades de internamento, socio-ocupacional e reabilitação, e serviços ambulatorio e de apoio domiciliário.

E foi através do contacto com pacientes com demência do centro que Patrícia Godinho, psicóloga nas Irmãs Hospitaleiras desde 2001, avançou para o desenvolvimento do projecto Sempre em Mente. No distrito de Braga “não há nenhum apoio deste género” a pessoas com demência e muitos dos cuidadores, “além de sobrecarregados, não sabem como cuidar”. “Não sabem o que os espera em termos de declínio, das várias fases que o processo demencial pode implicar, e não se conseguem preparar para tal”, explica.

Patrícia reuniu esforços e em 2020 alocou, consigo incluída, uma equipa multidisciplinar de cinco profissionais da Casa de Saúde do Bom Jesus para dar corpo ao

projecto. Através da divulgação nas redes sociais e de contactos com assistentes sociais e médicos, a primeira chamada foi “inundada” de pedidos. Sinal de que no território uma “intervenção qualificada e especializada em demência era mesmo uma necessidade”.

O apoio mental ao cuidador

Isabel Martins, e a mãe, Laurinda, 92 anos, residem numa freguesia limítrofe entre Braga e Famalicão, numa casa em área rural. Enquanto olha, por entre uma das janelas, para o verde que cobre o que rodeia a sua casa, Isabel revela que viu a sua mãe a dar os primeiros sinais de “pequenos esquecimentos” já lá vão 20 anos. “Ela refugiava-se atrás de mim quando nos encontrávamos com algumas pessoas. Não as reconhecia”, diz. Primeiro achou-se que se tratava de uma depressão, mas um



Local Aumenta a necessidade de apoio a idosos mas também a quem não os deixa



diagnóstico mais detalhado revelou a presença de demência. Os esquecimentos tornaram-se regra - “Ela comia sem regra: via um cacho de bananas e não tinha noção de quantas comia” - e a mobilidade deteriorou-se ao longo dos anos. “Tive de a colocar num centro de dia, porque a partir de certa altura começou a ser difícil”, conta Isabel. Em 2020, com a pandemia, deixou de ir ao centro de dia e está acamada desde então. No quarto onde está Laurinda, a fisioterapeuta Marília vai realizando exercícios de estímulo muscular para que os ventres musculares da idosa não atrofiem. Neste dia, afiança Andreia, ajudante ocupacional, Laurinda “está mais reactiva” do que na semana passada. Isabel ouviu falar do Sempre em Mente logo na génese do projecto e associou-se mal se abriu a oportunidade. Em quatro meses aprendeu mais com a equipa “do que em todos os anos anteriores”. Quando se trata de uma “criança, podemos ir buscar informações a todo o lado”, mas com um idoso “não há informação rigorosamente nenhuma”. E a logística de cuidar um idoso acamado, reforça, é “muito grande”. Isabel, 50 anos, trabalha como administrativa, o que lhe dá

flexibilidade para vir a casa as vezes que forem necessárias. Há também uma outra equipa, de um centro social, que a auxilia diariamente na higiene e faz levantar a mãe. Mas é sempre Isabel quem lhe dá o almoço, lhe muda a fralda e a deita na cama. A mãe, diz Isabel, “merece tudo”, mas a vida de quem cuida “fica em pausa”. “Não posso simplesmente passar um fim-de-semana fora. Há um sentido de sacrifício. Sacrifico a minha vida para cuidar da minha mãe.” **A culpa constante** O discurso de Isabel condensa um sentimento de culpa. Marília Silva, fisioterapeuta que integra o Sempre em Mente, lembra que Isabel “mostrou, inicialmente, muita resistência em aceitar a doença da mãe”. Não compreendia como a mãe, num ápice, “passou rapidamente de ir ao centro de dia para não conseguir fazer nada”. E foi aqui que residiu muito do trabalho inicial dos técnicos, o da psicoeducação, e Isabel foi “percebendo a gravidade” da doença. Mas a demência é cruel. “Não há cura.” Mesmo quando se aceita a condição definitiva do paciente, a noção de “impotência” por parte do cuidador não se

desvanece. “A Isabel ainda acha que é possível fazer melhor. Mostramos-lhe que não tem culpa de nada, ela faz o melhor que consegue.” O técnico torna-se parte da família e as suas palavras transformam-se em autoridade. “O que nós dizemos é ouro, e temos de ter muito cuidado senão a pessoa pensa que fez algo de errado e não é assim.” É por isso que o trabalho de Marília opera no território “mental, não tanto técnico”. Até no seu caso. “Também temos de lidar com a frustração de saber que esta doença é das mais ingratas. Lembro-me de que no início acompanhámos uma pessoa que conseguia andar diariamente mais de 20 minutos, ia ao café, e hoje já não consegue fazer 100 metros.” **A vida em suspenso** Quando doença está na fase inicial, como no caso de Amândio Faria, 88 anos, o discurso e a mobilidade, embora condicionados, ainda se mantêm preservados. Quem cuida do idoso é a filha, Maria, 50 anos, que reside na casa contígua à do pai. Os elementos do Sempre em Mente chegam e Amândio reconhece-os. Entram num quarto, devidamente equipado, e o

enfermeiro, Adriano, solicita a Amândio que se recoste numa cadeira. Houve uma queda há dias e Adriano vai trocar-lhe um penso no pé. “O senhor ainda me reconhece, sou o técnico de referência dele e ainda se vai lembrando de mim...”, mas nem sempre é assim”, diz Adriano Araújo, que se juntou ao Sempre em Mente no início do ano. A condição de Amândio foi detectada no final de 2023. Era alguém “muito activo, que ia ao centro de Braga frequentemente”, explica a filha, Maria. Foi também a pandemia, tal como com Laurinda, a acelerar a condição. “Houve uma quebra nas relações e isso foi-lhe afectando a sociabilidade.” Amândio foi demonstrando alguma dificuldade em expressar-se, mas a filha sempre considerou que era um problema decorrente da idade. Foi só com uma suspeita de AVC, que obrigou a uma ida ao hospital, que se concluiu ser algo mais sério. Um exame neurológico confirmou demência, sinal de que nenhum alerta, nesta idade, pode ser ignorado. Apesar de a doença estar numa fase inicial, a condição de alguém com demência obriga a um constante serpenteio diário. Há “sempre imprevistos” e até chegar a casa o estado de espírito é

dominado pela angústia. “Se calhar ele vê que eu nunca mais chego para lhe dar a comida e gera-me logo stress.” É Maria quem leva o pai às consultas, e é Maria quem abdica de férias. “A minha vida está um bocado em suspenso.” **Plano continua na gaveta** As visitas da equipa do Sempre em Mente a casa de Amândio são recentes, mas Maria Faria tece encômios ao serviço e apela a que mais do género cheguem a quem precisa. “Há centros de dia que se recusam a acolher pessoas com demência, porque sabem como é a condição. Fala-se no apoio à creche, mas estes, que contribuíram a vida toda, também merecem ajuda”, observa. Na Carta Social de 2022, relatório publicado em Junho pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, consta que a taxa de ocupação nos CACI (Centros de Actividades e Capacitação para a Inclusão) e lares residenciais para pessoas com deficiência ou incapacidade atingiu, em território continental, os 92,2%. Já a taxa de utilização das respostas sociais para idosos, que engloba centros de dia, lares e serviços de apoio domiciliário, está nos 73,1%. Considerando apenas os



Projecto Sempre em Mente
Além do apoio às pessoas com
demência, é preciso apoiar os
cuidadores, que, “além de
sobrecarregados, não sabem
como cuidar”

A importância dos técnicos
“O que nós dizemos é ouro,
e temos de ter muito cuidado,
senão a pessoa pensa que fez
algo errado e não é assim”

Números

34.000

Entre 2020 e 2023 houve cerca de 34.000 pedidos de estatuto de cuidador informal no país, mas só metade foram aceites

800.000

A Associação Nacional de Cuidadores Informais diz que serão mais de 800.000 as pessoas no país a cuidar, e a maior parte sem apoio de IPSS

serviços de apoio domiciliário, a percentagem ronda os 55%.

A desarticulação entre procura e oferta para as pessoas com demência pode explicar-se entre “o que é oferecido e o que as pessoas efectivamente precisam”, esclarece Catarina Alvarez, psicóloga responsável pelas relações institucionais da Associação Alzheimer Portugal.

A responsável crê que é necessário “aumentar a literacia dos cidadãos e reduzir o estigma” para que o diagnóstico seja cada vez mais atempado. “Por um lado, as pessoas ainda não sabem bem quais os sinais de alerta da demência, e, por outro, também não querem um diagnóstico que as coloque socialmente num grupo que é discriminado”, acrescenta.

Em Portugal, estima-se que serão cerca de 230 mil as pessoas a sofrer de demência em 2025, segundo consta no relatório Alzheimer Europe de 2019. Um recente artigo de três investigadoras portuguesas publicado no *Journal of Geriatric Psychiatry and Neurology* aponta que em 2080 o rácio de potenciais cuidadores por cada idoso acima dos 80 anos - as idades mais afectadas pela doença - poderá diminuir dos actuais quatro para apenas um.

Em 2018, o Governo anunciou a

constituição do Plano Nacional da Saúde para as Demências, tendo sido determinada a criação de cinco planos regionais. Prevê respostas de continuidade, abrangendo cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados, sob os princípios de proximidade, especificidade e de equidade. E é neste último âmbito que a resposta é mais urgente. “É diferente um doente com demência morar em Lisboa ou num concelho do Alto Alentejo”, assinala Catarina Alvarez.

Nas Irmãs Hospitaleiras, casa responsável pelo Sempre em Mente, Maria Anália Antunes, superiora da instituição, assinala que a IPSS tem regularmente de “mendigar por ajudas”. “É uma vergonha, este é um serviço que o próprio Estado devia garantir e nem sequer nos apoia para o fazermos”, refere.

O Plano Nacional da Saúde para as Demências tem prevista uma articulação muito próxima com todo o sector social, mas o certo é que a sua concretização permanece na gaveta. Os atrasos têm sido muitos. Primeiro foi pandemia, depois, já com o plano a ser operado ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi a demissão da comissão executiva e do seu coordenador, António

Leuschner, e, finalmente, deu-se a recente reorganização do SNS e consequente extinção das ARS, em que incidia a responsabilidade de executar os planos regionais.

No início deste ano foi nomeado um novo coordenador da comissão executiva, Manuel Caldas de Almeida, e, de acordo com Catarina Alvarez, que faz parte da comissão executiva, o quadro actual, após a realização de duas reuniões de trabalho, é o de “retomar as pontas que ficaram soltas”.

Manter o que de bem se faz

Com um apoio do BPI, o Sempre em Mente começou por ser gratuito. O patrocínio cessou no final de 2021 e o projecto continuou, mas com custos para os utentes, deixando de lado muitos dos apoiados na primeira vaga.

Face aos resultados, a interrupção da gratuidade do projecto é cenário indesejável, e deveria existir, refere Catarina Alvarez, “um comprometimento dos governos em assumir estes projectos qualificados que demonstram eficácia e transformá-los em respostas de continuidade”.

No final do ano passado, o Sempre em Mente voltou a garantir um patrocínio através de um prémio da Fundação Manuel António da Mota, permitindo o acompanhamento, novamente gratuito, a 30 pessoas. O maior desafio, refere Patrícia Godinho, é mesmo tornar o projecto sustentável e ininterrupto. A demência “prolonga-se durante anos e faz todo o sentido continuar a acompanhar estas pessoas durante todo esse tempo”.

Na primeira vaga do Sempre em Mente, foram abrangidos Domingos e Manuela. Ele nasceu em Braga, ela nos Açores. Estiveram no Brasil, mas foi em Évora que viveram grande parte da sua vida. Pelo meio conceberam dois filhos, um rapaz e uma rapariga.

Aos 69 anos, ainda em Évora, Domingos meteu os papéis para a reforma. Dá pouco por mês e, como Manuela não tem direito a pensão, porque só descontou 15 anos, o casal foi obrigado a mudar-se para Braga, onde Domingos ainda tem família.

O apartamento onde residem está num quarto andar de um prédio sem elevador, em plena Avenida da Liberdade. Apesar da luminosa vista para um parque, a casa já revela vestígios de insalubridade nas paredes enegrecidas pela humidade. Nelas contrastam quadros de Arraiolos, bordados por Manuela. Desde o diagnóstico de Domingos, deixou de ter tempo para eles. “Nem pensar nos quadros. Agora, o pouco tempo que tenho é para os afazeres.”

Os filhos e os netos estão em Évora e Manuela conta só com o apoio de um centro de dia para cuidar do marido, que aí fica das 9h às 15h30. É Manuela quem dá banho, veste e alimenta Domingos. E o rendimento do casal resume-se à reforma modesta de Domingos e a um complemento solidário de pessoa idosa, atribuído a Manuela. Para o pagamento da renda, recebem um subsídio da Câmara de Braga.

Entre o primeiro acompanhamento da equipa do Sempre em Mente, em 2021, e agora, a condição de Domingos alterou-se significativamente. Há três anos, Domingos ainda subia até ao meio da avenida para comprar pão e identificava o caminho até casa. Hoje está na fase intermédia, “quando as pessoas estão mais agitadas, têm atitudes erráticas e tentam fugir de casa, porque já não a reconhecem como sendo a deles”, explica Patrícia Godinho.

No apartamento do casal, pontuam fotografias da família - mas Domingos já não reconhece ninguém. “Quando a minha filha vem cá com o marido, ele refere-se a eles como o ‘casal que é muito simpático’.

No centro de dia, quando lhe perguntam se tem filhos, ele diz que não tem”, diz Manuela. Da própria esposa também já sobram poucos sinais. “Ele conhece-me, porque estou aqui com ele, mas não sabe o meu nome.”

O sentimento é de permanente sobressalto. “Estou sempre preocupada. Se me acontece alguma coisa, ele não sabe chamar uma pessoa, pegar no telefone, abrir uma porta.” E o pior já esteve para acontecer. Domingos já se perdeu três vezes na rua, o mesmo número de vezes que tentou sair pelas janelas de casa.

Daniela Fernandes, terapeuta ocupacional do projecto Sempre em Mente desde 2022, já acompanhou dezenas de doentes e cuidadores, e são os que moram na urbe que lhe merecem mais compreensão. “Quando vemos estas pessoas desprotegidas, algumas a viver num centro urbano, supostamente com muitas respostas... Parece que depois tudo falha, ninguém está lá para os ouvir.”

Distante da família mais próxima e agarrada a um rendimento limitado, Manuela louva o apoio da equipa que, uma vez por semana, vai lá a casa ajudá-la. As visitas de Daniela e Patrícia são um farol de esperança e companheirismo, mas a necessidade clama por mais. “Era preciso que alguém tomasse conta dele como ele merece. Acho que não tenho capacidade para isso. Sempre me deu uma vida boa e eu também lhe quero dar um fim bom.”



TIJ declara que ocupação israelita dos territórios palestinos é ilegal

“A ocupação não pode ser usada para manter um povo ocupado na incerteza”, decretou o tribunal na sua opinião não vinculativa, mas com um grande peso

Maria João Guimarães

O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) considerou, ontem, que a ocupação israelita dos territórios palestinos que dura desde a guerra de 1967 é contrária ao direito internacional e que deve terminar o mais rapidamente possível, declarando ainda que o Estado hebraico tem a obrigação de proceder a reparações.

É um veredicto considerado histórico, já que é a primeira vez que a mais alta instituição judicial da ONU se pronuncia – embora de modo não vinculativo – sobre a legalidade de toda a ocupação israelita. Foi feita na sequência de um pedido da Assembleia Geral da ONU de Dezembro de 2022, antes do ataque de 7 de Outubro do Hamas contra Israel e da guerra na Faixa de Gaza.

“A ocupação não pode ser usada para manter um povo ocupado na incerteza”, declarou o tribunal, na opinião lida pelo juiz-presidente Nawaf Salam, declarando que a ocupação israelita do território é ilegal.

O tribunal concluiu ainda que Israel deve permitir o retorno dos palestinos que saíram ou foram

obrigados a sair das suas casas desde 1967, o que foi, para a especialista em direito internacional da Universidade de Essex Tara Van Ho, a parte mais surpreendente da decisão. “Não precisavam de o ter feito, mas o facto de o terem feito mostra quão seriamente o tribunal levou o caso e também que estava empenhado numa opinião sobre toda a situação para não ter de voltar à questão repetidamente.”

Antes, o tribunal tinha considerado que as políticas israelitas em grande parte do território palestino, mas não todo, constituíam uma anexação do território, citando políticas que incluem o muro de separação, o desvio de recursos locais para colonatos, a proclamação de Jerusalém como sua capital, e a aplicação da lei israelita em Jerusalém Leste, que parecem desenhadas para manter um controlo indefinido.

O tribunal considerou ainda que havia uma discriminação sistemática dos palestinos por parte de Israel, e que em Jerusalém Leste havia “um ambiente hostil para a população palestina” que é tratada como se fosse estrangeira, falando das auto-

rizações de residência e do esquema de autorização de construções. As políticas israelitas fazem com que haja uma separação quase total da população, declarou o tribunal, quando questionado sobre se as acções de Israel poderiam ser consideradas equivalentes a *apartheid* (a leitura de alguns especialistas em direito internacional variava, com uns a dizerem que o tribunal considerava haver *apartheid* e outros a dizer que ficou a pouco de o fazer).

Em relação aos colonatos judaicos em território ocupado, o tribunal indicou que há provas do apoio israelita à transferência de população civil e infra-estruturas, e que mesmo colonatos considerados não conformes com a lei nacional acabam por ser legalizados, e por isso os colonatos são ilegais e devem ser desmantelados. Foi referida ainda a violência levada a cabo por colonos sobre palestinos, e o facto de não se procurar que não ocorra, ou não ser punida por Israel de modo eficaz, o que é inconsistente com as obrigações de Israel enquanto potência ocupante.

O processo foi marcado por uma par-

ticipação-recorde de mais de 50 países e de três organizações internacionais a expor os seus argumentos. Israel enviou apenas uma declaração escrita, não participando no processo, e descrevendo o caso como “um abuso do direito internacional”, alegando ainda que as questões colocadas eram parciais. O tribunal foi questionado sobre as consequências para os Estados-membros e decidiu que todos os Estados-membros têm a obrigação de não reconhecer uma situação que é ilegal, e de não dar apoio à sua manutenção.

“O povo judaico não é ocupante na sua terra, incluindo a nossa capital eterna, Jerusalém, ou na Judeia e Samaria [nome bíblico para a Cisjordânia], a nossa pátria histórica”, declarou Benjamin Netanyahu em comunicado. “Nenhuma opinião absurda de Haia pode negar esta verdade histórica ou o direito legal de israelitas a viver nas suas comunidades na nossa pátria ancestral.”

Potenciais consequências

Quanto a consequências práticas desta opinião, há quem lembre que a opinião não vinculativa anterior do TIJ sobre o muro de separação que declarava que uma parte do seu traçado era ilegal, em 2004, não levou a grandes mudanças.

A jornalista especializada na cobertura dos dois tribunais internacionais em Haia Molly Quell comentava, na rede social X, que “há poucas expectativas de que a decisão de hoje tenha muito impacto prático”, mas “deverá ser uma vitória simbólica e clarificar questões legais importantes”. Já Tara Van Ho sublinhou que depois de o tribunal concluir que a utilização por Israel de recursos naturais de território palestino excede os seus direitos enquanto potência ocupante terá “implicações para negócios na Cisjordânia”.

Alonso Gurmendi, especialista em relações internacionais do King's College de Londres, sublinhou, pelo seu lado, também no X, que o tribunal emitiu uma opinião sobre várias questões que seriam objecto de um futuro acordo de paz (como a retirada dos colonatos judaicos de território ocupado ou o direito de retorno de refugiados palestinos) e por isso tem relevância não pelo que pode acontecer agora, mas pela força que dá à posição palestina, que ganha o respaldo da mais alta instância judicial da ONU.

O especialista destacou ainda o caminho que a Palestina fez no palco internacional, de ter apenas um lugar na Liga Árabe “e nada mais” para hoje ser “um Estado observador na ONU com processos no TIJ e no TPI”. A especialista em justiça internacional Juliette McIntyre, da Universidade da Austrália Meridional, comentou no X que “esta é literalmente uma opinião não vinculativa com repercussões mundiais”.

Uma vítima mortal

Houthis reivindicam ataque com *drone* em Telavive

Os rebeldes houthis do Iémen reivindicaram ontem a autoria de um ataque em Telavive com um *drone* de fabrico iraniano que matou pelo menos uma pessoa e feriu outras quatro esta madrugada.

Pelo menos uma pessoa, um homem de 50 anos, morreu numa explosão ouvida pelas 3h15 (1h15 em Portugal), no centro de Telavive, perto da embaixada dos Estados Unidos. Oito pessoas foram ainda levadas para hospitais da cidade, tendo quatro delas sido tratadas por ferimentos causados por estilhaços, segundo as autoridades de emergência israelitas, citadas pelo *The Times of Israel*.

“A Força Aérea das Forças Armadas do Iémen [como os houthis se auto-denominam] levou a cabo uma operação militar qualitativa, que consistiu em atacar um dos alvos importantes na região ocupada de Jaffa, chamada “Telavive israelita”, afirmou o porta-voz militar dos houthis, Yahya Sarea, em comunicado.

Segundo o porta-voz do Exército israelita, Daniel Hagari, citado pela Reuters, o *drone* era um modelo actualizado Samad-3, de fabrico ira-

niano, que terá chegado vindo do Iémen até Telavive.

O veículo aéreo não tripulado utilizado “é capaz de evitar os sistemas de interceptação do inimigo e não ser detectado pelos radares”, afirmou ainda o porta-voz dos houthis, na mesma nota, publicada na rede social X (antigo Twitter).

“A operação atingiu com sucesso os objectivos”, disse o responsável, alertando que os houthis “declaram a região ocupada de Jaffa uma área insegura e que será um alvo principal dentro do alcance das armas” do grupo.

O ataque foi realizado “em apoio ao povo palestino” e “em resposta aos massacres israelitas em Gaza”, declarou.

“Vamos concentrar-nos em alcançar a frente interna do inimigo sionista e atingir as profundezas”, sublinhou o porta-voz, admitindo que o grupo tem “objectivos sensíveis militares e de segurança” em Israel, que vai continuar a “atacar em resposta aos massacres e crimes do inimigo contra os irmãos em Gaza”.

O ministro da Defesa, Yoav Gallant,

disse, em comunicado, que iriam “acertar contas com quem quer que atente contra o Estado de Israel ou contra ele aja para causar terror”. O comunicado, emitido pelo gabinete do ministro, foi emitido depois de uma reunião com líderes militares para avaliar o ponto de situação.

O presidente da câmara de Telavive, Ron Huldai, anunciou que a cidade elevou o nível de alerta depois do ataque. Huldai, citado pelo jornal *The Times of Israel*, disse ainda que a



Pelo menos oito pessoas foram levadas para hospitais na cidade depois do ataque

cidade estava pronta para mais desdobramentos, caso os houvesse, e pediu aos cidadãos para seguirem as instruções das autoridades.

Já o embaixador dos Estados Unidos em Israel disse na rede social X que estava “chocado com o descarado ataque de um *drone* houthi em

Telavive esta manhã”, afirmando que todos os membros do *staff* da embaixada estavam “seguros”.

Os rebeldes houthis do Iémen, próximos do Irão e que controlam parte do país devastado pela guerra, têm vindo a realizar ataques ao largo da costa do país desde Novembro.

Os houthis defendem que os ataques visam navios que sirvam portos israelitas em solidariedade com os palestinianos, no contexto da guerra entre Israel e o movimento islamita Hamas na Faixa de Gaza.

Os Estados Unidos, um aliado próximo de Israel, criaram em Dezembro uma força multinacional para proteger a navegação na zona estratégica e lançaram os primeiros ataques no Iémen em Janeiro, com a ajuda do Reino Unido.

A contra-ofensiva não dissuadiu os houthis, que dizem estar agora a atacar também navios norte-americanos e britânicos. Os houthis integram o chamado “eixo de resistência”, uma coligação liderada pelo Irão e que fazem parte também, entre outros, o Hamas e o movimento xiita libanês Hezbollah. **Lusa**

Apoio humanitário

Reino Unido vai retomar financiamento da UNRWA

André Certã

Seis meses depois de anunciar a suspensão, o novo Governo do Reino Unido vai retomar “imediatamente” o financiamento da UNRWA, a agência das Nações Unidas para os refugiados palestinianos, anunciou ontem o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, David Lammy.

O anúncio foi feito durante um debate parlamentar na Câmara dos Comuns britânica, em que Lammy afirmou que a ajuda humanitária é “necessidade moral perante uma catástrofe destas” e que são as agências humanitárias que asseguram “que o apoio do Reino Unido chega aos civis no terreno”.

Na rede social X, o Ministério dos Negócios Estrangeiros confirmou que o Reino Unido iria acabar com a “pausa no financiamento” à agência das Nações Unidas, anunciando o envio de perto de 25 milhões de euros para a UNRWA de modo a “apoiar a resposta humanitária em Gaza, prestar serviços essenciais aos refugiados em toda a região e aliviar o sofrimento dos civis”.

Aos deputados o ministro subli-

nhou que a UNRWA é “absolutamente central nestes esforços” de assistência, porque mais nenhuma organização tem a capacidade de distribuição que a agência das Nações Unidas tem.

O anterior Governo do Reino Unido, liderado por Rishi Sunak, tinha decidido suspender o financiamento do país direccionado para a UNRWA em Janeiro, juntamente com 16 outros países, incluindo os Estados Unidos e a Alemanha. A justificação da suspensão baseou-se em alegações de Israel, que tinha acusado mais de dois mil funcionários da agência de terem colaborado com as forças do Hamas durante o ataque do dia 7 de Outubro a território israelita.

No entanto, após a divulgação do relatório da investigação independente liderado pela antiga ministra francesa dos Negócios Estrangeiros Catherine Colonna sobre a neutralidade da UNRWA, que disse que não havia provas para sustentar as alegações israelitas e sublinhou a importância da agência no apoio humanitário na Faixa de Gaza, os países que suspenderam foram

anunciando, aos poucos, a retoma do financiamento.

Até agora, só o Reino Unido e os Estados Unidos restavam na lista de Estados que tinham parado de financiar a agência das Nações Unidas, ficando os EUA, os maiores financiadores individuais da agên-



Edifício da UNRWA atacado por Israel na Faixa de Gaza

cia, sozinhos na suspensão do financiamento da UNRWA.

“Estamos convictos de que, após a análise independente de Catherine Colonna, a UNRWA está a garantir que cumpre os mais elevados padrões de neutralidade e a reforçar os seus procedimentos”, afirmou David Lammy no Parlamento, que disse ter ficado “chocado” com as alegações de Israel, mas ressaltou que “a ONU levou estas alegações a sério”.

A política em relação à situação na Faixa de Gaza do novo Governo do Partido Trabalhista (Labour, em inglês) liderado pelo primeiro-ministro, Keir Starmer, alterou-se face ao executivo conservador que o antecedeu, a que se juntou a pressão interna que levou a derrotas em círculos eleitorais diante de opositores maioritariamente independentes.

No passado dia 15 de Julho, David Lammy pediu um “cessar-fogo imediato” numa visita a Israel e aos territórios ocupados na Cisjordânia, onde se reuniu no domingo com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e com o primeiro-ministro da Autoridade Palestiniana, Mohammed Mustafa.

Apelo de Trump à união não durou até ao final do seu discurso

Pedro Guerreiro, em Milwaukee

Trump voltou a ser Trump e encerrou a convenção republicana a recuperar acusações de fraude eleitoral

“Não era suposto eu estar aqui.” O discurso de aceitação de nomeação de Donald Trump como candidato dos republicanos às presidenciais norte-americanas de Novembro, em Milwaukee, no Wisconsin, arrancou com um tom solene e emotivo, em ritmo lento e perante o silêncio absoluto de milhares de delegados, apoiantes e jornalistas presentes na arena Fiserv, com o ex-Presidente a descrever o ataque de que foi alvo no último sábado, num comício na Pensilvânia.

“Nunca vão ouvir-me contar isto uma segunda vez, porque é demasiado doloroso para contar”, anunciou. “Havia sangue por todo o lado e, no entanto, de certa forma, senti-me muito seguro, porque tinha Deus a meu lado”, disse ainda. “Estou aqui convosco nesta arena apenas pela graça de Deus Todo-Poderoso”, afirmou.

Ao longo desta semana, Trump e os aliados sinalizaram que o ataque na Pensilvânia levava o candidato a rasgar o discurso que tinha preparado para a convenção, a dispensar o seu registo habitualmente belicoso e a preparar um reposicionamento como candidato unificador num país chocado com um episódio grave de violência política, apelando à moderação e à reconciliação.

Houve uma tentativa de o fazer na madrugada de sexta-feira em Milwaukee, no que terá sido o mais longo discurso de aceitação de nomeação de um candidato presidencial, para lá da marca da hora e meia, levando alguns delegados e apoiantes a fechar os olhos, já depois das 23h locais (5h em Portugal continental), e outros a abandonar a arena antes do término. Trump começou por dizer que se candidata a ser Presidente de “toda a América” e não de “metade da América”, declarando que os seus concidadãos “estão interligados por um único destino”. Disse ainda que iria tentar não dizer sequer o nome daquele que é, para já, o seu adversário democrata, o Presidente Joe Biden.

Mas a trégua e o apelo à união não duraram sequer até ao final do longo discurso, com Trump a atacar o actual chefe de Estado repetidas vezes. “Se juntarem os dez piores presidentes



CALLAGHAN O'HARE/REUTERS



SHAWN THEW/EPA

Trump aceitou oficialmente a sua nomeação como candidato dos republicanos à Casa Branca

Se juntarem os dez piores presidentes de sempre, não causaram tantos danos como Biden

Donald Trump
Candidato republicano

de sempre, eles não causaram tantos danos como aqueles que Biden causou”, disse, acusando ainda os democratas de “destruir” o país, quando referia os inúmeros processos judiciais de que é ou foi alvo, chamando “maluca” à congressista Nancy Pelosi e voltando a recuperar a tese infundada de que foi vítima de fraude eleitoral nas presidenciais de 2020.

Regresso ao petróleo

Encerrada a tentativa de moderação, e já a muitos minutos de distância do relato emotivo do ataque da Pensilvânia, que incluiu ainda uma homenagem à única vítima mortal do ataque, com um beijo no capacete do bombeiro Corey Comperatore, Trump voltou a ser Trump. Mais descontraído, ignorou recorrentemente o teleponto, divagou repetidas vezes e embarcou na defesa do programa

político que foi sendo apresentado ao longo da última semana e meia, antes e durante a convenção: os republicanos fazem do combate à inflação e à imigração ilegal as suas principais bandeiras de campanha.

Na frente económica, e depois de exagerar os níveis de inflação atingidos durante a Administração Biden (não são os maiores da história, como afirmou), Trump prometeu aumentar a extracção de petróleo nos Estados Unidos (“*drill, baby, drill*”, disse, desencadeando uma das maiores ovações da noite) para que o país se torne não apenas “energeticamente independente”, mas “energeticamente dominante” no mundo.

“Ao reduzirmos os custos da energia, vamos reduzir os custos de transporte, de produção, de todos os bens de consumo. Começa com a energia. Lembrem-se de que temos mais ouro líquido debaixo dos nossos pés do que qualquer outro país”, disse. A transição energética, que atribuiu ao que chama “fraude verde”, será posta na gaveta. Bem como os incentivos à compra de carros eléctricos.

Trump prometeu ainda trazer postos de trabalho no sector industrial de volta ao país, num discurso em que referiu várias vezes a indústria automóvel, declarando que as empresas estrangeiras que quiserem vender produtos nos Estados Unidos “têm de os fabricar nos Estados Unidos” – ou enfrentar tarifas pesadas.

E, tal como o fizera na noite anterior J.D. Vance, o seu candidato a vice-presidente, Trump relacionou

a subida dos custos da habitação e do desemprego (que se encontra em níveis reduzidos, na verdade) com a presença de imigrantes ilegais no país. O ex-Presidente prometeu decretar “a maior deportação” da história dos Estados Unidos, como foi dito ao longo de toda a convenção, acusando países como El Salvador de “enviar os seus assassinos para a América”, ressaltando, contudo, que o país está aberto à imigração, “desde que seja legal”.

Na frente externa, Trump prometeu “terminar cada uma das crises internacionais que a actual Administração criou, incluindo a guerra terrível entre a Rússia e a Ucrânia”, que, disse, “nunca teria acontecido” consigo na Casa Branca, e “a guerra criada pelo ataque contra Israel”. Não disse como, falando depois da sua boa relação com Kim Jong-un e com o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, e alegando ter derrotado o Daesh “em dois meses” (na verdade, o esforço de guerra prolongou-se por vários anos e fora iniciado durante a Administração Obama).

“O nosso planeta está à beira da III Guerra Mundial”, alertou ainda, referindo o aumento de tensão entre Pequim e Taiwan.

Melania apareceu

Foi o regresso do Trump *vintage* – verborreico, errante, exagerado –, que fechou uma noite de contraste marcado com os dias anteriores da convenção republicana de Milwaukee. Se segunda, terça e quarta-feira seguiram o modelo tradicional de discursos em torno dos principais temas de campanha, a noite de quinta foi sobretudo um espectáculo de entretenimento em torno de Trump. O comentador Tucker Carlson e a antiga estrela de *wrestling* Hulk Hogan, este último a arrancar sorrisos embevecidos do ex-Presidente, arrebataram a multidão. Kid Rock, Lee Greenwood e a banda de *covers* Sixwire transformaram a convenção política num festival rock. Melania Trump, praticamente ausente do espaço público desde a saída da Casa Branca, apareceu finalmente na convenção, sorrindo e acenando na tribuna, mas sem fazer qualquer discurso.

Os republicanos avançam agora para os últimos três meses de campanha entre a familiaridade e a incógnita. O partido sai unido de Milwaukee em torno do mesmo Trump que se apresentou a votos pela primeira vez em 2016, e não de uma nova versão que, durante alguns dias, andou a ser ensaiada.

ABELAFO
MONSTRO

MARIA LAMAS

Cis Mulheres do meu País

COMPRE AQUI



loja.publico.pt

EDIÇÃO MENSAL
1ª QUARTA DE CADA MÊS

PARA AQUISIÇÃO PARCIAL OU TOTAL
DOS FASCÍCULOS, CONTACTAR
COLECCOES@PUBLICO.PT

A obra emblemática de Maria Lamas sobre as MULHERES PORTUGUESAS. Um retrato extraordinário e revolucionário do nosso país, feito por uma mulher empenhada nos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, agora reeditado como há 75 anos, em 1948, em 15 fascículos mensais, com capa dura, os ferros de estampagem originais e o restauro integral das imagens. Guarde este documento histórico dedicado «a todas as mulheres portuguesas (...) que reflecte o grande sonho de um mundo mais harmonioso e iluminado de fraternal amor», como era o desejo da autora.

+12,90€
EM BANCA
COM O PÚBLICO
P



FASCÍCULO 14



Zelensky renova apelo em Londres por mísseis de longo alcance contra a Rússia

António Saraiva Lima

Presidente ucraniano foi o primeiro líder estrangeiro a participar num Conselho de Ministros do Governo britânico em quase 30 anos

O Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, participou ontem numa reunião do *Cabinet* (Conselho de Ministros) do Governo do Reino Unido, onde renovou o seu pedido de ajuda aos aliados ocidentais de Kiev para que facilitem a utilização de mísseis e de outro tipo de armamento de longo alcance pelas Forças Armadas ucranianas contra alvos em território da Federação Russa.

“Neste momento, falta-nos a principal resposta a esta questão: a nossa capacidade de longo alcance. Por favor, convençam os outros parceiros a acabar com os limites [à utilização de mísseis de longo alcance contra a Rússia]”, solicitou Zelensky, no seu discurso inicial no Conselho de Ministro, divulgado pelo número 10 de Downing Street.

Segundo o chefe de Estado ucraniano, que solicitou ao novo primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, que “mostre liderança” nesta matéria, “se as restrições sobre as armas

ocidentais forem levantadas”, a Ucrânia reforçará e “salvaguardará as suas posições na linha da frente” e “será possível destruir” locais de armazenamento de armas e de lançamento de ataques russos próximos da fronteira com o seu país.

Os governos do Reino Unido e dos Estados Unidos, os dois Estados-membros militarmente mais poderosos da NATO, já deram o seu aval político ao envio e utilização de mísseis britânicos e americanos para atacar alvos russos, e as Forças Armadas ucranianas já receberam e usam algumas destas armas, mas não na quantidade que Kiev gostaria.

Temendo o risco de a Rússia retaliar contra o que poderá considerar ser um envolvimento directo da Aliança Atlântica no conflito, outros membros da NATO estão mais reticentes em aderir a esta iniciativa.

Visita “histórica”

Volodymyr Zelensky já tinha visitado Downing Street e também já tinha discursado no Parlamento de Westminster, por videoconferência e em pessoa, durante os governos conservadores de Boris Johnson e de Rishi Sunak.

A participação numa reunião do Conselho de Ministros britânico, em Londres, é, no entanto, mais signi-



BENJAMIN CREMEL/REUTERS

Keir Starmer descreveu encontro com Zelensky como “histórico”

ficativa, por ser tão rara; Bill Clinton, antigo Presidente dos EUA, foi o último líder de um país estrangeiro a ser convidado para um encontro do *Cabinet*, em 1997, quando o trabalhista Tony Blair era primeiro-ministro do Reino Unido.

Keir Starmer, que lidera o executivo há apenas duas semanas - depois de o Partido Trabalhista ter vencido as últimas eleições legislativas, acabando com quase 14 anos de gover-

nação conservadora -, explicou que o convite a Zelensky foi uma forma de realçar que o apoio de Londres a Kiev continua a ser “inabalável” e de assegurar que a Ucrânia “está e estará sempre no centro da agenda” do novo Governo.

“É um momento muito especial; podemos reiterar o nosso apoio, a si e ao povo ucraniano, na luta contra a agressão russa e termos esta oportunidade de confirmar, mais

uma vez, a nossa determinação em estarmos ao vosso lado”, congratulou-se o primeiro-ministro, falando numa visita “histórica”.

Na véspera, na cimeira da Comunidade Política Europeia, em Woodstock, na região inglesa de Oxfordshire, Starmer já tinha definido o sucesso da Ucrânia na resistência ao invasor russo como “prioritária” para o continente europeu, e dado a oportunidade a Zelensky para discursar perante 46 líderes políticos ali reunidos.

Nesse mesmo dia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico anunciou sanções económicas dirigidas a 11 navios pertencentes à chamada “frota sombra” da Rússia, envolvidos no transporte de petróleo russo e suspeitos de contornarem sanções anteriores ao sector do transporte marítimo.

Além disso, o Governo britânico também revelou que os ministros da Defesa do Reino Unido e da Ucrânia vão assinar o “Tratado de Apoio às Exportações de Defesa”, um novo documento que, segundo a Reuters, permitirá à Ucrânia recorrer a um fundo de 3,5 mil milhões de libras (cerca de 4,1 mil milhões de euros) destinado a acelerar a indústria de armamento de ambos os países e a aumentar a sua exportação.

Moscovo condena jornalista norte-americano a 16 anos de prisão por espionagem

O jornalista norte-americano Evan Gershkovich foi condenado a 16 anos de prisão na Rússia por espionagem num julgamento à porta fechada concluído ontem. Os EUA exigem a sua libertação e acusam o Kremlin de querer usar o jornalista como moeda de troca.

O repórter do *Wall Street Journal* foi detido em Março do ano passado na província de Ecaterimburgo por suspeitas de estar a recolher informações confidenciais relacionadas com as Forças Armadas russas a mando da CIA. Gershkovich e o jornal rejeitaram sempre as acusações, que acreditam ser politicamente motivadas.

A acusação pediu uma pena de 18 anos de prisão para o jornalista pelo crime de espionagem, que, segundo a lei russa, pode chegar aos 20 anos. Gershkovich é acusado de ter tentado obter informações acerca de uma

fábrica que produz tanques para o Exército russo em Ecaterimburgo. A defesa tem agora 15 dias para recorrer da sentença.

O Presidente dos EUA, Joe Biden, disse que Gershkovich “não cometeu qualquer crime” e foi “visado pelo Governo russo por ser um jornalista e por ser americano”. “Jornalismo não é um crime, iremos continuar com a defesa forte da liberdade de imprensa na Rússia e em todo o mundo, e iremos fazer frente a todos aqueles que procuram atacar a imprensa ou visar jornalistas”, acrescentou.

Biden disse ainda não ter “prioridade mais elevada do que trabalhar pela libertação e pelo regresso seguro de Evan, Paul Whelan e todos os americanos detidos de forma irregular e mantidos como reféns no estrangeiro”.

A pena de Gershkovich terá de ser

cumprida numa prisão de segurança máxima. A última sessão do julgamento estava inicialmente agendada para Agosto, mas, de forma inesperada, foi antecipada.

O *Moscow Times* sugere que a rapidez invulgar com que o caso de Gershkovich foi concluído poderá indicar que o Kremlin está perto de alcançar um acordo com os EUA para uma potencial troca de prisioneiros. Geralmente, Moscovo apenas aceita trocar presos depois de uma condenação em tribunal.

Em Fevereiro, o Presidente russo, Vladimir Putin, mostrou abertura



Evan Gershkovich foi preso em Março do ano passado enquanto fazia reportagens em Ecaterimburgo

para negociar a libertação do jornalista e de outros cidadãos norte-americanos presos na Rússia no âmbito de negociações com Washington. Não há, porém, notícia de qualquer conversação nesse sentido.

Questionado sobre uma potencial negociação para troca de presos entre os EUA e a Rússia, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, rejeitou fazer qualquer comentário. Entre os presos russos que Moscovo gostaria de ver de regresso ao país está Vadim Krasikov, actualmente a cumprir uma pena de prisão perpétua na Alemanha por ter matado um dissidente tchetcheno-georgiano num parque de Berlim, em 2019.

Desde o final da Guerra Fria que nenhum jornalista norte-americano era preso e condenado por espionagem na Rússia. A detenção de Gershkovich levou muitos dos últimos

correspondentes ocidentais na Rússia a abandonarem o país nos últimos tempos.

O *Wall Street Journal* tem negado todas as acusações e exigido a libertação de Gershkovich, considerando que o processo é uma “farsa”. “Esta condenação vergonhosa e falsa surge depois de Evan ter passado 478 dias na prisão, detido irregularmente, longe da família e dos amigos, impedido de trabalhar, tudo por ter cumprido o seu papel como jornalista”, disseram a *publisher* e a directora do jornal, Alma Latour e Emma Tucker, num comunicado conjunto.

“Iremos continuar a fazer tudo aquilo que for possível para pressionar pela libertação de Evan e no apoio à sua família. O jornalismo não é um crime e não iremos desistir até que Evan seja libertado”, acrescentaram. **PÚBLICO**

O QUE ACONTECE QUANDO OS NOSSOS DADOS PESSOAIS SÃO VIOLADOS?

E O QUE ACONTECE A ALGUÉM QUE DENUNCIA ESSA VIOLAÇÃO?

O DENUNCIANTE



P

APOIO: LTP

Depois de mais três décadas no SNS,
um médico denunciou o hospital
onde trabalhava.

Uma investigação de **Inês Rocha**
sobre como são protegidas
as informações mais privadas
de cada doente.

SÉRIE COMPLETA
JÁ DISPONÍVEL

Se gostou deste *podcast*, **subscreve o Séries P**,
o novo canal áudio do PÚBLICO, dedicado a séries narrativas.



Disponível também em publico.pt/podcasts ou em qualquer agregador de *podcasts*.



Apple Podcasts



Spotify



YouTube

Apagão informático global também afectou Portugal

Problema estará resolvido, mas efeitos vão prolongar-se. ANA diz que falha informática à escala mundial causou “constrangimentos no *check-in*”

Sofia Neves e João Pedro Pincha

Dezenas de instituições e serviços de todo o mundo ficaram paralisados ou fortemente perturbados ontem devido a uma falha informática de um sistema de cibersegurança que afectou a utilização do sistema operativo Windows, da Microsoft. Bancos australianos, meios de comunicação social britânicos, companhias aéreas europeias, serviços de saúde, aeroportos e supermercados em todas as latitudes relataram ter sido afectados e não conseguiram aceder aos seus sistemas.

As principais agências estatais de cibersegurança descartaram a possibilidade de se tratar de um ciberataque. De acordo com fontes do sector, incluindo o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) português, a origem do apagão esteve numa actualização defeituosa do *software* Falcon da CrowdStrike, uma empresa norte-americana de cibersegurança. Numa mensagem telefónica pré-gravada na sua linha de suporte técnico, a empresa referiu ontem que “estava ciente dos relatos de falhas no sistema operacional Windows da Microsoft relacionadas com o seu sensor Falcon”.

O presidente executivo da CrowdStrike, George Kurtz, assumiu na rede social X (antigo Twitter) a responsabilidade pelo apagão. “Isto não é um incidente de segurança ou um ciberataque”, garantiu. “O problema foi identificado, isolado e uma correcção já foi lançada”, acrescentou, assegurando que a empresa está “plenamente mobilizada para garantir a segurança e estabilidade” dos seus clientes. Numa entrevista à televisão norte-americana NBC, Kurtz pediu “sinceras desculpas” e informou que, apesar de a falha no *software* já ter sido corrigida, “pode demorar algum tempo até que certos sistemas” voltem a

funcionar normalmente.

Também a Microsoft informou, ao fim da manhã de ontem (madrugada nos EUA), que “a causa subjacente” ao apagão já foi resolvida, mas que ainda pode demorar algum tempo até que a situação esteja normalizada para todos os utilizadores do Windows. Muitos deles depararam-se ontem com um ecrã azul, conhecido na gíria como BSoD, que corresponde a uma falha crítica. O apagão não afecta quem utiliza sistemas Mac ou Linux.

Aeroportos com problemas

Em Portugal, a ANA, que gere os aeroportos, disse que a falha informática causou “constrangimentos no *check-in* e embarque de alguns voos” e pediu aos passageiros que se informassem “sobre o estado do seu voo antes de se dirigirem para o aeroporto”.

“Algumas companhias aéreas, *handlers* e empresas do sector foram afectadas”, contextualizou a ANA, acrescentando que “o sistema informático dos aeroportos portugueses não foi afectado directamente”. O impacto da situação estava ontem a ser avaliado, “sendo esperados constrangimentos na operação aeroportuária que afectam companhias aéreas e outros aeroportos”, referiu a ANA numa nota enviada ao PÚBLICO.

Segundo escreve a agência Lusa, a falha informática causou algumas filas nos balcões de *check-in* do aeroporto de Lisboa. Ao longo da manhã, o trânsito começou a acumular-se nos acessos ao Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, com os viajantes a seguir os conselhos das companhias aéreas para se deslocarem para a Portela com antecedência.

Num aeroporto habitualmente muito frequentado, o cenário não diferia muito do normal, pelo menos até à zona da segurança, não fossem os avisos de voos atrasados nos ecrãs e algu-



CrowdStrike no olho do furacão

Actualização de *software* provocou falha global

Praticamente desconhecida da generalidade dos cidadãos até agora, a CrowdStrike saltou para as manchetes de todo o mundo ontem, ao descobrir-se que foi um problema numa actualização do seu *software* Falcon para Windows que provocou uma falha informática a nível global.

Empresa criada em 2012 no estado norte-americano do Texas por antigos executivos da McAfee, uma gigante dos antivírus, a CrowdStrike tem no Falcon o seu produto-estrela, que lhe terá granjeado muitos clientes de renome, como a Alphabet (dona da Google), a Amazon, a Intel ou a equipa da Mercedes na Fórmula 1. Embora tenha cerca de 29 mil clientes em 170 países – entre os quais muitas instituições estatais –, é dos Estados Unidos da América que lhe vem a maior fatia das receitas (70%,

segundo a Reuters).

A Falcon é uma plataforma de cibersegurança alojada numa *cloud* (nuvem) que visa proteger computadores, máquinas virtuais e centros de dados das principais ameaças (como ciberataques e *ransomware*). De acordo com a empresa, o que torna o programa tão eficaz e apetecível é utilizar ferramentas de inteligência artificial para antecipar e detectar eventuais ameaças.

O programa funciona nos bastidores, procurando vulnerabilidades sem que o utilizador tenha de o correr manualmente. As actualizações são igualmente automáticas – daí que, sem nada terem feito, os utilizadores com Windows e outros serviços da Microsoft se tenham deparado ontem com os ecrãs azuis, o que significa uma falha crítica do sistema. **João Pedro Pincha**

mas filas longas nos balcões. “Estão a dizer que todos os voos estão com atraso, mas não sabemos quanto tempo ainda”, disse Jennifer à Lusa, na fila para o *check-in* da Transavia, a tentar regressar a casa, “se conseguir”, após umas férias em Portugal.

Já na fila para o balcão Vueling, Airton desconhecia que havia um problema informático a nível global. “Tive um problema com o voo, estava a fazer o *check-in* na Transavia, a tentar regressar a casa, “se conseguir”, após umas férias em Portugal.

Com mais sorte parecia estar Alice, prestes a ir de férias para Ibiza, em Espanha, assim que conseguisse passar o obstáculo da fila para despachar as malas. “Mantém-se o horário, já estivemos atentos aos painéis. Fizemos o *check-in* ontem [quinta-feira], não íamos adivinhar esta situação, mas fizemos o *check-in online*, esperemos que tudo corra bem”, disse.

O hospital Amadora-Sintra relatou alguns problemas aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, mas o ministério esclareceu mais tarde que a falha no Amadora-Sintra não estava relacionada com a falha informática global. O INEM e o 112 funcionaram normalmente, assim como os serviços associados à justiça.

O Centro Nacional de Cibersegurança informou durante o dia que

BING GUAN/REUTERS



Transporte aéreo foi uma das actividades mais afectadas pela falha tecnológica vivida ontem a nível global

O Centro Nacional de Cibersegurança informou durante o dia que estava “a acompanhar o caso” e avançou que houve “no ciberespaço nacional várias organizações afectadas, embora com diferentes graus de impacto”

estava “a acompanhar o caso” e avançou que houve “no ciberespaço nacional várias organizações afectadas, embora com diferentes graus de impacto”. À semelhança das suas congéneres europeias, o CNCS reforçou ainda que não havia “evidências que indiquem tratar-se de um acto malicioso”.

O site Downtdetector, que faz o registo falhas na Internet em tempo real, mostra que algumas operadoras portuguesas, como a Nos e a Meo, registaram falhas nos seus serviços que começaram pelas 8h de ontem. Uma fonte oficial da Vodafone Portugal declarou ao PÚBLICO que “não se verificam perturbações na sua rede, estando todos os parâmetros a funcionar normalmente”.

Caos nos aeroportos e bolsas

Nos EUA, os voos de várias companhias aéreas foram suspensos e o estado norte-americano do Alasca lançou o alerta de que os seus serviços de emergência foram afectados e de que as linhas telefónicas não estão a funcionar correctamente.

A Bolsa de Valores de Londres esteve entre as instituições afectadas ontem, com o *site* a exibir os valores da noite anterior no arranque da sessão desta sexta-feira. O sistema de agendamento de consultas médicas utilizado por clínicos no Reino Unido também não esteve a funcionar. A Sky News só a meio da manhã conseguiu colocar a sua emissão televisiva no ar, e o serviço de comboios do Reino Unido diz também ter sido afectado, o que estará causou atrasos nas partidas de dezenas de comboios. Os principais aeroportos de Londres e o porto de Dover sofreram constrangimentos. Em Belfast, uma vez que os ecrãs informativos não funcionavam, os horários e informações sobre os voos foram escritos à mão num quadro.

Dois hospitais nas cidades de Lübeck e Kiel, no Norte da Alemanha, cancelaram as operações sem carácter urgente que estavam agendadas para ontem, referiram fontes do hospital em comunicado, acrescentando que o atendimento aos doentes e os serviços de emergência continuavam a funcionar dentro da normalidade.

Em Espanha, os aeroportos estiveram a funcionar, mas com atrasos significativos e há relatos de caos em Barcelona e Palma de Maiorca. Em Amsterdão, Edimburgo, Praga e Berlim houve dezenas de voos com dificuldades em descolar. O aeroporto de Berlim suspendeu todas as partidas até às 10h devido à falha técnica, disse um porta-voz à Reuters. Também o Aeroporto Schiphol, em Amsterdão, um dos mais movimentados da Europa, referiu estar a ser afectado por uma “indisponibilidade cibernética global”. A Ryanair, companhia aérea *low cost*, reconheceu “interrupções em toda a sua rede”, pedindo aos passageiros que chegassem aos aeroportos três horas antes da partida.

Seis respostas que explicam o impacto do apagão informático

O apagão informático global afectou quase todos os cantos do mundo: desde aeroportos e hospitais a bancos e meios de comunicação. Vários especialistas já explicaram que não se trata de uma falha de cibersegurança nem há qualquer perigo de fuga de informação.

Este “falhanço” — palavra de José Tribolet, especialista em informática — teve origem numa actualização do *software* Falcon da empresa norte-americana de cibersegurança CrowdStrike e afectou serviços que usam os sistemas operativos da Microsoft. Ainda há muito por esclarecer, mas o professor catedrático do Instituto Superior Técnico responde a algumas questões, apelando a um “pensamento de defesa de protecção civil no espaço virtual” que, considera, não existe.

Como é que a falha informática teve um impacto tão grande?

As falhas podem acontecer “todos os dias”, diz José Tribolet, professor do Instituto Superior Técnico. O elemento diferenciador desta é precisamente o seu carácter “massivo”. As infra-estruturas de cibersegurança disponibilizadas pela CrowdStrike “têm enormes vantagens de eficiência, segurança e custo” e por isso servem muitos clientes. Mas estes serviços estão disponíveis em *clouds* (nuvem, em português), ou seja, “não estão debaixo do controlo dos [departamentos de] informática das empresas”. O que acontece é que, quando é atingido “algo que está no coração da operação em sistemas que estão na nuvem, toda a gente que está pendurada na nuvem tem um problema”, levando ao “colapso dos sistemas”.

Porque é que uma falha de actualização da CrowdStrike leva a uma falha em tantas empresas?

A CrowdStrike é uma empresa “especializada em proteger activamente os ambientes informáticos” de outras entidades, o que significa que interage com todos os componentes vitais dos sistemas dos clientes. Um defeito numa actualização de *software* da CrowdStrike provoca “um bloqueio numa componente crítica do sistema

operativo”. E, no momento em que o sistema operativo “quer funcionar”, detecta uma inconformidade e pára, mesmo por razões de segurança. No fundo, a própria falha é um mecanismo de cibersegurança.

O que é que pode ter levado à implementação de uma actualização defeituosa?

José Tribolet apresenta duas possibilidades: a primeira, “incompetência dos técnicos”, parece menos provável tendo em conta que a CrowdStrike é uma empresa reputada. A segunda: “Porque não foi suficientemente testada.” É que, quando é detectada alguma fragilidade num sistema e os técnicos percebem que é necessário fazer uma actualização, “é uma corrida contra o tempo”, e nessa corrida, por vezes, “alguma coisa é sacrificada”.

Que medidas de protecção podem as empresas adoptar?

Para não serem tão afectadas por falhas semelhantes, as empresas devem manter “estruturas informacionais e aplicações mínimas locais que não estejam expostas aos riscos da Internet”. José Tribolet dá como exemplo de boa prática a possibilidade de fazer *check-in* manual nos aeroportos, ainda que, claro, essa opção “não dê a qualidade de serviço que temos hoje”. No geral, faltam planos de emergência perante acidentes cibernéticos.

Quanto tempo vai demorar até regressar à normalidade?

O tempo necessário para recuperar a normalidade varia dependendo do tamanho e da

complexidade dos sistemas afectados. Há duas abordagens possíveis para a recuperação. Uma é a substituição manual da actualização defeituosa pela anterior, que estava funcional, trabalho que fica a cargo de técnicos de cada empresa, mas não é certo quanto é que isso pode demorar: “Desde uma hora até um dia.” Outra é reactivar o sistema operativo para que ele possa realizar uma nova actualização automática que corrija o problema. A ser possível, a segunda opção “será mais rápida”.

O risco de uma falha deste género é superior actualmente?

A resposta curta é: sim. “A humanidade hoje corre riscos muito grandes”, diz o especialista em cibersegurança, lembrando que a utilização de sistemas globais — as *clouds*, impossíveis de monitorizar localmente — traz uma “grande fragilidade”, ainda que melhore os serviços prestados. Mas é preciso aprender a viver com essa fragilidade, defende José Tribolet, porque “faz parte da vida”: “Temos que aprender a viver com as vantagens e os inconvenientes do mundo global em que estamos e a utilizar a tecnologia para o bem”. Até porque é também a tecnologia que tem capacidade de resolver e minimizar estes problemas. O que falta, muitas vezes, é “um pensamento de defesa de protecção civil no espaço virtual, que não temos”.

Marta Ribeiro

RUI GAUDÊNCIO



José Tribolet, professor do Instituto Superior Técnico

IRC mínimo de 15% neutraliza taxa de 5% na zona franca para grandes multinacionais

Pedro Crisóstomo

Fisco não sabe dizer se, de momento, a Zona Franca da Madeira tem entidades cobertas pelas novas regras fiscais

Se uma empresa sediada na Zona Franca da Madeira (ZFM) pertencer a uma grande multinacional ou se, no futuro, um grande grupo abrir aqui uma sucursal, terá de conciliar as regras fiscais do centro de negócios madeirense (onde a taxa de IRC é de 5%) com as novas orientações do patamar mínimo de IRC a nível mundial (em que a taxa de imposto efectiva em qualquer território não pode ser inferior a 15%).

Embora a proposta de lei que está em discussão pública para criar em Portugal o Regime do Imposto Mínimo Global (RIMG) não contemple qualquer norma específica relativa à zona franca, as regras do novo mecanismo tributário são vinculativas para todas as empresas sediadas em Portugal, bastando que se trate de uma empresa que faz parte de um grande grupo económico nacional ou internacional com “receitas consolidadas” iguais ou superiores a 750 milhões de euros por ano.

O que é que isso significa, na prática? Que uma entidade localizada na ZFM, mesmo beneficiando de uma taxa de IRC de 5% sobre os lucros realizados na Madeira, acabará por ser tributada com uma taxa de imposto efectiva de, pelo menos, 15%, através de um imposto complementar.

As orientações internacionais vão

neutralizar, já a partir de 2024, o efeito do incentivo fiscal da ZFM, uma vez que, aqui, a taxa de IRC é inferior ao limiar do RIMG, desde que esteja em causa uma sociedade comercial (ou uma entidade com outra forma jurídica) que pertença a um grupo com aquele nível de receitas anuais.

Um imposto adicional

Há um efeito de esvaziar o balão do incentivo fiscal ao desenvolvimento económico da região ultraperiférica, embora com um impacto limitado às maiores empresas.

Não se sabe, porém, se neste momento a zona franca tem empresas abrangidas pelo IRC mínimo, por não haver dados oficiais da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) sobre isso (ou seja, não se sabe se das 2643 entidades autorizadas a operar na ZFM em 2023 alguma pertence a grupos com receitas consolidadas a partir de 750 milhões). No entanto, como as regras internacionais são de aplicação universal, têm de ser cumpridas tanto pelas empresas que estão fora da ZFM como pelas que estão dentro. Basta que uma grande multinacional já tenha ou instale aqui uma sucursal.

O PÚBLICO contactou a AT, através do gabinete de imprensa do Ministério das Finanças, para confirmar se, neste momento, o cadastro da zona franca (a lista actualizada de entidades aqui licenciadas) integra alguma empresa coberta pelas novas regras, mas a AT fez saber que “não dispõe” dessa informação.

Ainda assim, a nível nacional, a previsão é a de que as novas obrigações declarativas abranjam 2700 a



Zona Franca da Madeira é uma jurisdição de baixa tributação

3000 entidades com actividade no país, segundo uma fonte governamental ouvida pelo PÚBLICO.

Veja-se o que acontece com as grandes empresas com receitas acima dos 750 milhões. Na ZFM, uma empresa pode continuar a invocar o usufruto do benefício fiscal e ser tributada em IRC com uma taxa de 5% sobre os lucros gerados com as actividades “efectiva e materialmente realizadas” na Madeira. Só que, mais tarde, será alvo de um imposto complementar

As orientações internacionais vão neutralizar, já a partir de 2024, o efeito do incentivo fiscal da ZFM

em Portugal, porque o acordo (e a directiva europeia que o decalca) obriga a que todas as empresas do grupo paguem uma taxa mínima de imposto sobre as sociedades de 15%. Por isso, o futuro RIMG português impõe que as empresas – sucursais de multinacionais, entidades intermédias ou casas-mãe – sejam tributadas através de um imposto adicional caso a taxa efectiva no território português fiquem aquém dos 15%.

Ter uma taxa de IRC de 5%, como é o caso do regime fiscal da ZFM, significa, à luz da directiva europeia, que a jurisdição é uma zona de “baixa tributação” – aquilo a que, no discurso público e mediático, comumente se chama um “paraíso fiscal”.

Fiscalizar as maiores

O ano de 2026 é o primeiro em que as empresas terão de apresentar a

declaração do RIMG ao fisco, relativamente ao ano fiscal de 2024.

O Estado tem de garantir, através da AT nacional (via Unidade dos Grandes Contribuintes) e da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da Região Autónoma da Madeira (para as restantes entidades), que as empresas da ZFM cumprem as regras.

As grandes ficam obrigadas a declarar o imposto mínimo à AT: têm de entregar uma declaração com o cálculo do imposto efectivo para se verificar se cumprem o mínimo dos 15% e se ficam, ou não, sujeitas ao imposto complementar.

Caso não o façam, as autoridades fiscais notificam as empresas para pôr cobro ao “incumprimento declarativo”. Com isso, a AT nacional e a administração tributária regional têm na sua mão um poder de inspecção que, para ser real, as obriga a trabalhar a informação fiscal sobre as grandes empresas com actividade directa e indirecta no país, mesmo em relação àquelas que não apresentem a declaração do RIMG.

Foi em Outubro de 2021 que mais de 130 jurisdições do chamado “Quadro Inclusivo” da OCDE/G20 chegaram a um consenso para criar um IRC mínimo a nível mundial, para desincentivar as maiores empresas a desviarem lucros para paraísos fiscais. Portugal está agora a transpor directiva europeia (que uniformiza as regras na UE) com atraso e enfrenta um processo de infracção da Comissão por estar em incumprimento. Já devia ter colocado as regras de pé até 31 de Dezembro de 2023, mas só agora há uma primeira versão da proposta que seguirá para o Parlamento.

DBRS melhora perspectiva de Portugal e mantém *rating*

A DBRS, agência de notação financeira que há um ano subiu a *rating* da dívida da República Portuguesa para “A”, e que em Janeiro decidiu manter a avaliação, voltou a não alterar ontem a classificação. O que mudou, para a emissão de dívida de longo prazo emitida por Portugal, foi a perspectiva: passou de “estável”, como nos últimos 12 meses, para “positiva, segundo o comunicado da agência ontem divulgado.

“Portugal reduziu significativamente o rácio da dívida pública, graças a um elevado crescimento nominal e a fortes excedentes primários”, começa por justificar a agência

agora designada por Morningstar DBRS. “O rácio da dívida desceu para 99,1% do PIB em 2023, diminuindo 35,8 pontos percentuais em comparação com o pico atingido em 2020 e 17,5 pontos percentuais em comparação com o seu nível pré-pandémico em 2019”, é recordado na avaliação. A agência prevê “que a redução acentuada do rácio da dívida pública continue nos próximos anos, embora a um ritmo mais lento do que no período pós-pandemia”.

“Esta trajectória descendente acentuada da dívida reduz as preocupações de sustentabilidade relacionadas com o elevado volume

da dívida”, um movimento sublinhado, “uma vez que o nível de dívida ainda comparativamente elevado de Portugal aumenta a vulnerabilidade das finanças públicas a choques negativos de crescimento e de taxas de juro”.

A DBRS prevê que “o forte desempenho orçamental de Portugal se



mantenha a médio prazo, apesar de algumas incertezas”. O país registou “um excedente orçamental de 1,2% do PIB em 2023, o quarto maior da UE, superando as previsões orçamentais para 2023, que apontavam para um défice de 0,9% do PIB”, lembra, mas é frisado o impacto futuro de decisões já tomadas.

“As medidas orçamentais incluídas no orçamento de 2024” do anterior Governo, “incluindo o aumento das pensões, dos salários e de outras transferências sociais, bem como algumas medidas de redução das receitas, como os cortes no imposto sobre o rendimento das pessoas sin-

gulares, deverão reduzir o excedente orçamental em 2024”, diz a DBRS.

A agência de notação financeira reconhece que “embora a aprovação de algumas medidas de aumento do défice este ano crie pressões orçamentais adicionais”, um “desempenho económico mais forte do que o previsto poderá ajudar do lado das receitas”. Se não for aprovado um orçamento para 2025, “e o risco de eleições políticas aumentar, a Morningstar DBRS vê riscos limitados de um desvio material do compromisso de Portugal com a prudência fiscal e a redução da dívida pública”. PÚBLICO

Edif. Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte,
1350-352 Lisboa
pequenosa@publico.pt

Tel. 21 011 10 10/20 Fax 21 011 10 30
De seg a sex das 09H às 19H
Sábado 11H às 17H

CLASSIFICADOS



INSPEÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
ESCOLAS EUROPEIAS – MOBILIDADE PARA
O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DOCENTES

Faz-se público que se encontra publicitado, na página oficial da Inspeção-Geral da Educação e Ciência, www.igec.mec.pt, aviso respeitante à mobilidade para funções docentes no ensino secundário, lecionação de Artes Visuais na Escola Europeia de Bruxelas III.

Lisboa, 19 de julho de 2024

A Inspetora-Geral
Ariana Cosme



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais,
Direitos, Liberdades e Garantias

ÀS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E TODAS AS ESTRUTURAS
REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nos termos e para os efeitos dos artigos 54.º, n.º 5, alínea d), e 56.º, n.º 2, alínea a), da Constituição, do artigo 16.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 469.º a 475.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), e do artigo 132.º do Regimento da Assembleia da República, avisam-se estas entidades de que se encontram para apreciação, de 20 de julho a 19 de agosto de 2024, as iniciativas seguintes:

Projetos de Lei n.ºs 203/XVI/1.ª (PCP) — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) e 208/XVI/1.ª (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional.

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até à data-limite acima indicada, por correio eletrónico dirigido a 1cacdlg@ar.parlamento.pt ou por carta dirigida à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa.

Dentro do mesmo prazo, as comissões de trabalhadores ou as comissões coordenadoras, as associações sindicais e associações de empregadores poderão solicitar audiências à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, devendo fazê-lo por escrito, com indicação do assunto e fundamento do pedido.

Os textos das citadas iniciativas encontram-se publicados na Separata n.º 14/XVI do Diário da Assembleia da República, de 20 de julho de 2024, e podem ser consultados na «Página» internet da Assembleia da República, na morada: <http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/Separatas.aspx>



AVISO

Processo de recrutamento para admissão
de Técnicos Auxiliares de Saúde (m/f)

A Unidade Local de Saúde Arco Ribeirinho, pretende constituir uma bolsa de recrutamento para Técnicos Auxiliares de Saúde, em regime de Contrato Individual de Trabalho, ao abrigo do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009 de 12 de fevereiro.

Funções: De acordo com o conteúdo funcional descrito no Anexo I do art.º 7.º do Dec.-Lei n.º 120/2023, de 22 de dezembro.

Requisitos obrigatórios:

- Nível Habilitacional de acordo com o Despacho n.º 12643/99 do GSEEF, de 02 de julho, complementadas pela lei n.º 85/2009, de 27 de agosto (Escolaridade obrigatória segundo a idade)

Requisitos profissionais:

- Habilitação de técnico auxiliar de saúde, integrado no catálogo nacional de qualificações e promovido por entidade da rede do Sistema Nacional de Qualificações, quer através de formação, quer através de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Carga horária: 35 horas semanais

Remuneração-base: 869,85 €

Subsídio de refeição: 6,00 € / dia

As candidaturas, deverão ser dirigidas à Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde Arco Ribeirinho, Av. Movimento das Forças Armadas, 2834-003 Barreiro, remetidas, por email, para o Serviço de Recursos Humanos, rrecrutamento@ulsar.min-saude.pt, acompanhadas do *curriculum vitae* e certificado de habilitações literárias, onde conste a posse dos requisitos exigidos, no prazo de 10 dias úteis a partir da publicação deste aviso.

Unidade Local de Saúde Arco Ribeirinho, EPE, 11 de julho de 2024.

A Diretora do Serviço de Recursos Humanos
Paula Monteiro



Unidade Local de Saúde de Braga, E.P.E.

AVISO

Abertura de Procedimento Concursal Simplificado
institucional para ocupação de quarenta e oito postos
de trabalho, da carreira médica (M/F)

Ao abrigo do regime especial de admissão de pessoal médico estatuído pelo Decreto-Lei n.º 41/2024, de 21 de junho, e nos termos do Despacho n.º 7097-A/2024, de 26 de junho, retificado pelo Despacho n.º 7459-A/2024, de 9 de julho, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente Aviso, atendendo ao caráter urgente, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do pelo Decreto-Lei n.º 41/2024, de 21 de junho, o procedimento concursal simplificado institucional conducente ao preenchimento de 48 postos de trabalho, na carreira médica, do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde de Braga, EPE, mediante a celebração de contrato individual de trabalho sem termo, ao abrigo do Código do Trabalho.

A publicação integral do Aviso encontra-se disponível na página eletrónica da ACSS, IP., na Bolsa de Emprego Público (<https://www.bep.gov.pt>) e no sítio institucional na Internet (<https://www.hospitaldebraga.pt>)

Especialidade	Referência	Número de vagas
Anestesiologia	1	4
Cardiologia	2	1
Cirurgia Geral	3	2
Cirurgia Pediátrica	4	1
Dermatovenereologia	5	1
Doenças Infecciosas	6	1
Endocrinologia e Nutrição	7	1
Estomatologia	8	1
Ginecologia/Obstetrícia	9	2
Imunohemoterapia	10	1
Medicina Intensiva	11	1
Medicina Interna	12	7
Medicina Física e de Reabilitação	13	1
Medicina Geral e Familiar	14	2
Nefrologia	15	2
Neurocirurgia	16	1
Neurologia	17	1
Neurorradiologia	18	1
Ortopedia	19	1
Otorrinolaringologia	20	1
Patologia Clínica	21	1
Pediatria Geral	22A	1
Pediatria Neurodesenvolvimento	22B	1
Pediatria Neuropediatria	22C	1
Pediatria Neonatologia	22D	1
Pediatria Cuidados Paliativos	22E	1
Pneumologia	23	2
Psiquiatria	24	1
Radiologia	25	2
Reumatologia	26	1
Saúde Pública	27	2
Urologia	28	1

Braga, 19 de julho de 2024

INSOLVÊNCIA DE
"PREMIUM BURGUER - RESTAURANTES, S.A."
PROCESSO N.º9368/23.0T8SNT

INICIO - 07.07.2024 - 00H00
FIM - 07.08.2024 - 15H00

EQUIPAMENTOS DE HOTELARIA



INSOLVÊNCIA DE
"WOW FOODS, UNIPESSOAL, LDA."
PROCESSO N.º7836/24.5T8LSB

INICIO - 04.07.2024 - 00H00
FIM - 05.08.2024 - 15H00

EQUIPAMENTOS HOTELEIROS E VIATURAS



FALE CONNOSCO - 244 836 316 / 910 546 477
www.vamgo.pt

VENDAS JUDICIAIS



LEILÃO
ELECTRÓNICO

FIM DO LEILÃO: 1 DE AGOSTO, 5ª FEIRA ÀS 11H00

Insolvência de SERVIPNEUS – COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA A PNEUS, LDA
Trib. Judicial da Comarca de Faro – Juízo de Comércio de Olhão – Juiz 2 – Proc. nº 386/24.1T80LH

6 VIATURAS,
LOTE DE PNEUS, MÁQUINAS DE MONTAR
PNEUS, CALIBRAR, ALINHAR DIREÇÃO,
MÁQUINAS DE AR CONDICIONADO,
MACACOS, ELEVADORES, COMPRESSORES,
ÓLEOS, ETC.
VALOR GLOBAL: 50.000€



FARO • BOLIQUEIME • ALGARVE

Visitas por marcação.

Contacto: Luís Lázaro (918 800 123)

CATÁLOGO ONLINE

Subscreva a nossa newsletter em www.cparaiso.pt

Lelloira Paraíso • Rua Andrade 2 R/C, DTO. • 1170-015 LISBOA
Tel. 218 122 384 • www.cparaiso.pt • inf@cparaiso.pt



CONHEÇA
AS NOSSAS
COLECÇÕES DE

MÚSICA

loja.publico.pt
INFO: 210 111 010

NEGOCIAÇÃO PARTICULAR LEILOVALOR[®]

Insolvência: "Condaltom - Construções do Alto Tâmega, Lda." | Processo n.º: 1594/14.9T/VNF
Tribunal Judicial da Comarca de Braga - Juízo de Comércio de Vila Nova de Famalicão - Juiz 1

IMÓVEIS EM VILA NOVA DE FAMALICÃO



Apart. T2

Garagem

Apart. T3

Apart. T1

Edif. Eurofama II = Lg de Estacionamento

IMÓVEIS EM CHAVES

Edif. São Paulo

Divisões Amplas

PROPOSTAS:
DEVERÃO SER ENTREGUES NA "LEILOVALOR,
LDA.", C/ A DESIGNAÇÃO DO PROCESSO,
NOME, MORADA, NIF E TLF. ATÉ AO
DIA 12 de AGOSTO DE 2024.

VISITA SOB
MARCAÇÃO
224 225 831
geral@leilovalor.com

Rotunda 1.ª de Maio nº160, 3.ª Andar - Sala 7, 4440-519 Valongo
Tlf: 224 225 831 Chamada para a rede fixa nacional Email: geral@leilovalor.com
Leiloeira Autorizada nos termos do 5.º do decreto-Lei n.º 155/2015, de 10 de Agosto

LCPREMIUM

TODAY, TOMORROW, IT'S TIME FOR BUSINESS

VENDAS AGOSTO / SETEMBRO 2024

LCPREMIUM.PT



LEILÃO ELETRÔNICO

VALOR MÍNIMO: 16.410,00 €



VALOR MÍNIMO: 151.410,00 €



VALOR MÍNIMO: 7.910,00 €



VALOR MÍNIMO: 3.000,00 €



VALOR MÍNIMO: 5.500,00 €

LISBOA | PORTO | COIMBRA

Material Informático e Mobiliário de Escritório | Racks
Diverso Material e Equipamentos para Redes
de Telecomunicações | Veículos

- Lisboa, Valonga - Rua dos Caniços, 21 a 23 | GPS: 38.874640, -9.068404
- Coimbra, Antanhol - Rua do Lagar, Arm 1 | GPS: 40.16805, -8.462643
- Porto, Alfena - Rua das Valmarinhas, 78 | GPS: 41.238225, -8.538926
- Visitas: P/Marcação via site

Termina a 01 Agosto 2024 entre as 14h50 e as 16h

Bruno Farinha: 966 683 484 | Pedro Lemos: 966 683 481
(Chamada para a rede móvel nacional)

Insolvência: CBIE - Projectos e Engenharia em Telecomunicações, S.A.
Proc. N. 563/24-STBVF



VALOR MÍNIMO: 4.000,00 €



VALOR MÍNIMO: 3.000,00 €



VALOR MÍNIMO: 12.500,00 €

LEILÃO ELETRÔNICO



VALOR MÍNIMO: 3.900,00 €

LOURES

Motor de Câmara de Frio

- A-dos-Cãos, Rua D. Carlos Mascarenhas, S.N.
- GPS: 38.843318, -9.213561
- Motor: Rivacond
- Visitas: P/Marcação via site

Termina a 09 Setembro 2024 às 16h

Bruno Farinha: 966 683 484
(Chamada para a rede móvel nacional)

Insolvência: Alfice do Campo - Produção Horticola, Lda | Proc. N. 2422/23-OTBVF

COVILHÃ

Transversal do Sítio do Espertim, Ap. 98 Centro Cívico 6200-815 Covilhã

LISBOA

Rua Padre Américo, 19 B - 1.º dto. 1600-548 Telheiras

LEILÃO ELETRÔNICO



VALOR MÍNIMO: 500,00 €

AMADORA

Renault Clio

- Rua Vitor Damas, Lote 18
- GPS: 38.743884, -9.240339
- Cilindrada: 1149 | Gasolina | Ano: 2003
- Visitas: P/Marcação via site

Termina a 10 Setembro 2024 às 16h

Bruno Farinha: 966 683 484
(Chamada para a rede móvel nacional)

Insolvência: Zélia Sofia Castro Freire
Proc. N. 684/24-4TBCBR

LEILÃO ELETRÔNICO



VALOR MÍNIMO: 107.000,00 €

CASTELO BRANCO

Apartamento T1

- Rua Engenheiro Vaz da Silva, 36-A
- GPS: 39.623381, -7.479297
- Área Bruta Privativa: 53,00 m2
- Visitas: P/Marcação via site

Termina a 17 Setembro 2024 às 16h

Nuno Costa Nunes: 913 740 707
(Chamada para a rede móvel nacional)

Proc. N.: 2024/108

REGULAMENTO, CONDIÇÕES E CATÁLOGO DA VENDA DISPONÍVEIS EM LCPREMIUM.PT



NEGOCIAÇÃO PARTICULAR



VALOR BASE: 1.190,00 €

TERRENO RÚSTICO

- U.F. de Além da Ribeira e Pedreira Enxofreira
- GPS: 39.663730, -8.399954
- Área Total: 1.480,00 m2

Receção de Propostas até dia 10 Setembro 2024 às 23h59

Bruno Farinha: 966 683 484
(Chamada para a rede móvel nacional)

Insolvência: Fernanda Lúcia Henriques
Proc. N. 67/24-6T80LH



VALOR BASE: 4.550,00 €

TOMAR

1/2 Terreno Rústico

- U.F. de Além da Ribeira e Pedreira Carvelhana
- GPS: 39.690168, -8.419257
- Área Total: 11.360,00 m2

Receção de Propostas até dia 10 Setembro 2024 às 23h59

Bruno Farinha: 966 683 484
(Chamada para a rede móvel nacional)

Insolvência: Fernanda Lúcia Henriques
Proc. N. 67/24-6T80LH

APOIO AO CLIENTE:

707 911 515

(Chamada através da rede fixa/móvel: 0,09400134)
lcppremium.pt e:info@lcppremium.pt



Leilões Eletrónicos

Alcanena

Unidade Fabril

Lagoeiros - Estrada da Raposeira 26, Alcanena

Termina a **23 de jul. de 2024**, a partir das **15h15**

Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.

45.963,00m² 10min A1 e A23
17.635,51m² 2 min do centro de Alcanena

Antiga fábrica de curtume
Proximidade a bens e serviços

Oportunidade de Negócio

Insolvência Marsipel - Indústria de Curtumes, S.A.
Processo nº 2374/23.6T8STR

Alcanena

+ 150 VERBAS

Termina a **23 de jul. de 2024**, a partir das **15h20**

- Antiga fábrica de curtume -
Máquinas e equipamentos industriais

Lagoeiros - Estrada da Raposeira 26

Insolvência Marsipel - Indústria de Curtumes, S.A.
Processo nº 2374/23.6T8STR

Alcanena

Unidade Fabril

Rua da Esteveira 712, Alcanena

Termina a **23 de jul. de 2024**, a partir das **16h00**

Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.

4.948,98m² 10min A1 e A23
7.004,00m² 2 min do centro de Alcanena

Antiga fábrica de curtume
Proximidade a bens e serviços

Oportunidade de Negócio

Insolvência Marsipel - Indústria de Curtumes, S.A.
Processo nº 2374/23.6T8STR

Alcanena

Termina a **23 de jul. de 2024**, a partir das **16h05**

- Antiga fábrica de curtume -
Máquinas e equipamentos industriais

Rua da Esteveira 712

Insolvência Marsipel - Indústria de Curtumes, S.A.
Processo nº 2374/23.6T8STR

Barreiro

Qta das Rebelas, nº 20

Termina a **24 de jul. de 2024**, a partir das **15h00**

Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.

(Composto por 4 frações autónomas)

2 3min A39
872,10m² 5min do Centro do Barreiro

Loteamento industrial
Proximidade a bens e serviços

Oportunidade de Negócio

Insolvências de Francisgood, Lda. e Francisco, Lda.
Processos nº 288/22.6T8FND e 831/23.3T8BRR

Felgueiras

+ 100 VERBAS

Termina a **25 de jul. de 2024**, a partir das **15h00**

- Antiga fábrica de calçado -
Máquinas e equipamentos industriais

Rua Devezinha - Torrados

Insolvência de João Batista P. Coelho Filhos, Lda.
Processo nº 487/24.6T8AMT

Bombarral

Termina a **25 de jul. de 2024**, a partir das **15h05**

Moradia T3
c/ piscina + Armazém

222,50m² 2.980,50m² 3 2 1

R. Escola Velha, nº12, Lugar Barrocalvo, Carvalhal

10min A8

15min do Centro do Bombarral

Insolvência de Filomena Maria Figueiredo da Silva
Processo nº 766/19.4T8ACB

Rio Tinto

Termina a **26 de jul. de 2024**, a partir das **15h00**

Apartamento T1

63,75m² 1 1

Travessa de Vila Cova, 131

1min Estrada da Circunvalação

Centro de Rio Tinto

Insolvência de Tiago Miguel Fonseca Gomes
Processo nº 3191/22.6T8ST5

Colares

Rua Dr. Fernando Andrea, Rodizio

Termina a **30 de jul. de 2024**, a partir das **15h10**

Moradia T6

20min A16
3min da Praia das Maças

15min do Centro de Sintra | 30min de Lisboa

Imóvel Premium

785,00m² 6 2
2.240,00m² 7 3

- c/ piscina interior e logradouro -

Insolvência de Eugénio Ferro e M. Conceição Ferro
Processo nº 21089/15.2T8SNT

Abrantes

Termina a **31 de jul. de 2024**, a partir das **15h10**

Moradia T3
c/ anexo, arrumos e logradouro

258,02m² 1.102,66m² 3 3 1

Rua Principal, nº17, Foz, Bemposta

5min N243

15min de Bemposta

Insolvência de Rui Carlos Duarte Santos
Processo nº 337/22.8T8PSR

Oliveira de Azeméis

+ 60 VERBAS

Termina a **13 de ago. de 2024**, a partir das **15h00**

- Antiga fábrica de calçado -
Máquinas e equipamentos industriais

Rua das Lagomas, São Roque

Insolvência de Raízes Irreverentes, Lda.
Processo nº 1745/24.5T8OAZ

Lisboa

Termina a **22 de ago. de 2024**, a partir das **15h00**

Apartamento T2
c/ estacionamento

76,51m² 2 1

Rua Luís Piçarra, nº7 (Bloco H), Lumiar

5min do Eixo N/S

10min do centro Lisboa

Insolvência de Fernando Alberico Leite Costa
Processo nº 16340/22.5T8LSB

Albufeira

Termina a **22 de ago. de 2024**, a partir das **15h10**

2x Lojas

V5 - Fração N 95,00m² V6 - Fração O 21,00m²

Rua da Correia, nº 308, Edifício Varandas do Mar

7min N125

10min da Praia da Oura

Insolvência de Mª Leonor Esteves e Manuel Esteves
Processos nº 558/17.5T8OLH e 556/17.9T8OLH

Oliveira do Bairro

Rua do Camarnal, Vila Verde

Termina a **04 de set. de 2024**, a partir das **15h05**

Armazém Industrial

Imóvel isento de IMT e Imposto de Selo.

13.480,00m² 15min A1
4.660,00m² 4min do Centro de Oliveira do Bairro

Loteamento industrial
Proximidade a bens e serviços

Oportunidade de Negócio

Insolvência de Salsicharia Ideal Oliveirense, Lda.
Processo nº 1574/16.0T8AVR

Termina dia **23 de jul. de 2024**, às **16h00**

Grande Leilão Máquinas e Veículos



BONS NEGÓCIOS
em qualquer lugar

WWW.ONEFIX-LEILOEIROSLDA.PT

Siga-nos:



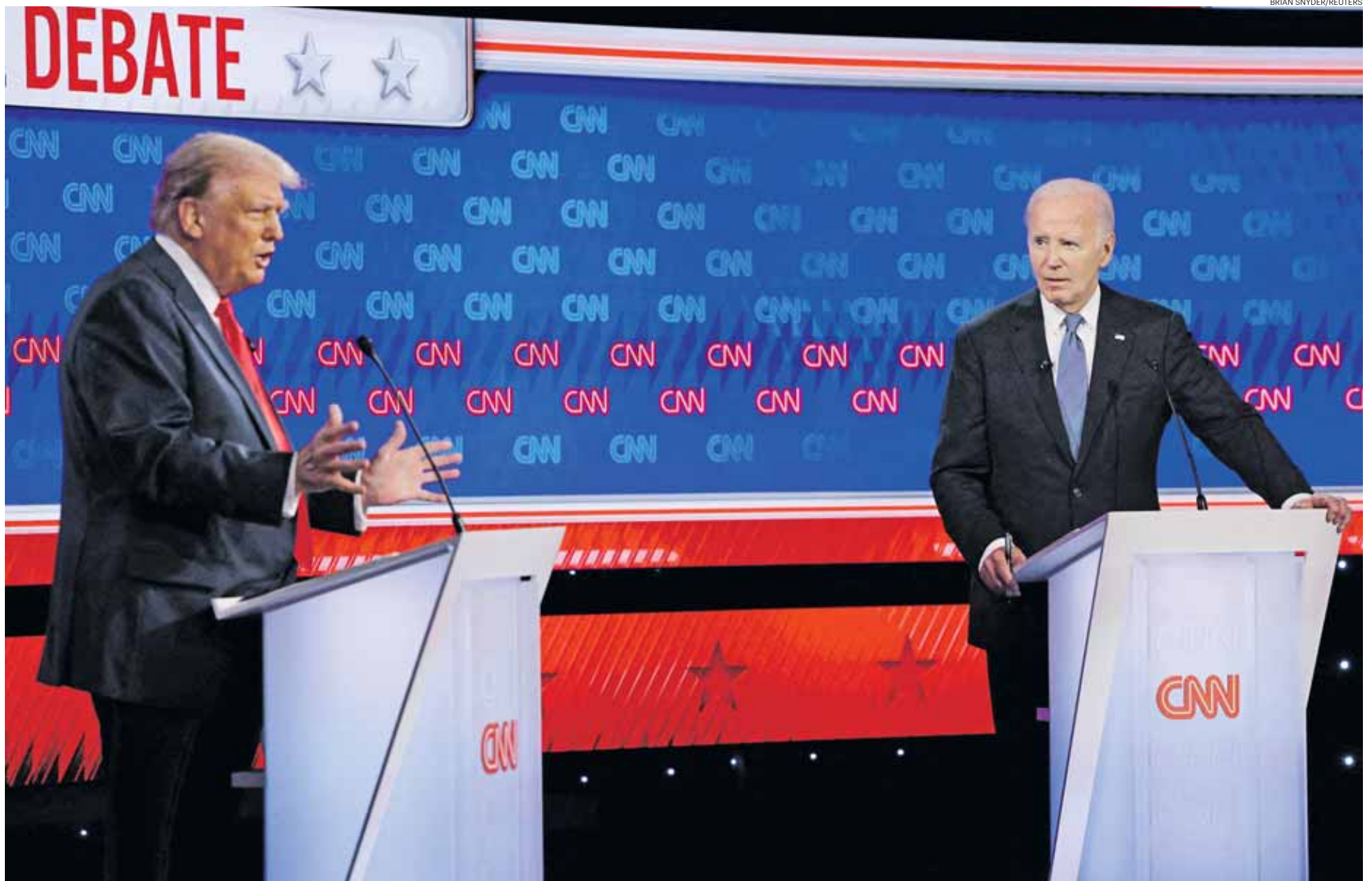
-Registo gratuito.
-Registo obrigatório para participação no Leilão Eletrónico.

Sede:
Rua da República, nº31, 2670-473 Loures
Telefone: 219 823 163
(Chamada para a rede fixa nacional)

Centro Logístico:
Av. de Portugal 4, Armazém nº4,
2665-357 Póvoa da Galega

Informações para:
comercial@onefix-leiloeiros.pt





O debate televisivo de 28 de Junho entre Joe Biden e Donald Trump, nos Estados Unidos

“O mundo está muito difícil para quem está velho”

A cada dia, a pressão para que Joe Biden desista da corrida presidencial nos EUA aumenta. Mas, afinal, está o candidato democrata envelhecido ou com demência? O que dizem os especialistas

Filipa Almeida Mendes

Chamar Putin a Zelensky ou Trump a Kamala Harris: as chamadas “gaffes” do Presidente norte-americano, Joe Biden, candidato do Partido Democrata à Casa Branca, têm feito manchetes. Mas não só as gaffes. A falta de expressão facial, a lentidão, a desorientação e as quedas têm também preocupado apoiantes (e alguns opositores), com a pressão para que Biden desista da corrida presidencial a aumentar.

O debate televisivo de 28 de Junho e a prestação de Biden – considerada, por muitos, desastrosa – em muito contribuíram para que dúvidas houvesse sobre a eventual capacidade de Joe Biden, de 81 anos, para assumir um novo mandato. Mas, afinal, o que poderá justificar o comportamento de Biden? “É a idade”? Ou pode mesmo tratar-se de demência?

Não há consenso entre os especialistas em psicologia, neurologia e neurociências sobre se Biden poderá ter uma doença ou se as suas gaffes e postura são fruto do envelhecimento – principalmente porque um diagnóstico não se faz pela televisão –,

mas todos concordam que é importante distinguir o dito “envelhecimento normal” do envelhecimento associado a uma patologia.

“O envelhecimento, à partida, é uma circunstância de vida inevitável e idealmente desejável”, diz ao PÚBLICO Ana Rita Silva, investigadora no Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A neuropsicóloga salienta que “o envelhecimento é um processo natural de desenvolvimento em que ocorrem alterações ao nível da senescência das células e não só, incluindo alterações cognitivas que são consideradas normais e normativas”. Estas alterações estão relacionadas com a “velocidade do processamento, ou seja, alguma lentificação que decorre naturalmente com o envelhecimento saudável”. Também os lapsos de memória são “perfeitamente normais com o envelhecimento, uma vez que a amplitude dos nossos sistemas de memória, mesmo a longo prazo, é limitada”.

Já a demência, salienta Ana Rita

Silva, “quando é diagnosticada, configura sempre dimensões de incapacidade funcional”, ou seja, na realização das actividades diárias. Isto leva a especialista a concluir que a fronteira entre a velhice e a demência é “bastante grande, embora muitas vezes, no senso comum, tenhamos tendência a associar a idade à demência”. Mas, alerta Ana Rita Silva, “a idade por si só é uma variável vazia no que diz respeito a aferir a capacidade de uma pessoa para cumprir uma determinada função, seja ela qual for”.

Um factor de risco

Embora a idade por si só não seja sinónimo de doença – até porque “há pessoas com 90 anos que estão

65

Anos ou mais é a idade a partir da qual a diminuição da memória deve ser investigada porque pode ser um primeiro sinal de que as pessoas venham a ter uma doença neurológica

muito bem em termos cognitivos e físicos” —, “não há dúvida de que a idade é o factor de risco principal para muitas doenças neurodegenerativas”, completa Joaquim Ferreira, neurologista, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e director clínico do Campus Neurológico Sénior (CNS). “Nós não conseguimos vencer a passagem do tempo”, diz, defendendo, porém, que “a idade por si só não deve ser um critério de exclusão para as pessoas terem um papel activo do ponto de vista social, político, académico ou científico”.

O envelhecimento humano causa, sem dúvida, alterações nas nossas características — aparecem rugas, a pele fica diferente, a memória muda e a forma como andamos também. “E isso é normal com o processo de envelhecimento”, frisa Joaquim Ferreira. “[Mas, às vezes,] estas alterações assumem proporções maiores e interferem com a nossa capacidade de vivermos de forma autónoma e de gerirmos as nossas decisões. É aí que começamos a chamar ‘doença’.”

Segundo Isabel Santana, chefe do Serviço de Neurologia do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC), existe o envelhecimento normal, os idosos “supernormais” e as alterações patológicas.

“O envelhecimento cognitivo é muito heterogéneo. É mais ou menos como as rugas: há pessoas que têm e outras que não têm”, destaca a neurologista. As principais características do “envelhecimento normal” são a lentificação — ou seja, a redução da velocidade de desempenho — e a alteração da memória e da capacidade de a pessoa executar várias tarefas ao mesmo tempo ou de passar de uma para a outra rapidamente.

Na linguagem há também, por vezes, um atraso em dizer algumas palavras no envelhecimento cognitivo padrão (ou normal). Por outro lado, por exemplo, “a capacidade de leitura permanece e a capacidade de vocabulário também”.

Já os “supernormais” são “pessoas que, apesar de terem 90 anos, continuam a gostar da aventura, a ter um espírito muito flexível, a ser rápidas”, explica Isabel Santana. Situação diferente é a daquelas “pessoas que claramente têm uma alteração e manifestações e que em termos de testes [neuropsicológicos] têm um desempenho inferior àquilo que seria esperado para a sua idade”.

Mas, afinal, o que significa demência? “Quer dizer perda de capacidades em relação às que se tinham”, esclarece Isabel Santana, acrescentando que existe actualmente um conceito mais generalista, o “défice cognitivo do idoso”, que pode ter “vários graus de senilidade”. “Quando uma pessoa tem alteração, mas é autónoma, dá-se o nome de ‘defeito cognitivo ligeiro’. E há quem chame defeito ‘cognitivo maior’, quando as alterações cognitivas são já da

gravidade que põe em causa a autonomia do indivíduo.”

Os sinais de um envelhecimento patológico, segundo a neurologista do CHUC, estão habitualmente relacionados com a memória recente ou episódica. “É [não se lembrar de] a conversa que a gente teve ontem com a vizinha, o que está a acontecer na telenovela, o que se leu num livro. É uma memória muito contextual do dia-a-dia. E é, sem dúvida, a função que está quase sempre afectada em qualquer tipo de demência.”

Tiago Gil Oliveira, presidente da Sociedade Portuguesa de Neurociências (SPN), sublinha que “o envelhecimento é o principal factor de risco para diferentes doenças neurodegenerativas, mas não a causa”. E salienta que, no que diz respeito à função cognitiva, trata-se de um “gradiente” e que “a demência, dentro dos défices ao nível da cognição, é um estado de défice cognitivo já avançado”.

Voltemos a Joe Biden. O neurologista Joaquim Ferreira faz notar que, nos últimos anos, o Presidente norte-americano tem mostrado “alterações no seu comportamento que, mesmo à distância, é possível perceber que, do ponto de vista clínico, devem merecer atenção”. O “simples facto de ficarmos esquecidos” — aquilo a que as pessoas chamam “brancas” — não é por si só uma doença. E também não é pelo facto de “termos a percepção de que a nossa memória está menos boa que temos um quadro demencial ou Alzheimer”.

“Mas, num grupo etário mais avançado, a diminuição da memória é algo, do ponto de vista clínico, que deve ser investigado, porque, de facto, pode ser um primeiro sinal de que as pessoas venham a ter uma doença neurológica”, alerta o neurologista Joaquim Ferreira.

Depois, há um conjunto de outros sinais: por exemplo, as pessoas terem alterações da marcha, movimentos mais lentos, estarem mais desequilibradas e caírem com mais facilidade, terem episódios de desorientação ou uma menor expressão facial.

Por isso, Joaquim Ferreira alerta que, “seja o Presidente Biden, um avô, pai ou um familiar que tenham estas alterações, isso deve merecer uma investigação médica e clínica”. E diz que, no caso de Biden, “de facto, nos últimos anos, é visível que o andar dele está diferente, houve alguns episódios de desorientação, algumas falhas de memória, a expressão facial dele está diferente e já caiu várias vezes”.

“Estes sinais todos podem corresponder a várias doenças”, afirma Joaquim Ferreira, sublinhan-

do, porém, só poder “falar em termos genéricos” com base na informação à qual tem acesso.

Parkinsonismo

Quanto às notícias de que Joe Biden poderia ter doença de Parkinson, o neurologista frisa que “não é pelo facto de um médico especialista nestas doenças ir à Casa Branca que o Presidente Biden tem Parkinson” e que “estes sinais clínicos não o sugerem”. Além disso, ao fim de muitos anos de doença de Parkinson, “pode haver algum declínio cognitivo”, mas não há obrigatoriamente.

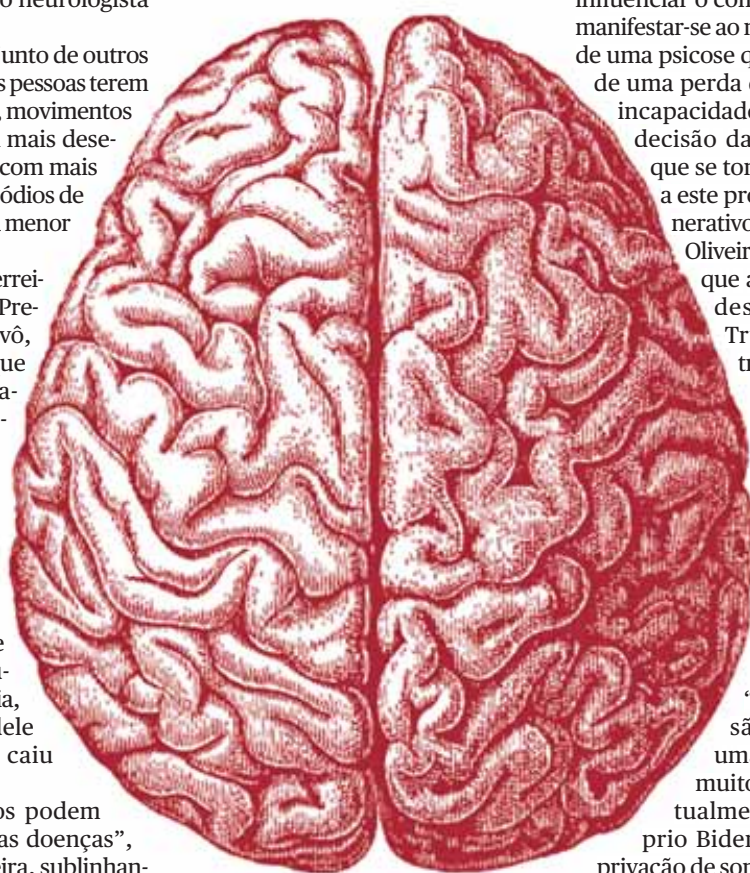
Joaquim Ferreira crê que Biden exhibe, por outro lado, sinais que sugerem ter “um parkinsonismo” — até porque há “muitas outras doenças que são vizinhas da doença de Parkinson” —, como uma face inexpressiva e uma lentificação dos movimentos.

Uma vez que “algumas destas doenças tendem a ser progressivas e a agravar-se com o tempo, esta discussão assume particular relevância, quando estamos a falar de pessoas que vão assumir cargos de



Não é a idade nem o envelhecimento que confere critério para a incapacidade funcional

Ana Rita Silva
Neuropsicóloga



grande responsabilidade intelectual durante um período de tempo em que essa doença pode evoluir”, destaca o neurologista.

Tiago Gil Oliveira salienta que “estas *gaffes* podem ocorrer independentemente de haver um processo de défice cognitivo ou não” — podem, por exemplo, ocorrer, como foi salientado pela Casa Branca, “devido a alterações do fuso horário ou por um processo inflamatório que pode também afectar a função cognitiva ligeiramente e momentaneamente”. “Com o avançar da idade, estas alterações podem também estar associadas a outras alterações cognitivas, mas isso não faz um diagnóstico. Não se pode realmente fazer um diagnóstico de uma demência à distância sem uma observação cuidada, estruturada e com uma avaliação cognitiva estandardizada”, frisa, sublinhando a importância da realização de exames neurológicos e testes específicos para avaliar as funções cognitivas.

“Se calhar, assim como temos de fazer exames para aferir se podemos conduzir um veículo, talvez para alguns cargos fosse necessário haver um exame estandardizado a nível cognitivo para fazer essa avaliação”, opina o presidente da SPN.

E Trump?

E, embora as alterações do “espectro motor [de Biden] sejam mais visíveis”, Tiago Gil Oliveira contrapõe que um “comportamento mais alterado”, no caso do candidato republicano Donald Trump, também pode ser “uma manifestação muito relevante no âmbito das doenças neurodegenerativas”. “Dependendo de quais são os circuitos das áreas do cérebro afectadas, isso pode também influenciar o comportamento e ele manifestar-se ao nível, por exemplo, de uma psicose que pode coexistir, de uma perda do controlo ou da incapacidade para tomar uma decisão da mesma maneira que se tomava previamente a este processo neurodegenerativo”, afirma. Tiago Gil Oliveira lembra, de resto, que a diferença de idades entre Biden e Trump é de apenas três anos e, portanto, “esse componente do risco associado à idade não deve ser minorado num caso em relação a outro”.

Isabel Santana salienta que os candidatos à Presidência dos EUA “são pessoas que são submetidas a uma pressão e stress muito grandes e, eventualmente, como o próprio Biden disse, a alguma privação de sono e excesso de tra-

balho nocturno” — e “essas coisas têm impacto na capacidade atencional” tanto nos mais velhos como nos mais novos. A demência, diz, “é suficientemente importante para que não se trate de ânimo leve e pelo que parece”. E alerta que “a demência é um dos gigantes da geriatria.”

O idadismo

“O mundo está muito difícil para quem está velho”, acredita José Ferreira Alves, professor na Escola de Psicologia da Universidade do Minho. No seu entender, Joe Biden “não apresenta nenhum sintoma de défice cognitivo”.

O “stress da situação” é também um ponto salientado por José Ferreira Alves, que acredita que “a idade cronológica é o marcador mais grosseiro que pode haver para definir a capacidade de alguém”. Embora haja “estudos que dizem que as pessoas a partir dos 90 anos têm cerca de 50% de possibilidade de ter demência”, “não nos podemos esquecer que, quando enfrentamos um indivíduo em particular, não estamos a enfrentar uma média, nem a lidar com uma estatística”. “Estamos a lidar com um indivíduo concreto, que tem um desenvolvimento particular e que pode ser expresso de múltiplas formas.”

José Ferreira Alves lamenta o idadismo e acredita que “vivemos numa civilização que não compreende nem aceita o envelhecimento”. “Aquele ideia do *cowboy* solitário, tipo Trump, auto-suficiente, cheio de força física e de agilidade mental é deplorável, se tivermos apenas essa imagem como imagem de vitalidade. Ninguém é auto-suficiente, nem o Trump nem o Biden. E ninguém tem as capacidades suficientes para ser Presidente sozinho dos Estados Unidos nem de nenhum país.”

Ana Rita Silva concorda que “não é a idade, nem o envelhecimento que confere critério para a incapacidade funcional, mas sim alterações clínicas que não se vêem a olho nu”.

Manuel Carrageta, presidente da Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia (SPGG), lembra que, “com o envelhecimento, há capacidades que declinam, mas também há outras que melhoram”. Os aspectos positivos “estão relacionados com a sabedoria, a experiência e a sensatez, porque as pessoas ficam mais estáveis emocionalmente”, afirma. Além disso, “são pessoas que decidem melhor, gerem melhor os conflitos e têm tomadas de decisão mais prudentes e ponderadas”.

O presidente da SPGG lamenta que se perca “muito capital humano com o idadismo”. Porém, destaca que “a sociedade vai ter de mudar até por razões demográficas”. “Não estou a dizer para [os idosos] terem de trabalhar obrigatoriamente. Mas aqueles que querem continuar a trabalhar e aqueles que infelizmente precisam, para esses, a sociedade deve criar condições.”

Presidente escolhe sucessora à revelia de estatutos

Rui Amorim de Sousa convidou a empresária Isabel Furtado, que já escolheu um administrador-delegado

Luís Miguel Queirós

O actual presidente do conselho de administração da Fundação Casa da Música, Rui Amorim de Sousa, que está de saída, convidou para lhe suceder no cargo a economista e empresária Isabel Furtado, CEO da TMG Automotive, do grupo TMG – Têxtil Manuel Gonçalves, que terá aceite o convite.

A iniciativa de Amorim de Sousa, confirmada ao PÚBLICO por várias fontes – designadamente do próprio Conselho de Fundadores, que se reúne na próxima terça-feira pela primeira vez desde a nomeação do seu novo presidente, o jurista social-democrata Luís Campos Ferreira –, parece constituir uma violação dos estatutos, já que estes dizem que “o presidente e vice-presidentes do conselho de administração são eleitos pelo próprio conselho de entre os seus membros, por voto secreto e por maioria absoluta dos seus membros, em reunião expressamente convocada para o efeito”.

A menos que se considere a obrigação estatutária um mero pró-forma que se pode cumprir retrospectivamente (como os elementos indicados pelos privados estão em maioria na administração, garantem sempre a eleição de quem quise-rem), parece evidente que escolher a próxima presidente num momento em que nem sequer se conhece ainda a administração – só o Estado nomeou até agora os seus dois representantes – configura, para citar um elemento do Conselho de Fundadores que não quis ser identificado, um “incumprimento grosseiro dos estatutos” da Casa da Música (CdM).

O PÚBLICO enviou perguntas a Isabel Furtado, perguntando se foi convidada, se aceitou o cargo e se está familiarizada com o processo de escolha do presidente da administração previsto nos estatutos, mas não

recebeu respostas em tempo útil.

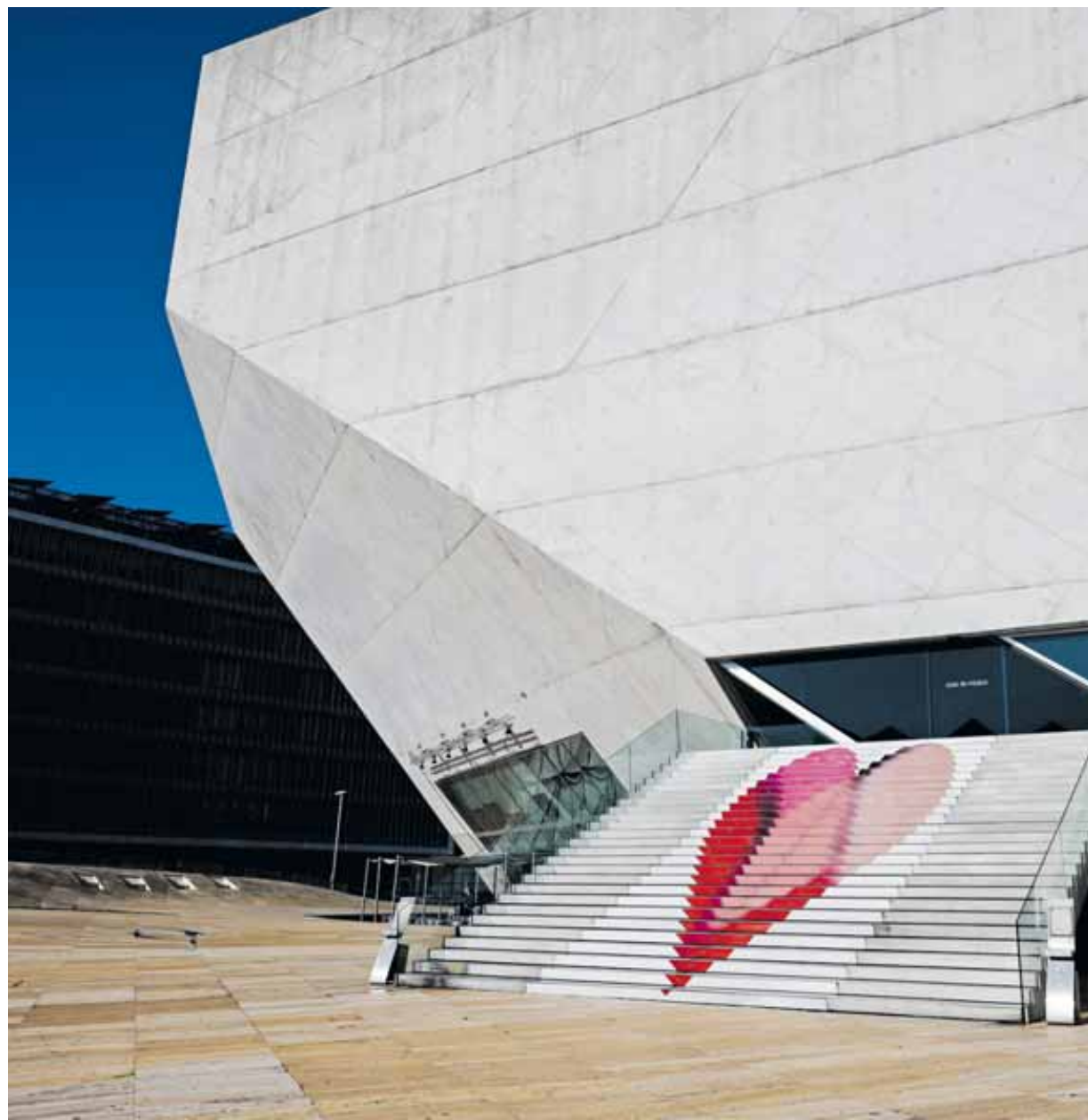
Procurámos também ouvir Rui Amorim de Sousa, que não confirmou nem desmentiu o convite a Isabel Furtado nem esclareceu nenhuma das questões concretas que lhe foram colocadas, mas enviou uma resposta genérica: “As questões que levanta relativamente ao tema da formação do novo conselho de administração são temas do fórum dos fundadores e presidente do conselho de fundadores; relativamente aos cargos que cada elemento do conselho de administração irá ocupar nesse mesmo conselho – presidente, vice-presidentes e administrador-delegado –, são temas do fórum do novo conselho de administração”.

De facto, os estatutos prevêem que quatro dos sete membros da administração sejam indicados “pelas pessoas ou entidades privadas que fazem parte do conselho de fundadores”, o que implica que, ao convidar Isabel Furtado, Rui Amorim de Sousa começou por se substituir ao Conselho de Fundadores, e só depois ao futuro conselho de administração, que como ele próprio reconhece tem a atribuição de escolher o presidente.

O PÚBLICO tentou também ouvir o novo presidente do Conselho de Fundadores, mas Luís Campos Ferreira não quis prestar declarações. Também a ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, a quem enviamos várias perguntas, preferiu não fazer quaisquer comentários.

Solução frustrada

Mais do que o nome de Isabel Furtado, a quem nenhuma das fontes ouviu colocar objecções de princípio, o que está a causar desconforto interno, mesmo entre alguns fundadores, é o facto de Amorim de Sousa tomar decisões para as quais não



tem mandato e aparentemente sem a preocupação de assegurar consensos prévios com o Estado e a Câmara do Porto.

O mesmo já sucedera, de resto, na tentativa de escolha do novo presidente do Conselho de Fundadores, ainda que sem sucesso. Amorim de Sousa e o presidente cessante, Valente de Oliveira, soube o PÚBLICO, levaram à ministra uma solução fechada, já acordada entre ambos, e que passaria por designar para o cargo o economista e gestor José Manuel Dias da Fonseca, que foi presidente da Fundação Casa da Música entre 2006 e 2014, tendo boa parte do seu consulado coincidido com o período em que Nuno Azevedo, filho do fundador da Sonae, estreou o cargo de administrador-delegado.

Mas os estatutos deixam claro que a nomeação do presidente do Conselho de Fundadores cabe ao Estado, e Dalila Rodrigues

Rui Amorim de Sousa está de saída, mas tenta garantir sucessão

não abriu mão dessa prerrogativa, nomeando Luís Campos Ferreira.

Um episódio que terá perturbado o relacionamento da administração da CdM com a tutela, e que pode ajudar a explicar a estranheza de não se saber ainda publicamente – apesar dos convites que já foram sendo feitos – quem são os administradores indicados pelos privados e o elemento a designar, em conjunto, pela Câmara do Porto e pela Área Metropolitana do Porto, que nos últimos mandatos tem sido o gestor social-democrata Luís Osório, deputado municipal na autarquia.

No final de Abril, em entrevista ao PÚBLICO, Rui Amorim de Sousa explicava: “O então ministro da Cultura [Pedro Adão e Silva] entendeu que não devia fazer a indicação dos seus representantes na administração, deixando isso para quem viesse a suceder-lhe. E nós ficámos solidários com essa posição e dissemos que esperaríamos até haver um novo ministro, para permitir uma conjugação de decisões”.

Mas o facto é que o Estado já designou os seus dois representantes – o arquitecto André Tavares e o músico Álvaro Teixeira Lopes –, e o momen-

to não foi afinal aproveitado para “conjugação de decisões”.

Mas a composição do futuro Conselho de Administração já estará quase fechada nos bastidores. Além dos representantes do Estado e de Luís Osório, que deverá voltar a ser indicado pela autarquia, será composto por Isabel Furtado, que por sua vez terá já convidado o economista bracarense Rui Sá Morais, presidente não executivo da Agere, a empresa de capitais públicos que gere as águas, efluentes e resíduos de Braga, e presidente executivo da Braval - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos. Mas não é de excluir que a escolha deste social-democrata, tido como muito próximo de Rui Rio, possa ter ficado a dever-se mais ao facto de ter integrado, desde 2001, o grupo TMG, onde foi “financial manager” na TMG Automotive, e consultor financeiro noutras empresas.

António Marquez Filipe, administrador da Symington, deverá transitar da actual administração – os estatutos obrigam, aliás, a que se mantenha pelo menos um administrador e que pelo menos um outro saia –, e o quarteto supostamente indicado pelo Conselho de Fundadores deverá com-





MIGUEL MANSO

conselho de administração, dispõem, na prática, do exclusivo da gestão da casa, para a qual o Estado contribui com 10 milhões de euros.

Na sequência das pressões de Adão e Silva, uma parte dos fundadores, que até hoje tinham pago apenas a dotação inicial de cem mil euros, aceitou pagar 10 mil euros anuais, uma quantia não propriamente exorbitante, mas que lhes dá direito ao título de “fundadores gold”.

Investigações prosseguem

É difícil pretender que a gestão dos privados na CdM tenha sido sempre exemplar. O Tribunal de Contas ainda recentemente informou a fundação de que pretende ouvir não apenas a administração cessante, mas também a anterior, presidida por José Pena do Amaral, numa investigação que se prende com alegados favorecimentos, na sequência de uma série de denúncias devidamente documentadas que o PÚBLICO noticiou no final de 2022.

E se o Estado é tradicionalmente suspeito de nomeações que dão prioridade às afinidades político-partidárias, o facto de praticamente não ter havido, nos últimos anos, um administrador, ou alguém contratado para funções directivas na CdM, que não tenha vindo da Faculdade de Economia do Porto ou da Católica Porto Business School, ou de ambas, também parece sugerir um fechamento não necessariamente muito saudável em torno de um círculo restrito de contactos académicos.

Depois da escolha para administradora-delegada da economista Antonia Portocarrero, cuja passagem pela CdM todas as fontes internas ouvidas pelo PÚBLICO coincidem em considerar que foi “um desastre” – deixou o cargo menos de um ano após tomar posse –, a sua substituta, Carla Chousal, parecia ter conseguido abrandar um tanto a contestação laboral, mas esse relativo estado de graça parece estar a dissipar-se. Um comunicado enviado ontem à imprensa pelos trabalhadores da CdM associados ao sindicato Cena/STE, que estiveram anteontem reunidos em plenário, acusa a administração de, após ter aceitado negociar um Acordo de Empresa, que lhe foi proposto em Abril de 2023, estar a evitar fazê-lo, desmarcando sucessivas reuniões.

“Até agora só tivemos duas reuniões de uma hora cada uma, e a primeira foi para fazer um protocolo que previa uma reunião por trimestre, que era o mínimo dos mínimos, e que não cumpriram”, diz o delegado sindical, Fernando Pires de Lima.

Afirmando que “as propostas de cláusulas apresentadas pela administração neste período de um ano se resumiram a assuntos gerais (...) já constantes da lei”, o comunicado lamenta: “Não se compreende como a administração não produziu mais do que isto depois das promessas feitas no início do seu mandato”.

pletar-se com Frederico Silva Pinto, que trabalhou vinte anos no BPI, o principal mecenas da CdM, e que é hoje vogal da Cerealis, cujo CEO é Rui Amorim de Sousa, que se manteve no cargo após a venda desta empresa centenária aos donos da BA Glass, Carlos Moreira da Silva e a família Silva Domingues. Quando questionado sobre estas movimentações, Rui Moreira disse ao PÚBLICO: “Confrontado com um facto consumado e do qual não fui informado, entendo que o município do Porto não deve estar presente no Conselho de Fundadores da próxima terça-feira”.

Por trás destas aparentes irregularidades processuais está um modelo fundacional que nenhum governo tem querido pôr em causa, e que muitos, mesmo querendo manter a parceria entre público e privados, consideram que confere a estes últimos um poder excessivo, tendo em conta a sua modesta contribuição financeira para a instituição.

Com uma comparticipação anual regular de pouco mais de um milhão de euros, sendo 750 mil oriundos do BPI/La Caixa e cerca de 100 mil da Sonae, os fundadores privados, através da maioria que os representa no

Luciana Fina, com *Sempre*, e Cláudia Varejão, com *Kora*, no Festival de Veneza

Vasco Câmara

Longa-metragem *Sempre* e a curta *Kora* serão exibidas na secção Giornate degli Autori. A selecção oficial do festival será anunciada a 23

Dois anos depois de *Lobo e Cão*, Cláudia Varejão regressa à secção Giornate degli Autori do Festival de Veneza, onde aquela sua longa-metragem recebeu o prémio de melhor filme, apresentando agora a curta *Kora*. E Luciana Fina mostrará também aí *Sempre*, longa concretizada a partir dos arquivos da Cinemateca Portuguesa, que, por ocasião da celebração dos 50 anos do 25 de Abril, convidou a artista visual e cineasta a conceber esta instalação e filme de montagem.

Estes dois títulos de produção portuguesa foram ontem anunciados pelos programadores da secção paralela do festival dedicada ao cinema independente, começando a delinear-se o perfil da 81.ª edição de Veneza – realiza-se de 28 de

Agosto a 7 de Setembro. No próximo dia 23 serão divulgados os títulos da selecção oficial.

O filme de Luciana Fina “conduz-nos através da asfixia do salazarismo e da PIDE, as ocupações estudantis de 69, o Movimento das Forças Armadas de 74, os sonhos, os programas e as perspectivas do PREC, o Verão Quente, a descolonização e, sobretudo, repropõe os gestos de grandes cineastas que entraram em acção juntamente com artistas, compositores e directores de rádio” que nesses anos documentavam o que se passava neste país e dessa forma intervínham nas mudanças.

Num comunicado enviado às redacções sobre a selecção veneziana desta produção da Cinemateca-Museu do Cinema, Luciana Fina, nascida em Bari, Itália, e desde 1991 a viver e a trabalhar em Portugal, fala das intenções de uma “arte combinativa da montagem”: “a tensão de um cinema reflexivo e simultaneamente genera-

***Sempre*, de Luciana Fina;
Kora, de Cláudia Varejão**



tivo, para que se abra o encontro entre o Outrora e o Agora”. Isto é: os “sons inerentes ao momento histórico actual, às manifestações pelo direito à habitação, ao trabalho digno e à cultura, à questão colonial e à questão da mulher, inscrevem-se por entre as imagens do passado”.

Sempre será exibido, na Giornate degli Autori, no programa das Noites Venezianas, reservado ao cinema italiano contemporâneo – vale a nacionalidade de Luciana.

Coros de vozes e gestos: eis a matéria narrativa e formal de *Kora*, tal como nos é antecipado também em comunicado, produção da Terratreme que Cláudia Varejão realizou. Traça a silhueta de mulheres refugiadas, da Ucrânia, do Afeganistão, do Sudão, da Rússia, da Síria, que vivem em Portugal e que “trazem o passado no corpo e nas palavras, bem como aqueles que amam impressos em retratos. A partir dessas memórias, acedemos ao olhar íntimo e político de quem reconstrói o (seu) presente”.

“Vivemos uma tragédia humana sem precedentes. Falhámos enquanto espécie e sociedade. Sinto-me responsável como ser humano, cidadã e, até mesmo, como realizadora. *Kora* foi nascendo desse sentimento de pequenez e, simultaneamente, da frustração por fazer parte de algo que não fala por mim. Este filme é o meu olhar, político e afectivo, sobre o momento histórico que me cabe viver”, escreve a cineasta. O que será nova declinação da dimensão ética do cinema, como Varejão o entende, de que um filme, e isso fazia *Lobo e Cão*, vela pelas vidas em que entrou.

Tudo a postos então para Veneza 2024. Títulos do que será esta selecção oficial, competitiva e não competitiva, comecem a aparecer na imprensa internacional, sendo insistentes as referências a *Joker 2: Folie à Deux*, de Todd Phillips, sequele daquele que foi o Leão de Ouro em Veneza 2019; a *Maria*, de Pablo Larraín, com Angelina Jolie, acrescentando Maria Callas à lista de retratos que o realizador chileno vem filmando (Jackie Kennedy e Diana de Gales foram outros); a *Queer*, de Luca Guadagnino, imparável de produtividade, adaptando William S. Burroughs; ao novo de Lucrecia Martel, presidente do júri em 2019, precisamente; ou a *Hard Truths*, o regresso de um grande cineasta, Mike Leigh, com um título que teria sido dos recusados por Cannes (como aconteceu no passado a *Vera Drake*, que arrebataria depois o Leão de Ouro no Lido).

De artista de rua à TVI, Àkila a.k.a Puta da Silva constrói diálogos no Mimo

A artista brasileira, primeira actriz trans imigrante a entrar numa novela portuguesa (*Cacau*), actua hoje em Amarante, num concerto que irá de José Afonso à música afro-brasileira

Mariana Duarte

Hoje, num dos dias mais fortes do festival Mimo 2024, há uma artista a actuar no palco principal cujo percurso tem sido no mínimo inesperado, no máximo impressionante. Nos últimos dois anos, Àkila a.k.a Puta da Silva, cantora, compositora, actriz e activista transgénero brasileira, residente em Lisboa, tem passado por lugares tão distintos como a residência oficial do ex-primeiro-ministro António Costa e actual presidente do Conselho Europeu, onde deu um concerto no âmbito da comemoração do bicentenário da independência do Brasil; pela Bienal de Arte de Veneza de 2022, onde participou na *performance Water Is Coming*, de Jota Mombaça; por Serpa, distrito de Beja, à boleia do Festival Futurama; ou pelo 17.º aniversário do Musicbox Lisboa, onde criou ao vivo o icónico álbum de Gal Costa *Índia* (1973).

No início deste ano estreou-se na televisão, na telenovela *Cacau*, da TVI, tornando-se na primeira actriz trans imigrante a integrar um elenco de uma novela portuguesa. Agora, é a vez de ser um dos destaques do Mimo, que arrancou ontem em Amarante e se prolonga até amanhã com nomes como Rita Benneditto, uma das mais importantes artistas da música popular brasileira, criadora do movimento “tecnomacumba”, com quem Àkila voltará a partilhar a noite na próxima terça-feira, no Musicbox; os Ilê Aiyê, considerados o primeiro bloco afro do Brasil, a celebrarem o seu cinquentenário; a cantora e compositora maliana Fatoumata Diawara; Dino D’Santiago; ou Femi Kuti, filho-herdeiro da luminária do afrobeat Fela Kuti – a entrada no festival é gratuita.

Mas há muita história para trás. Este concerto marca um “novo capítulo” na trajetória da artista, inicialmente conhecida apenas como Puta da Silva. “A mudança de nome tem a ver com trazer mais dimensões da minha identidade – Àkila é mesmo o meu nome – e com a vontade de dialogar com outros públicos, já que nem toda a gente entende o porquê de Puta da Silva”, explica ao PÚBLICO. “Também não quis apagá-lo com-

pletamente porque faz parte da minha carreira e do meu movimento político desde o início.”

Criada em Minaçu, no interior do Estado de Goiás, Àkila chegou a Portugal em 2017 para tirar o mestrado em Teatro na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa. Teve de entrar no trabalho sexual para conseguir sustentar-se. “O nome Puta da Silva vem de uma inquietação minha na cidade, enquanto pessoa trans, migrante, racializada que vê todas as portas fechadas e a prostituição é o único lugar em que consegui me colocar num momento de desespero”, conta. “Quando consegui sair da prostituição e voltar para a arte, decidi adoptar esse nome como um manifesto.”

Por um lado, a artista quis resignificar um termo usado como insulto, especialmente contra imigrantes brasileiras em Portugal de classes desfavorecidas. Por outro, potenciar o significado da expressão brasileira “estar puto/a da Silva”, que denota inquietação e braveza – características que sempre pautaram o seu espírito pugilista. Nessa altura, Àkila era também música de rua. Na “Rua Cor-de-Rosa”, no Cais do Sodré, cantava “músicas do povo”, montava uma personagem, puxava pela sua veia teatral, “fazia as coisas acontecer”.

“Os turistas deixavam um dinheiro e eu conseguia me safar um pouco com aquilo”, recorda. Foi aí que começou a perceber como a música “mexia com o dia-a-dia das pessoas” de uma maneira mais acessível e directa do que outras expressões artísticas mais elitistas. “Fui entendendo a potência em relação ao diálogo com vários tipos de pessoas e resolvi apostar nisso. Surpreendentemente, deu certo.”

Forçar a mudança

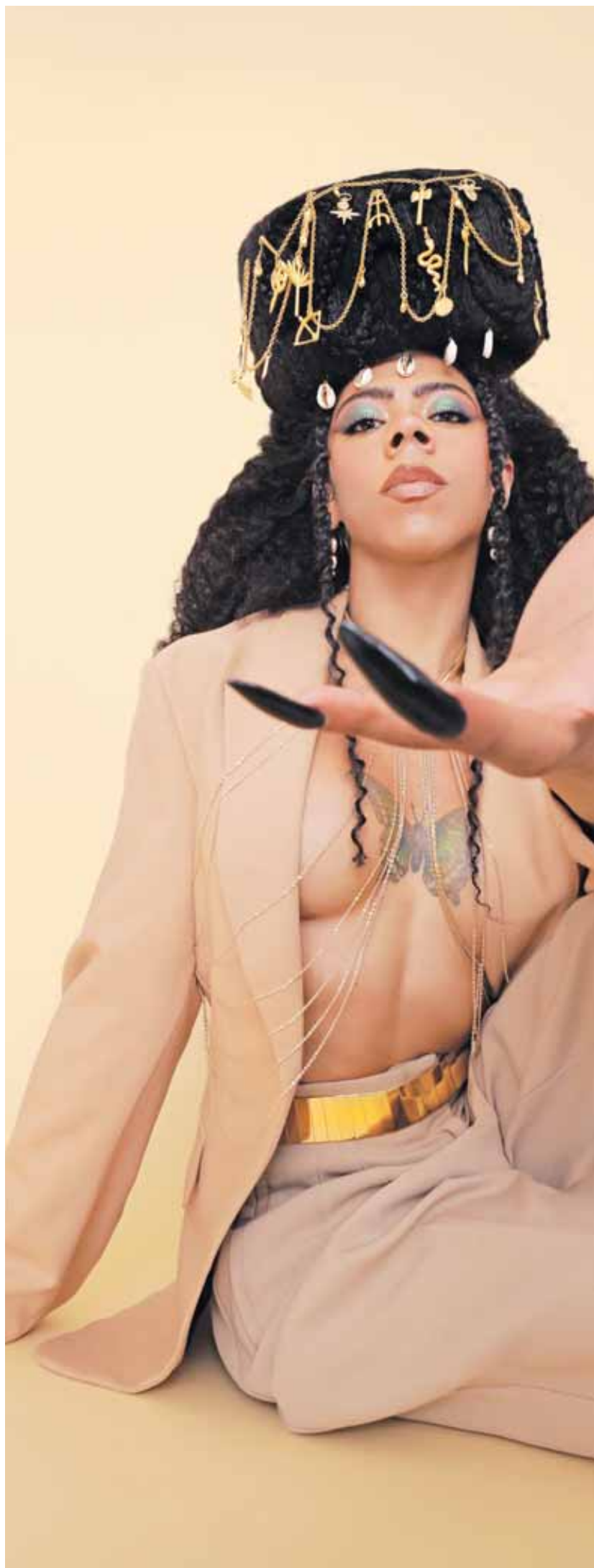
Tal como muitas outras artistas imigrantes, trans e racializadas em Lisboa, Àkila começou a construir caminhos no circuito *clubbing* e em espaços culturais independentes e LGBTQIA+, numa cidade que avançou – culturalmente, politicamente – muito graças à comunidade artística imigrante, em particular a brasileira. Não é exagero afirmar que há

um pré e um pós desde a emergência, e crescente visibilidade, de artistas brasileiros racializados e *queer* no circuito cultural português, gerando fricções e encontros que nos têm posto em confronto com as opressões – históricas, políticas, sociais, sexuais – da sociedade portuguesa e respectivos cenários artísticos.

As primeiras canções de Puta da Silva, *Bruxonas* (com a colaboração da artista multidisciplinar Odete) e *Hetero Curioso*, foram, de resto, dois motores destas movimentações. Nelas, com humor e inteligência, firmeza e braveza, a artista debruça-se sobre questões ligadas ao desejo e ao patriarcado, à identidade de género e à imigração, ao racismo e à precariedade. Os vídeos, narrativas audiovisuais cuidadosamente elaboradas, da componente coreográfica aos figurinos, foram produzidos pela própria e circularam depois em festivais internacionais.

Àkila refere que as suas vivências enquanto trabalhadora sexual moldaram a sua criação musical sobretudo na fase de arranque. “Saber dos desejos reprimidos e dos pecados; saber que as pessoas que me fechavam as portas de dia eram aquelas que me abriam as portas de noite, com os seus mistérios”, diz a cantora e actriz, que em 2020 co-fundou a Casa T, centro de acolhimento e sociabilização para pessoas trans e imigrantes.

“Conhecer de perto a fragilidade do homem que é dono do sistema, da chave, me fez voltar para o dia com mais coragem e fazer com que o meu trabalho alertasse outras mulheres e mulheridades sobre as nossas potências e a nossa capacidade de forçar a mudança.” A música surgiu, assim, “como uma necessidade de se expressar”, com autonomia, poucos recursos e com a cumplicidade de outros/as artistas imigrantes e *queer*. Apesar de ter crescido num circuito mais próximo das comunidades LGBTQIA+ e da música independente, a artista tem chegado a públicos mais transversais. E é esse o percurso que quer continuar a trilhar. Desmantelar preconceitos, transformar antipatia em empatia, terrenos armadilhados em diálogos. “A estrada me mostrou que





o meu público é qualquer público que queira entrar em contacto com o meu som, com o meu pensamento, com a minha existência enquanto artista”, afirma. Não acredita que a sua música seja de nicho.

“Eu não canto só a experiência da travesti preta, imigrante. Isso é só uma parte da minha existência. Eu falo de várias outras coisas. Falo de vida, de sociedade, de política, de acessibilidade, de memória, de caminhada, de família. Os meus concertos têm passado cada vez mais por esses diferentes lugares para activar nas pessoas a acessibilidade”, sublinha Àkila. “Acessibilidade é o afecto. É o reconhecimento do outro, independentemente de quem ele seja e de onde ele venha. Valorizar o sonho e os movimentos de outras pessoas é conseguir estabelecer mais diálogos.”

Dois momentos marcantes para Àkila ter decidido que queria tentar expandir o seu encontro com “mais públicos e culturas” fora dos habituais círculos artísticos foi a já referida actuação em São Bento e o concerto em Serpa, no Futurama.

“Uma das coisas que me assustaram nesse concerto foi que o público estava muito distante do palco. Eu entrei pela parte de trás da plateia e a meio do caminho várias crianças se aproximaram de mim, começaram a mexer no meu véu e foram-me guiando até eu chegar em cima do palco. Depois, os pais delas vieram para a frente do palco e ouviram tudo o que eu tinha para dizer até ao fim”, lembra. “Foi muito significativo.”

Para haver mudança é preciso deixar de pregar aos convertidos, acredita Àkila. E isso implica “sair dos centros, ir às periferias”. Sobretudo no actual clima político ferozmente polarizado, em que a extrema-direi-

ta tem ganho tracção, independentemente das coordenadas geográficas. “Agora não é o momento de ter medo”, declara a artista. “A gente precisa de ter esses encontros, chegar às pessoas, porque infelizmente os dirigentes da extrema-direita vencem por falta de informação”, considera. “O trabalho de oposição é estar nos sítios, é falar.”

A participação na telenovela *Cacau*, em exibição na TVI desde Janeiro, foi fundamental para fortalecer a sua vontade de “abrir horizontes”, mas “sem abdicar” das suas “lutas de sempre”. Seleccionada através de um *casting*, Àkila estava “com zero esperanças”.

Em *Cacau*, ao lado de actores e atrizes como Alexandra Lencastre, Matilde Reymão, Leonor Seixas ou Diogo Amaral, Àkila veste a personagem transgénero de Majoris, dona de uma pensão ligada a trabalho sexual. Temas como as cirurgias de mudança de sexo, que têm vindo a aumentar significativamente em Portugal, já foram abordados na novela.

“Quanto mais gente se acostumar a ver na televisão, no seu dia-a-dia, pessoas trans, mais pessoas vão saber das nossas existências e necessidades, e mais nos poderão começar a respeitar”, acredita Àkila. “Não é sobre representatividade, pois é impossível representar uma comunidade inteira e com várias *nuanças*. Mas é possível ser uma referência.”

Ser reconhecida na rua por causa da novela é “quase catártico”, diz a artista. “Ter, por exemplo, uma família inteira vindo ter comigo na rua, pedindo autógrafo e para tirar fotos, falando que estão gostando da novela, me tratando pelo pronome certo; tudo isso me dá a certeza de que eu entrei na casa de muitas pessoas, mas não foi de qualquer jeito. Eu fiz

“

Eu não canto só a experiência da travesti preta imigrante. Isso é só uma parte da minha existência. Eu falo de vida, de sociedade, de política, de acessibilidade, de família

Quanto mais gente se acostumar a ver na televisão pessoas trans, mais vão saber das nossas existências e necessidades e começar a respeitar

Na novela *Cacau* (TVI), Àkila veste a personagem transgénero de Majoris, dona de uma pensão ligada a trabalho sexual

amizade à distância, eu ganhei respeito pelo meu trabalho”, conta. “Isso é construir referências. E isso me arrepiava muito, porque eu continuo a mesma pessoa trans que chegou aqui há sete anos. Mas foram precisas muitas caminhadas, muito suor. Não só da minha parte, porque obviamente uma pessoa trans sozinha no mundo não existe.”

Nessa caminhada conjunta, Àkila destaca várias “manas e referências”. No Brasil, Linn da Quebrada, Jup do Bairro, Ventura Profana. Em Portugal, as artistas brasileiras residentes em Lisboa Keyla Brasil, Tita Maravilha e Gaya de Medeiros, bem como a portuguesa Odete. Sem esquecer a escritora e artista visual Jota Mombaça (“minha prima, tia, irmã, mãe, minha tudo”) e Miltércio Santos, bailarino brasileiro que acompanhou Àkila desde o primeiro momento, tornando-se essencial nos seus concertos enquanto *performer*, figurinista e produtor, galvanizando os públicos com a sua presença singular, ateando ainda mais fogo à visceralidade interpretativa de Àkila. Miltércio faleceu em Março, aos 60 anos.

“Agora tenho com uma banda completa, com baixo, guitarra, bateria, percussão; mais director musical, produtor, cabeleireiro, figurinista, maquilhador e componente da *performance*. Mas tudo isso também é um legado do Miltércio”, frisa a cantora e actriz.

Agora, no Mimo, Àkila a.k.a Puta da Silva vai continuar a experimentar as canções que vão dar corpo ao seu álbum de estreia, cujo lançamento está previsto para o início do próximo ano. A sua música, diz, “está a ficar cada vez mais preta”, com inspirações das músicas dos terreiros de religiões de matriz afro-brasileira como o candomblé e o umbanda, a música popular brasileira do passado e do presente, a electrónica, o rock, o punk ou o funk. Mas há também a música portuguesa – especialmente José Afonso.

“Fiz uma versão de *Os Vampiros* que já entrou no meu repertório. Todas as vezes que canto essa música os portugueses ficam loucos. Através da minha voz, do meu corpo, as pessoas têm outro encontro com esta música que é tão relevante para o património português, e para mim também é importante valorizar referências do país que me acolheu há sete anos, apesar das enormes dificuldades e barreiras pelas quais passei”, observa a artista. “O que o Zeca Afonso estava plantando lá atrás é também o que eu estou semeando hoje, com outras dimensões.” Para o bem e para o mal, o “ontem” de José Afonso “ainda é o hoje”, só que “está tudo mais potente”, conclui a artista. Cantora de intervenção e do afecto, actriz, activista, Àkila a.k.a Puta da Silva tem tudo para continuar a desabrochar, a ser uma rajada em palco que contagia e contamina. “É ir com tudo!”



Peça *C'est pas là, C'est par là* é uma teia para o público resolver

Pedro Manuel Magalhães

O festival de novo circo Vaudeville Rendez-Vous vai à procura da participação pública nesta *performance* de Juhyung Lee

No largo do Pópulo, em Braga, reside uma estrutura quadrada, delimitada por arames, e lá dentro um emaranhado de cordas de rafia, a evocar uma teia gigante. Não há trapézios, roda-cyr, mastro chinês, ou malabares, tradicionais ícones do circo. A dimensão da estrutura capta a atenção, mas quem com ela se cruza poderá não imaginar que a mesma faz parte de um festival de circo contemporâneo. O figurino é o ponto de partida de *C'est pas là, C'est par là*, um dos 15 espectáculos da décima edição do Vaudeville Rendez-Vous, festival internacional que arrancou na terça-feira e hoje termina nas cidades de Braga, Famalicão, Guimarães e Barcelos.

A ideia de transdisciplinaridade em torno do novo circo já existira em edições passadas, mas o marco dos dez anos trouxe consigo a vontade de ir mais além. “Tentámos sempre que o público questionasse se o que está realmente a ver é circo, dança ou *performance*. E este ano talvez seja o maior reflexo dessa desconstrução que temos vindo a fazer”, diz ao PÚBLICO Bruno Martins, director artístico do festival.

C'est pas là, C'est par là, da companhia Galmae, dirigida por Juhyung Lee, sul-coreano radicado em França, corporiza a reflexão, propondo-se a “intervir são só sobre o espaço, mas sobre a bolha que todos habitamos. E convoca as pessoas a interagir entre elas”, diz o também director do Teatro da Didascália.

É uma peça interactiva em que o público é desafiado a agarrar numa corda, enovelada em torno de uma pedra, e a desembaraçá-la por entre um padrão difuso. Passando por cima e por baixo de fios, cruzam-se corpos, provocam-se olhares, questionam-se rumos. Anteontem, em Braga, batiam as dez da noite nos sinos da cidade, e já cerca de uma centena de pessoas se encontrava em redor da estrutura. Apaga-se a iluminação de rua e acendem-se quatro focos sobre a rede emaranhada. Ao centro, e enquanto ecoa um tapete sonoro, o imperturbável Juhyung Lee ergue, com a sua mão direita, a primeira pedra. Sucedem-se um, dois minutos, e uma mulher vai ao seu encontro. A ela jun-



SUSANA CHICO

Espectáculo da companhia Galmae, dirigida por Juhyung Lee

A linguagem do novo circo “conquistou público muito rapidamente”

tam-se rapidamente dezena e meia de pessoas – crianças, adolescentes, e até idosos – que, entre sombras, dão corpo à *performance*. No final, os novelos são empilhados, o artista rega-os com líquido inflamável, e acende-se uma fogueira. Com os participantes ao redor, forja-se uma dinâmica entre individual e colectivo.

“Achei piada ao facto de nos termos de orientar pelo caminho do fio. E, no fim, todo esse trabalho acabar neste monte queimado. Talvez seja simbólico de que tudo na vida tem um fim”, diz-nos um jovem, Mário China, 18 anos, interveniente no espectáculo. Entre quem participou, saltou à vista a presença de Maria Augusta, 85 anos de idade. Desenvolta no discurso, já tinha visto na brochura municipal que o espectáculo ia acontecer, mas não desconfiava de que era necessário participar. Aventurou-se para dar o exemplo: “As pessoas idosas têm a mania de estar sempre paradas. Já eu gosto de fazer tudo.” Só teve pena, no final, que Juhyung Lee não tenha compreendido as palavras que lhe dirigiu. “Disse-lhe a minha idade, que fiz muita ginástica, e que a pedra era muito pesada. Mas ele não percebeu nada.”

No legado do Vaudeville Rendez-Vous, a procura dos encontros foi-se moldando ao longo destes dez anos. A programação em espaço público, explica Bruno Martins, “proporciona, desde logo, o encontro entre pessoas

que à partida não estariam predispostas a ver espectáculos”.

O caminho do festival de circo contemporâneo, múltiplo nas linguagens e nacionalidades, começou por ser desenhado em Famalicão e a resposta do público induziu a organização a propor o evento a outras cidades. Acontece nas principais quatro cidades do Minho desde 2019, ano em que Barcelos se juntou, e é, ainda hoje, um dos únicos eventos transversais ao chamado “quadrilátero urbano”. “Os municípios compreenderam que o festival trabalha sobre uma linguagem que era muito residual, ou quase inexistente, na programação das cidades. Conquistou público muito rapidamente.”

Sobre a edição deste ano ainda não há números de afluência de público. Contudo, há a certeza de que a presença das pessoas no início de cada espectáculo, muitos deles em lugares inusitados, revela, nas palavras do programador, que “já há um público absolutamente fiel”.

Apesar da conquista e de o novo circo já se ter disseminado pela programação de Verão noutras zonas do país desde 2014, Bruno Martins lembra que há um caminho por trilhar: o de mostrar que esta linguagem, que pode ser experimental e disruptiva, também cabe na grelha de programação dos teatros municipais e ao longo de todo o ano.

Nesta décima edição, o Vaudeville Rendez-Vous quis materializar a ideia e levou espectáculos a espaços fechados das quatro cidades (*Cá entre Nós*, da companhia Dois Acor-des, *Masha*, da companhia Palimستا, *BLUE*, de Margarida Monteny, e *Le Repos du Guerrier*, de Edouard Peurichard). E houve adesão, garante o director artístico.

Francisco Malheiro junta-se a Drew Klein na direcção do Teatro Municipal do Porto

Mariana Duarte

O actual director executivo da área das artes performativas da Ágora assegurará a gestão executiva do teatro

Francisco Malheiro, actual director executivo do Departamento de Artes Performativas da empresa municipal Ágora – Cultura e Desporto do Porto, assumirá, no início da nova temporada, em Setembro, a co-direcção do Teatro Municipal do Porto (TMP), juntamente como o norte-americano Drew Klein, anunciou ontem a Ágora. Malheiro assegurará a gestão executiva e operacional, enquanto a Drew Klein caberá a direcção artística e programação.

O anúncio vem na sequência da confirmação, anteontem, da saída de Cristina Planas Leitão, que até ao final do mês abandonará a direcção artística do TMP, e das restantes estruturas afectas ao Departamento de Artes Performativas, que partilhava como o programador norte-americano desde Janeiro de 2023. O modelo de co-direcção artística fora definido após a saída em 2022 de Tiago Guedes para a Maison de la Danse de Lyon, e respectiva bienal de dança da cidade francesa. Depois de duas semanas de impasse, em que se adensavam as incertezas sobre o futuro da então co-direcção artística do TMP, a Ágora informou que o contrato de Planas Leitão foi cessado por mútuo acordo. Contactada pelo PÚBLICO, a programadora, coreógrafa e professora não quis prestar comentários adicionais.

De acordo com a Ágora, esta solução agora anunciada “garantirá a

continuidade do modelo aplicado no início de 2023, que, através de um concurso público internacional, trouxe o americano Drew Klein para a liderança artística do Teatro Municipal do Porto, do DDD – Festival Dias da Dança e do Campus Paulo Cunha e Silva”.

Francisco Malheiro, acrescenta a empresa municipal, é licenciado em Gestão de Marketing pelo Instituto Português de Administração de Marketing (IPAM), pós-graduado em Gestão e Políticas Culturais pela Universidade de Barcelona e mestre em Gestão Cultural pela HKU – Universidade das Artes de Utrecht. Foi produtor executivo no Serviço de Artes Performativas e coordenador adjunto no Serviço de Imagem e Divulgação da Fundação de Serralves, assistente de programação no The Bluecoat Arts Centre (Liverpool, Reino Unido), gestor de projecto na Fundação da Juventude e produtor executivo na Fundação Ciência e Desenvolvimento.

Entrou no TMP em Setembro de 2014, enquanto assistente da direcção artística. Posteriormente, ficou com as funções de coordenador artístico. Em Julho de 2022, passou a assumir a direcção executiva do Departamento de Artes Performativas da Ágora. Malheiro integrava o júri que escolheu, em 2022, Drew Klein para a então co-direcção artística do TMP.

“A parceria entre Francisco Malheiro e Drew Klein representa uma fusão de competências e experiências que promete dinamizar a actividade dos projectos dedicados às artes performativas e reforçar o compromisso do município do Porto com a qualidade e a diversidade da oferta cultural”, acrescenta-se no comunicado. Como co-director neste novo modelo de liderança, Francisco Malheiro não terá mão na programação, garante-se no comunicado. Ficará “responsável pela componente executiva, garantindo a continuidade e eficiência dos projectos desenvolvidos e programados pela Direcção de Artes Performativas”.

Já Drew Klein “assumirá na globalidade o plano artístico desta nova co-direcção”, e até ao final de 2025 a programação do TMP ainda será aquela que foi pensada em conjunto com Cristina Planas Leitão. Antes de se mudar para o Porto, Klein foi responsável pela programação de *performance* do Contemporary Arts Center (CAC), em Cincinnati (EUA), onde promoveu a Black Box Performance Series e o festival anual interdisciplinar This Time Tomorrow. Com Isabel Salema



Francisco Malheiro

crianças

lazer@publico.pt

Entre Rosas e Espinhos, vai Óbidos medieval

No burgo, está tudo a postos para receber El-Rei D. Dinis e D. Isabel de Aragão, Rainha Santa. Mercadores, artesãos, regatões e um “alvorço de pregões”, mas também jograis, saltimbancos, cortejos e torneios fazem as honras do Mercado Medieval, em cena até 28 de Julho.



Todo um mundo para descobrir, peça a peça

A maior minicidade da Lego? Está na Lourinhã

Brickopolis é um lugar que promete ser tudo menos convencional



Cláudia Alpendre Marques

Inaugurada a 14 de Maio deste ano, na Rua Vale dos Dinossauros, na Abelheira, a Brickopolis dá continuidade à bitola da terra. Afinal, a mesma morada já é sobejamente conhecida por conta do Dino Parque, que, entre outros créditos, puxa dos galões de “maior museu ao ar livre de Portugal” e alberga cerca de duas centenas de gigantes jurássicos à escala real, fazendo as delícias de miúdos e graúdos.

A fasquia mantém-se no nível das grandezas, mas, neste novo espaço, os modelitos de dinossauros dão lugar a construções de Lego. Apresentada como “uma das maiores minicidades do mundo”, a estrutura dá protagonismo às famosas peças coloridas, aqui combinadas num lugar à medida do mundo de “cor, criatividade e

entretenimento” que caracterizam a brincadeira dos tijolos que continua a marcar gerações.

Para a causa contribuem mais de cinco milhões de peças e uma moldura “impressionante” que permite aos visitantes uma imersão em três salas distintas: *Mundos Imaginários*, inspirada nos universos da *Guerra das Estrelas*, *Baía dos Piratas* ou *Oeste Selvagem*; *Brickopolis*, que replica uma cidade; e *Construções Fantásticas*, dedicada a monumentos como o Taj Mahal, o Coliseu de Roma, o Big Ben de Londres ou a Ponte 25 de Abril. Tudo devidamente equipado com iluminação, som e projecções de vídeo, numa área de aproximadamente 750 metros quadrados. A exposição é permanente e tem morada virtual em www.brickopolis.pt.

Brickopolis LOURINHÃ
Todos os dias, das 10h às 19h.
Bilhetes a 9,50€ (7€ para crianças dos quatro aos 12 anos; grátis até aos três anos)

Fim-de-semana em família

FESTIVAL

Festival Panda

FIGUEIRA DA FOZ Estádio Municipal José Bento Pessoa
Hoje, às 10h30 e 17h. 21€ (grátis para crianças até aos 2 anos)

Última paragem da digressão que pôs o Panda e os amigos pelo país, *À conquista de medalhas!* (lema desta 17.ª edição). A palco vai um espectáculo que, entre cantigas e coreografias orelhudas, chama a atenção para a importância do exercício físico e de um estilo de vida saudável.

LEITURAS

Em Julho a Palavra Contada É Postigo

LISBOA Lu.Ca - Teatro Luís de Camões. Hoje e amanhã, às 11h30. M/3. 1€

O Lu.Ca fecha a cortina desta temporada com as leituras de Bru Junça, que, desta vez, se dedicam à memória, ao pensamento e a “tudo o que carregamos dentro”. A inspirar o encontro está o livro *Pensamientras*, de Eugénio Roda e André da Loba, e a ideia de postigo como uma janela que se abre para um mundo onde há Verões quentes, cheiro a figos, canto de cigarras e o cante das gentes.

ACTIVIDADE

O Enigma do Mosteiro de Ancede

BAIÃO Mosteiro.
Hoje, das 10h às 22h30; amanhã, das 10h às 19h15. M/8. 5€ (inscrição em mosteiro. ancede@cm-baiiao.pt)

Um escape room num mosteiro com origem anterior à fundação de Portugal. Apontado a “aventureiros e apaixonados por História”, o desafio consiste em desvendar enigmas relacionados com o templo e, entre charadas e quebra-cabeças, encontrar a saída “através do conhecimento”, antes do tempo de uma hora acabar.



Guia

Cinema

Lisboa

Cinema City Alvalade
Av. de Roma, 100. T. 214221030
Onde Está o Pessoa? M12. 20h25; **O Sabor da Vida** M12. 21h40; **A Última Sessão de Freud** 15h05, 21h45; **Garfield: O Filme** M6. 11h15 (VP); **A Ama de Cabo Verde** M12. 13h25; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h20 (VP); **Histórias de Bondade** M16. 14h45; **Astrakan 79** M12. 19h20; **Divertida-Mente 2** 11h15, 13h25, 15h25, 17h40, 18h (VP) 11h35, 13h25, 19h50 (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 17h55; **Memória** M14. 17h15; **Podia Ter Esperado por Agosto** 15h35, 21h45; **Yupumá** M12. 20h10
Cinema City Campo Pequeno
Centro de Lazer. T. 214221030
A Última Sessão de Freud 13h20, 15h30, 19h55; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h30, 13h10, 15h30, 17h35, 19h40, 21h45, 23h55 (VP) 11h35, 13h35, 17h55, 19h50 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 22h05, 00h10; **Histórias de Bondade** M16. 21h15; **Divertida-Mente 2** 11h20, 14h, 15h15, 16h10, 17h30, 18h30, 19h45, 21h30, 24h (VP) 11h15, 13h15, 15h20, 17h20, 19h30, 21h55, 23h40 (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 13h, 15h35, 21h45; **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h30, 15h40, 17h40, 21h35, 23h50; **Tornados** 13h10, 16h, 18h20, 19h20, 21h40, 00h05
Cinema Fernando Lopes
Cp. Grande. T. 217515500
A Minha Avó Trelototó M12. 21h; **Astrakan 79** M12. 15h; **Memória** M14. 19h; **Um Domingo Interminável** M14. 16h45
Cinema Ideal
Rua do Loreto, 15/17. T. 210998295
One From The Heart - Do Fundo do Coração M12. 15h, 19h30; **A Quimera** M12. 17h; **Memória** M14. 21h15
Cinemas Nos Alvaláxia
R. Francisco Stromp. T. 16996
A Minha Avó Trelototó M12. 17h30, 21h10; **A Última Sessão de Freud** 13h10; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 20h50, 23h30; **The Bikersiders** M14. 14h20, 17h, 20h30; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h40, 16h10, 18h40 (VP) 21h50 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 15h55, 18h20, 20h40, 23h10; **Divertida-Mente 2** 13h30, 13h50, 16h, 16h20, 18h30, 19h20 (VP/2D) 14h, 16h50 (VP/3D) 14h10, 16h30, 19h, 19h10, 21h20, 21h30, 23h50, 24h (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 13h25, 17h20, 20h20; **Memória** M14. 21h, 23h40; **O Agente Americano** M12. 13h20, 15h40, 18h, 20h50, 23h20; **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h10, 16h10, 18h50, 21h30, 00h10; **Tornados** 13h15, 15h50, 18h30, 21h10, 23h50; **Yupumá** M12. 13h50, 15h40
Cinemas Nos Amoreiras
C.C. Amoreiras T. 16996
A Última Sessão de Freud 20h40, 23h20; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h40, 16h30, 18h50 (VP) 21h20, 23h45 (VO); **Histórias de Bondade** M16. 19h30, 22h50; **Horizon - Capítulo 1** M14. 14h; **Divertida-Mente 2** 13h20, 15h40, 18h15 (VP) 18h35, 21h10, 23h30 (VO); **Memória** M14. 13h30, 16h50; **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h10, 16h, 18h50, 21h30; **Tornados** 13h10, 15h50, 18h25, 21h, 23h35
Cinemas Nos Colombo
Edifício Colombo, loja A203. T. 16996
A Maldição de Baghead 22h30; **Garfield: O Filme** M6. 12h40, 15h (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 20h50, 00h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h, 13h40, 16h10, 18h40 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 12h50, 15h20, 17h50, 20h40, 00h05; **Divertida-Mente 2** 11h20, 13h, 14h, 15h30, 17h, 18h10, 19h45 (VP/2D) 10h50, 13h30, 16h20 (VP/3D) 19h, 21h10, 23h40 (VO/2D); **Leva-me Para a Lua** M12. 17h30, 20h30, 23h30; **Podia Ter Esperado por**

Yupumá

Estreias

A Minha Avó Trelototó De Catarina Ruivo. POR. 2018. m. Documentário, Biografia. M12.
“O cinema tem o imenso poder de criar a ilusão de vida e de a guardar. Este filme é a minha tentativa de resgatar a minha avó à morte.” As palavras são de Catarina Ruivo, a realizadora deste filme pessoal.

Memória De Michel Franco. Com Aliya Campbell, Donald McQueen, Jessica Chastain, Peter Sarsgaard. EUA/MEX. 2023. 103m. Drama. M14.
Uma assistente social e mãe solteira vai à reunião da turma de liceu e isso não só lhe abre feridas antigas como a faz cruzar-se com um estranho homem a sofrer de demência com início precoce.

O Agente Americano De Jesse V. Johnson. Com Aaron Eckhart, Olga Kurylenko, Alex Pettyfer, Chris Petrovski. EUA. 2024. 97m. Thriller, Acção. M12.
Um viúvo que em tempos foi chefe de estação da CIA descobre que a morte da mulher foi tudo menos accidental e vê-se obrigado a voltar ao activo.

Podia Ter Esperado por Agosto De César Mourão. Com César Mourão, Julia Palha, Kevin Dias, Luísa Cruz, João Reis, Pedro Lacerda. POR. 2024. Comédia.
Xavier mora numa aldeia e apaixonava-se por Laura, neta de

Armindo (Manuel Cavaco), um vizinho que vem de Lisboa à terra do avô passar férias. Só a vê em Agosto e não tem esperança numa relação, até traçar um plano para fingir a morte do avô dela.

Tornados De Lee Isaac Chung. Com Daisy Edgar-Jones, Glen Powell, Anthony Ramos, Brandon Perea, Maura Tierney. EUA. 2024. 122m.
Quase 30 anos depois, uma sequela de “Twister”, o “thriller” de desastre sobre um grupo de amadores que andava atrás de tornados.

Um Domingo Interminável De Alain Parroni. Com Enrico Bassetti, Federica Valentini, Z. Delmas, L. Rudolph. ALE/ITA. 2023. 110m. Drama. M14.
À volta de Roma, três adolescentes andam por aí, sem rumo e sem qualquer esperança no futuro, a praticar pequenos delitos.

Yupumá De Verónica Castro. POR. 2024. 70m. Documentário. M12.
Os huni Kuin, ou kaxinawá, são um povo indígena do Brasil e do Peru. “Yupumá” é uma palavra da língua que falam estes amazónicos e significa fazer algo pela primeira vez. Este documentário centra-se em Kawá Huni Kuni, um aprendiz de pajé que se prepara para ir à Europa.

As estrelas		Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
				
A Ama de Cabo Verde	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Astrakan 79	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Cidade Portuária	—	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Divertida-Mente 2	★★★★☆	—	—	—
Do Fundo do Coração — Reprise	★★★★☆	★★★★★	★★★★★	★★★★★
Um Domingo Interminável	—	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Histórias de Bondade	★★★★☆	●	★★★★☆	★★★★☆
Horizon, Uma Saga Americana I	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Memória	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
A Minha Avó Trelotótó	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Podia Ter Esperado por Agosto	—	●	—	—
Tornados	★★★★☆	●	—	—
A Sede	—	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
A Última Sessão de Freud	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
● Mau ★★★★★ Mediocre ★★★★★ Razoável ★★★★★ Bom ★★★★★ Muito Bom ★★★★★ Excelente				

Agosto 13h10, 15h50, 18h30, 21h20, 24h; **Tornados** 12h30, 15h10, 18h, 21h, 23h50; **Tornados** 13h20, 16h, 18h50, 21h40, 00h25 (IMAX)
Medeia Nimas
Av. 5 Outubro, 42B. T. 213142223
A Vida é o Dia de Hoje M12. 15h; **Da Vida das Marionetas** 13h; **A Máscara** 21h30; **O Amor Segundo Dalva** M14. 11h; **Memória** M14. 19h30; **A Sede** 17h30
UCI Cinemas - El Corte Inglés
Av. Ant. Aug. Aguiar, 31. T. 213801400
One From The Heart - Do Fundo do Coração M12. 13h30; **A Maldição de Baghead** 16h50, 22h, 00h20; **O Clube dos Milagres** M12. 16h35, 21h25; **A Última Sessão de Freud** 13h40, 16h20, 18h55, 21h35; **Bolero** M12. 16h05; **A Ama de Cabo Verde** M12. 14h30, 19h25; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 15h50 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h05, 19h10, 24h; **Histórias de Bondade** M16. 14h30, 18h, 21h20; **Horizon - Capítulo 1** M14. 14h15, 17h55, 21h35; **Divertida-Mente 2** 13h50, 16h15, 16h40, 18h40, 21h40 (VP) 14h20, 19h105, 21h10, 00h05 (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 13h20, 16h10, 19h, 21h50; **Sexygenários** M12. 14h10, 18h50; **Memória** M14. 13h25, 16h, 18h45, 21h15; **O Agente Americano** M12. 14h25, 16h45, 19h20, 21h55, 00h10; **Podia Ter Esperado por Agosto** 14h, 16h30, 19h, 21h30; **Tornados** 13h45, 16h25, 19h05, 21h45, 00h15; **Bad Newz** 21h; **Kiss the Future** 19h

Almada

Cinemas Nos Almada Fórum
R. Sérgio Malpique 2. T. 16996
A Maldição de Baghead 18h30, 20h40, 23h; **A Última Sessão de Freud** 12h25, 15h05, 17h45, 21h05, 23h50; **Garfield: O Filme** M6. 10h50, 13h15, 15h45 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h35, 16h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 10h30, 12h50, 15h10, 17h30, 19h50 (VP) 22h15 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h50, 16h15, 18h55, 21h30, 24h; **Histórias de Bondade** M16. 18h10, 21h35; **Horizon: Uma Saga Americana - Capítulo 1** M14. 13h20, 17h10, 21h10; **Divertida-Mente 2** 10h40, 11h30, 13h05, 14h, 15h30, 16h30, 17h50, 19h, 20h20 (VP/2D) 11h10, 13h40, 16h, 18h30 (VP/3D) 20h50, 21h20, 22h45, 23h10, 23h35 (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 12h55, 15h50, 18h40, 21h50; **Memória** M14. 12h40, 15h10; **O Agente Americano** M12. 17h40, 20h, 22h30; **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h, 15h40, 18h20, 21h, 23h40; **Tornados** 13h40, 16h20, 19h10, 21h40, 00h15; **Tornados** 12h50, 15h20, 17h50, 20h30, 22h50 (4DX)

Amadora

Cinema City Alegro Alfragide
C.C. Alegro Alfragide. T. 214221030
A Maldição de Baghead 21h45, 00h15; **IF: Amigos Imaginários** M6. 11h40 (VP); **A Última Sessão de Freud** 11h15, 15h10, 21h35, 23h45; **Garfield: O Filme** M6. 11h10 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 18h25, 00h05; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 19h35 (VO) 11h35, 13h40, 15h30, 16h20, 17h45, 19h50, 22h, 00h05 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 19h20, 22h; **Divertida-Mente 2** 11h20, 13h20, 15h15, 16h, 17h40, 18h40, 19h45, 21h30, 23h40 (VP) 11h30, 13h35, 15h35, 17h35, 19h55, 21h55, 24h (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 13h25, 16h05, 18h45, 21h25, 24h; **Podia Ter Esperado por Agosto** 11h35, 13h50, 16h15, 19h35, 21h50, 00h10; **Tornados** 11h30, 13h55, 16h25, 19h, 21h40, 00h05; **Horizon - Capítulo 1** 15h20, 21h20
UCI Cinemas - Ubbo
Estrada Nacional 249/1, Venteira.
A Maldição de Baghead 14h, 19h20, 00h20; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14.

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em **cinecartaz.publico.pt**



13h30, 18h45, 24h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h35, 16h, 18h30 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h40, 16h15, 18h50, 21h25, 23h55; **Divertida-Mente 2** 13h50, 14h10, 16h10, 16h30, 16h45, 18h40, 18h55, 19h10, 21h15, 21h30 (VP) 21h10, 23h50 (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 13h25, 16h20, 21h40, 23h45; **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h55, 16h40, 19h15, 21h50, 00h15; **Tornados** 13h45, 16h05, 16h25, 19h05, 21h20, 21h45, 00h10; **Bad Newz** 21h

Barreiro

Castello Lopes - Fórum Barreiro
Campo das Cordoarias. T. 212069440
Bad Boys: Tudo ou Nada M14. 21h35; **Haiky!!**. 11h30; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h, 13h25, 15h40, 17h55 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h35, 16h45; **Divertida-Mente 2** 11h10, 14h15, 16h30, 18h45 (VP) 11h25, 21h (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 21h20; **Podia Ter Esperado por Agosto** 18h55; **Tornados** 14h, 16h30, 19h, 21h30

Cascais

Cinemas Nos CascaisShopping
Estrada Nacional. T. 16996
Bad Boys: Tudo ou Nada M14. 21h15; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h15, 12h40, 15h, 17h30 (VP) 19h50, 22h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h30, 17h45, 20h30; **Horizon - Capítulo 1** M14. 21h; **Divertida-Mente 2** 10h45, 13h15, 15h30, 18h (VP/2D) 13h40, 16h (VP/3D) 18h30, 20h40, 23h (VO/2D); **Leva-me Para a Lua** M12. 14h, 17h; **Podia Ter Esperado por Agosto** 12h50, 15h50, 18h45, 21h40; **Tornados** 13h, 17h15, 20h, 22h40; **Tornados** 13h30, 16h30, 19h15, 22h (IMAX)

Leiria

Cinema City Leiria
R. Dr. Virgílio Vieira da Cunha. T. 244845071
A Minha Avó Trelototó M12. 18h20; **A Última Sessão de Freud** 19h45; **Garfield: O Filme** M6. 11h30 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 21h40; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h15, 13h20, 15h25, 17h35 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 21h45; **Divertida-Mente 2** 11h20, 13h15, 15h15, 15h40, 16h10, 17h30, 18h30, 20h, 20h10, 21h55 (VP) 11h10, 13h20, 15h30, 17h40, 19h40, 21h50 (VO); **Leva-me Para a Lua** M12. 13h10; **Podia Ter Esperado por Agosto** 15h20, 17h25, 19h45, 22h; **Tornados** 11h40, 15h10, 17h45, 21h40; **Yupumá** M12. 20h10

Faro

Cinemas Nos Fórum Algarve
C.C. Fórum Algarve. T. 289887212
Bad Boys: Tudo ou Nada M14. 21h50; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 10h45, 13h, 15h20, 17h35 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 19h50, 21h45; **Horizon - Capítulo 1** M14. 12h15, 15h50; **Divertida-Mente 2** 10h50, 13h10, 16h, 18h20 19h30 (VP) 12h50, 15h10, 17h25 (VP/3D) 10h40, 19h40, 21h55 (VO/2D); **Leva-me Para a Lua** M12. 22h; **Podia Ter Esperado por Agosto** 12h55, 15h35, 18h35, 21h10

Tavira

Cinemas Nos Tavira
R. Almirante Cândido dos Reis. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 10h30, 12h50, 15h20, 18h (VP) 21h10 (VO); **Divertida-Mente 2** 10h40, 13h10, 15h30, 18h10 (VP/2D) 13h20, 15h50 (VP/3D) 18h30, 21h, 21h30 (VO/2D); **Leva-me Para a Lua** 13h, 15h40; **O Agente Americano** 18h20, 21h40; **Podia Ter Esperado por Agosto** 12h40, 16h, 18h40, 21h20

Lazer

FESTAS

The Color Run
OEIRAS Centro Desportivo do Jamor. Dia 20/7, às 16h. 23,90€ a 25,90€ (grátis até aos dez anos)
Anuncia-se como os “cinco quilómetros mais felizes do planeta” e continua a colorir as cidades portuguesas. A experiência inclui a habitual *T-shirt* branca e um banho de cor, música e diversão, este ano inspirado no tema *Disco Tour* e com quatro estações de animação ao longo do percurso. Não importa se se é um corredor ocasional ou um verdadeiro atleta, porque, mais do que a *performance* desportiva, o que aqui interessa é o convívio. Mais em www.thecolorrun.pt.

Salir no Tempo
LOULÉ Salir. De 19/7 a 21/7, às 19h. 3€ (dia), 5€ (passe)
Depois de ter levado os romanos à arena, a vila de Salir torna a viajar ao tempo em que cristãos e muçulmanos disputavam este território. É no quotidiano da ocupação muçulmana que se centra esta edição do evento, cujo cartaz integra cuspidores de fogo, falcoaria, artes circenses, torneios medievais, acampamentos, música, dança e iguarias da época.

CIRCO

Arrêt d’Urgence
PORTIMÃO Zona ribeirinha. De 18/7 a 20/7, às 22h. Grátis
Na zona ribeirinha, junto ao Clube Naval, as atenções estão viradas para o espectáculo de circo acrobático *Arrêt d’Urgence*, da companhia francesa Akoreacro, que faz parte do programa que a cooperativa Lavar o Mar desenhou para celebrar o primeiro centenário da cidade de Portimão. A promessa é simples: num lugar onde nada corre como o planeado, ninguém ficará indiferente (*beat box* e “tecno em chamus” incluídos).

MÚSICA

Not Your Fault — Géneros, Violências e Imaginação
LISBOA Jardins do Bombarda. Dia 21/7, às 16h. Grátis
Rita Silva, Joana de Sá, Marta Rodrigues e Nazaré da Silva são as convidadas da segunda sessão do ciclo de concertos e conversas promovido pela Unha.pt.

Jogos

Jogue também online.
Palavras-cruzadas,
bridge e sudoku em
publico.pt/jogos



Euromilhões

15 22 35 44 48 6 7

1.º Prémio 53.000.000€ M1lhão CJG 20941
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

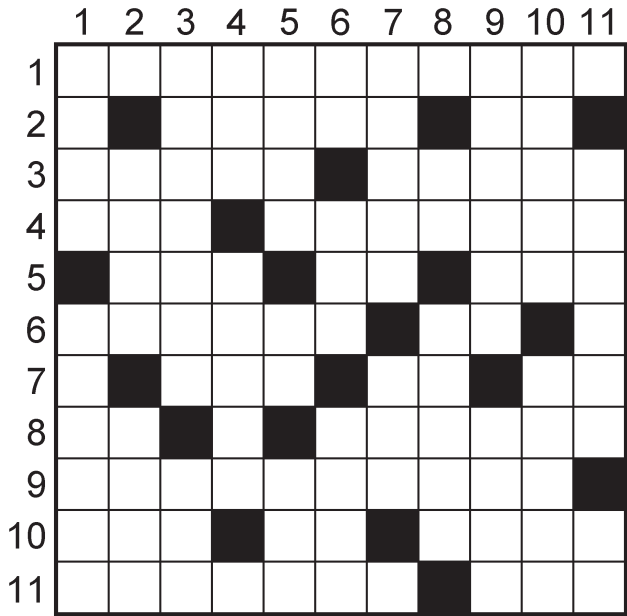
Cruzadas 12.497

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: **1** - Governo (...), através do seu programa, pretende alcançar “estabilidade” no Reino Unido. **2** - Vestuário. Orçamento do Estado. **3** - Soltar ais ou lamentos. Ao lado de Trump é uma má notícia para a Ucrânia. **4** - Pega. Tomar em consideração. **5** - Molécula portadora da informação hereditária. Porte. Argola. **6** - “A Amiga (...)”, de Elena Ferrante, foi eleito o melhor livro do século XXI. Costa Rica (Internet). **7** - Eia! (interj.). Interjeição que exprime admiração. Terceira nota musical. **8** - Símbolo de nanossegundo. Cobrir de terra (os grãos semeados). **9** - Faz todo o sentido transportá-lo de países com muito sol e vento para outros, diz Tribunal de Contas Europeu. **10** - Ligo. Dirigir-se. Colarinho. **11** - Concluir. Relação.

VERTICAIS: **1** - Traje preto e comprido usado por advogados e solicitadores em tribunal. “Aproveitar é (...)”. **2** - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. Página da Internet. **3** - Filha de Minos, rei de Creta (mitologia grega). Qualidade. **4** - Benéfica. Acalentar (crianças). **5** - Vento brando e apazível. Autores (abrev.). Organização Internacional do Trabalho. **6** - Long Play. Um certo. Campo. **7** - Existir. Preposição que designa limite. **8** - Prefixo que exprime a ideia de privação. Lee Isaac (...), realizador do filme “Tornados”. **9** - Investigar (fig.). Inferior. **10** - Urdir. Juízo (fig.). **11** - Desgastar. Alojamento Local.

Solução do problema anterior
HORIZONTAIS: **1** - Grécia. Lomé. **2** - Sé. Arma. Pés. **3** - Salientar. **4** - Tarte. **5** - Mulheres. Os. **6** - Item. CPLP. **7** - Indagar. **8** - FACECO. **9** - Eu. Anais. Sm. **10** - Tmese. Dafoe. **11** - Como. Paliar. **VERTICAIS:** **1** - Gs. Emir. Etc. **2** - Rés. Ut. Fumo. **3** - Auleta. Em. **4** - Cal. Hm. Caso. **5** - Irite. Iene. **6** - Ame. Ronca. **7** - Ante. Doida. **8** - Tasca. Sal. **9** - Opar. PGR. Fi. **10** - Mértola. Soa. **11** - És. Espremer.



Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♠ 754
♥ K532
♦ AQ6
♣ 1054

OESTE
♠ AQ1092
♥ 1098
♦ K83
♣ 83

ESTE
♠ J8
♥ 6
♦ J10952
♣ QJ972

SUL
♠ K63
♥ AQJ74
♦ 74
♣ AK6

Oeste **Norte** **Este** **Sul**
1♠ 2♥ passo 2♠1
passo 4♥ Todos passam

Leilão: Equipas ou partida livre.
1 – Trial bid

Carteio: Saída: 10♥. Sul tira três voltas de trunfo, verificando que Este tinha apenas um trunfo e joga um ouro para a Dama que faz a vaza. Como continuaria?

Solução: Norte aceitou o convite a partida sem ter uma ajuda conveniente a espadas. Talvez acabasse num contrato melhor se tem referido a sua força em ouros, pois o contrato de 3ST seria bastante fácil.

Voltando ao carteio, Sul nada tem a perder, se jogar o Ás de ouros e cortar um ouro, para perceber como estão divididos os ouros. Todos assistem. Como continuaria?
Está quase tudo à vista. Dada a intervenção de Oeste, podemos afirmar que Oeste tem ainda cinco cartas a espadas e no máximo duas a paus. Tudo o que há a fazer é jogar Ás e Rei de paus e depois o Rei de espadas! Se Oeste tirar três vazas a espadas, será forçado mais tarde a conceder um corte e balda. Se, em vez disso, se for este a fazer a segunda vaza de espadas com o seu Valete, pode encaixar um pau, mas depois será ele a vítima do corte e balda!

Considere o seguinte leilão:
Oeste **Norte** **Este** **Sul**
1♠ 2♣ ?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠K1064 ♥AQJ5 ♦86 ♣753

Resposta: Se fizer parte do seu manancial de convenções o *fit-bid* (ou *enchère de rencontre*), então considere a voz de 3♥ para mostrar um bom apoio e valores a copas; caso contrário, terá de ser o *cuebid* a voz a adoptar.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.758 (Fácil)

6	8	4		2		7		
			3	6				
7				4			2	
	2	3		9		1		
	9	1				4	3	
		7		5		9	8	
	7			3				6
				1	8			
		6		7		2	1	8

Solução 12.756

7	6	9	1	3	5	4	8	2
1	3	4	9	2	8	6	5	7
5	2	8	7	6	4	3	1	9
2	9	3	4	5	6	8	7	1
8	4	7	3	1	2	5	9	6
6	5	1	8	9	7	2	4	3
4	7	6	2	8	1	9	3	5
9	8	2	5	7	3	1	6	4
3	1	5	6	4	9	7	2	8

Problema 12.759 (Difícil)

	4			6		7		
		5	4	8		6		
		1				9		
6					2			
	8					6		
			5				1	
	2					3		
		4		7	9	1		
	9			2			4	

Solução 12.757

6	7	2	8	5	4	3	1	9
3	8	9	1	7	2	5	6	4
5	4	1	6	3	9	2	7	8
7	3	4	5	6	1	9	8	2
2	9	6	3	4	8	1	5	7
1	5	8	2	9	7	6	4	3
9	6	3	7	8	5	4	2	1
4	1	7	9	2	6	8	3	5
8	2	5	4	1	3	7	9	6

CINEMA

Deadpool
Star Channel, 17h
Com argumento de Rhett Reese e Paul Wernick, realização de Tim Millers e Ryan Reynolds à frente do elenco, um filme saído do universo Marvel sobre um anti-herói indestrutível com superpoderes, sede de vingança e sentido de humor retorcido. Amanhã, a esta hora, vai para o ar a sequela, também com Reynolds mas dirigida por David Leitch.

Passageiros
AXN Movies, 21h10
A Avalon é uma nave espacial que transporta milhares de pessoas em hibernação, com destino ao planeta-colónia Homestead II. A viagem durará 120 anos. Quando uma das câmaras se abre acidentalmente 90 anos antes do previsto, o inquilino depara-se com uma perspectiva assustadora: ficar sozinho no espaço o resto da vida... A não ser que mais alguém desperte. Nomeado para dois Óscares, *Passageiros* é um drama de ficção científica recheado de dilemas morais e filosóficos, com realização de Morten Tyldum e com Chris Pratt e Jennifer Lawrence nos papéis principais.

La La Land: Melodia de Amor
AXN White, 21h25
Seis Óscares (em 14 nomeações) premiaram, em 2017, o musical escrito e realizado por Damien Chazelle, em que Emma Stone e Ryan Gosling fazem par numa história de amor, sonhos, canções e coreografias: ela é uma aspirante a actriz; ele, um pianista de jazz. Além de Stone e Gosling, entram no filme os actores J.K. Simmons, Rosemarie DeWitt, Thom Shelton e o músico John Legend.

As Mil e Uma Noites: Volume 2, O Desolado
RTP2, 00h01
Entre o Verão de 2013 e o de 2014, Miguel Gomes percorreu o país a filmar a crise e traçou um retrato do Portugal real, mesmo que sob uma aparência absurda e fantasiosa. Descreveu o projecto como misto de “ficção e retrato social, tapetes voadores e greves”, lembrando que “imaginário e realidade nunca puderam viver um sem o outro (e Xerazade bem o sabe)”. Daí nasceu a trilogia *As Mil e Uma Noites*, de que *O Desolado* é o segundo tomo, depois d’*O Inquieto* e antes d’*O Encantado*. Foi o filme escolhido pela Academia Portuguesa das Artes e Ciências Cinematográficas como candidato de Portugal à nomeação para a categoria de melhor filme internacional na 88.ª edição dos Óscares.

Televisão

Os mais vistos da TV

		%	Aud.	Share
Cacau	TVI	10,3	20,1	
Jornal da Noite	SIC	9,8	21,4	
A Promessa	SIC	9,5	18,4	
Dilema – Especial	TVI	9,5	18,9	
Jornal Nacional	TVI	7,2	16,2	

FONTE: CAEM

RTP1

6.00 Espaço Zig Zag **8.00** Bom Dia Portugal Fim de Semana **9.57** A Península **10.32** Portugueses Pelo Mundo - Comunidades **11.06** Hora dos Portugueses **11.46** Vira e Volta **12.59** Jornal da Tarde **14.15** Voz do Cidadão **14.37** Chefs da Nossa Terra **19.07** O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 Famílias Numerosas - A Vida em XXL

22.43 Em Casa d’Amália

1.00 A Leste das Montanhas

2.26 Janela Indiscreta

SIC

6.00 Etnias **6.35** Médico da Casa **7.05** Caixa Mágica - Caminhos de Portugal **7.45** SOS Animal: Ser por Todos os Seres **8.45** Alô Marco Paulo **12.10** O Nosso Mundo **12.59** Primeiro Jornal **14.10** Alta Definição **15.00** E-Especial

16.05 Casa Feliz

16.05 Não Há Crise! - As Anedotas do Rocha

19.57 Jornal da Noite

22.05 Terra Nossa

2.35 Casados à Primeira Vista

4.50 Hell’s Kitchen Famosos

RTP2

6.00 A Fé dos Homens **6.32** Repórter África **7.00** Folha de Sala **7.04** Sobreviver à Estufa na Terra **7.58** Espaço Zig Zag **14.25** Ciclismo: Volta a França 2024 **16.42** FIG Campeonato do Mundo de Trampolins **18.48** ABC Direito Europa **19.04** A Transformação dos Transportes **19.56** Folha de Sala **20.01** Simplesmente Nora

21.30 Jornal 2

22.01 Millennium Festival ao Largo - Concerto Jovens Talentos

23.56 Folha de Sala

0.01 As Mil e Uma Noites: Volume 2, O Desolado

2.10 Davos 1917 **2.57** Circo de Natal **5.14** Os Segredos do Big Data

TVI

6.16 Detective Maravilhas **7.00** Diário da Manhã **10.15** Em Família **12.10** Ganha Já **12.58** TVI Jornal **14.00** A Sentença **16.25** Em Família

17.45 Dilema

19.57 Jornal Nacional

21.40 Cacau

22.10 Congela

23.40 Mistura Beirão

0.25 Dilema

2.25 GTI Plus

2.50 Deixa Que Te Leve

RTP1 9,7%

RTP2 1,4

SIC 16,2

TVI 15,7

Cabo 39,4

TVCINETOP

18.15 Retaliação **19.45** Cruzamento do Carniceiro **21.30** Noite Violenta **23.25** A Luz do Diabo **1.00** O Desconhecido

STAR MOVIES

18.10 Perseguição Diabólica **19.46** Perseguição sem Tréguas **21.15** A Força em Alerta **22.49** Predador **0.29** Assassinos Natos **2.17** De Olhos Bem Fechados

HOLLYWOOD

17.00 O Esquadrão Suicida **19.10** Vingança Forçada **20.50** Máquina Zero 3: O Cerco **22.25** Emboscada **0.10** Mad Max Além da Cúpula do Trovão **2.00** Tango e Cash

AXN

17.51 Maze Runner: A Cura Mortal **20.20** 2:22 - Hora Fatídica **22.04** Assalto ao Metro 123 **23.56** Bad Boys para Sempre

STAR CHANNEL

19.34 Detenção de Risco **21.20** Doutor Estranho **23.05** Doutor Estranho no Multiverso da Loucura **1.00** Selvagens

DISNEY CHANNEL

17.05 Hamster & Gretel **17.50** A Maldição de Molly McGee **18.35** Monstros: Ao Trabalho! **19.20** Os Green na Cidade Verde **20.05** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **20.50** A Idade do Gelo 5: O Big Bang (VP)

DISCOVERY

17.12 Hoffman: Ouro nas Veias **18.09** Texas Metal’s Loud and Lifted **20.03** O Segredo das Coisas **21.00** Caçadores de Pedras Preciosas **22.54** A Febre do Ouro **0.49** Caçadores de Pedras Preciosas

HISTÓRIA

17.44 Alienígenas **23.46** Óvnis: As Provas Perdidas

ODISSEIA

17.00 Tubarões do Norte Gelado **18.03** Planeta em Perigo **18.58** Planeta Selvagem: Espécies Interconectadas **19.51** Uma Quinta, 9 Filhos e 1000 Ovelhas **21.34** América Central Selvagem com Nigel Marven **22.30** Planeta Vulcânico **0.01** Grandes Viagens de Comboio **0.56** Reis da Dor

TALK-SHOW

Em Casa d’Amália

RTP1, 22h43
No dia 1 de Junho, o programa deu um salto a Estremoz – terra natal do anfitrião, José Gonzalez – para fechar a terceira edição do Festival de Fado daquela cidade alentejana. A RTP gravou essa tertúlia especial e transmite-a esta noite.

MÚSICA

Festival ao Largo

- Concerto Jovens Talentos

RTP2, 22h01
A RTP2 torna a ligar-se ao Festival ao Largo (a decorrer no Largo de São Carlos, em Lisboa, até 1 de Agosto), para transmitir o concerto em que um grupo de jovens talentos vocais e instrumentais se junta à Orquestra Sinfónica Portuguesa e ao Coro do Teatro Nacional de São Carlos. É pautado por ópera, musicais, zarzuelas, bailado e outras músicas, e tem direcção musical de Diogo Costa.

DOCUMENTÁRIO

Shark Beach with Anthony

Mackie: Gulf Coast

Nat Geo Wild, 17h

Estreia. Enquanto “orgulhoso nativo de Nova Orleães e pescador apaixonado”, o actor Anthony Mackie assume “a missão de descobrir a verdade por detrás das histórias de tubarões que roubam o peixe aos pescadores nas costas do Louisiana”, descreve o canal. A maior causa: problemas ambientais.

CULINÁRIA

As Receitas de Jamie:

Edição Air Fryer

24Kitchen, 18h

Estreia. O *chef* inglês Jamie Oliver embarca na tendência a que tantas cozinhas se têm rendido: *air fryer*. Propõe receitas que, além de simples e saborosas, prometem fazer uso do seu potencial máximo. São servidas semanalmente, em dose dupla.

INFANTIL

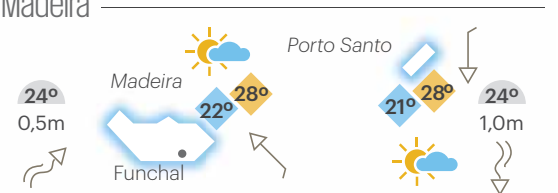
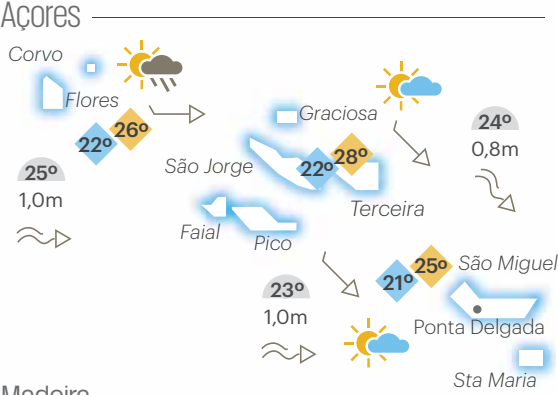
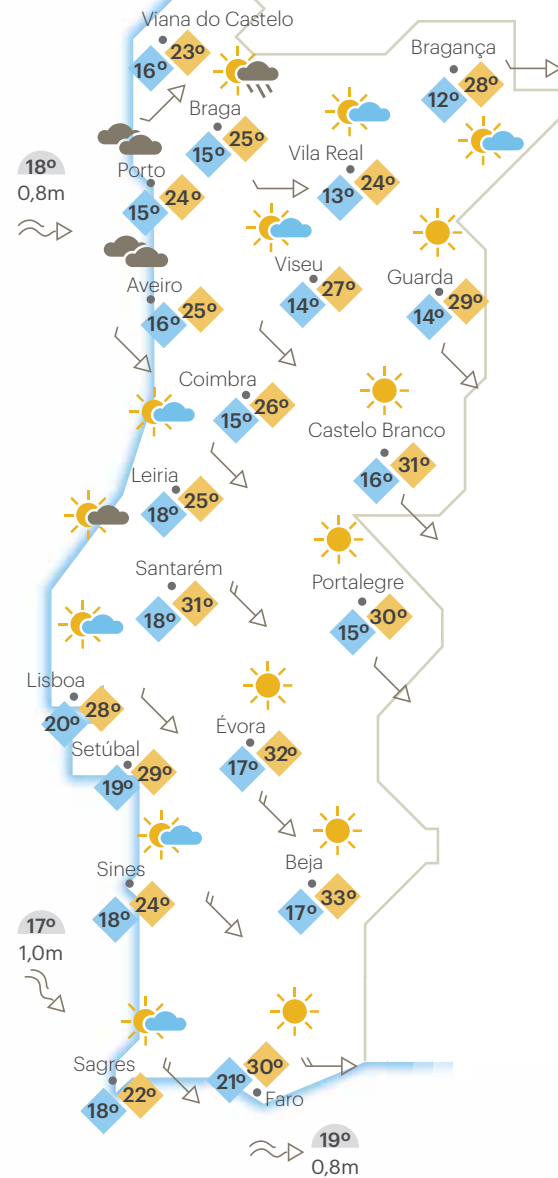
UglyDolls (VP)

SIC K, 14h13

No mundo secreto dos bonecos, os defeituosos são enviados para Uglyville. É lá que vive Moxxy, uma boneca curiosa e optimista que resolve contrariar a ordem estabelecida. *Uglydolls* foi o último filme realizado por Kelly Asbury.

Meteorologia

PORTUGAL



MARÉS









Preia-mar



Baixa-mar

*de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
<div> 08h53</div>	0,9	<div> 08h29</div>	1,1	<div> 08h21</div>	0,9
<div> 15h07</div>	3,1	<div> 14h44</div>	3,3	<div> 14h50</div>	3,2
<div> 21h26</div>	0,7	<div> 21h02</div>	0,9	<div> 20h56</div>	0,8
<div> 03h36*</div>	3,1	<div> 03h12*</div>	3,2	<div> 03h15*</div>	3,1

PRÓXIMOS DIAS LISBOA

Domingo, 21	Segunda-feira, 22	Terça-feira, 23
17° 27°	20° 32°	20° 33°
Índice UV Vento Humidade	Índice UV Vento Humidade	Índice UV Vento Humidade
Muito alto Moderado 56%	Muito alto Fraco 53%	Muito alto Fraco 51%

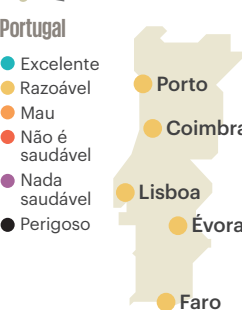
MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai
Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

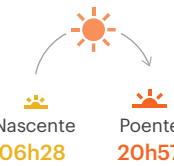
Semana de 7 Jul.	426,25
Há um ano	422,37
Há dez anos	399,92
Semana de 30 Jun.	425,61

Nível de segurança: 350
Nível pré-industrial: 280

QUALIDADE DO AR



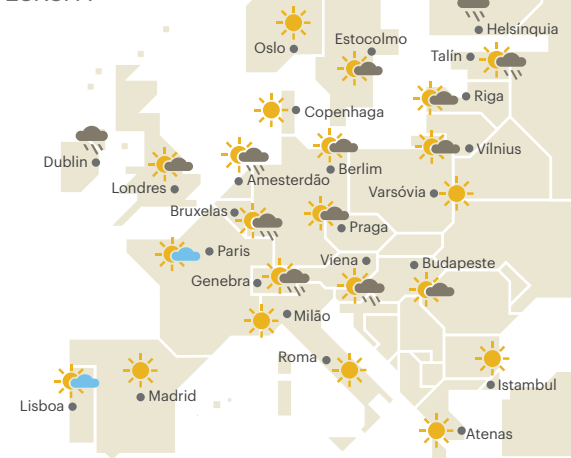
SOL



LUA



EUROPA



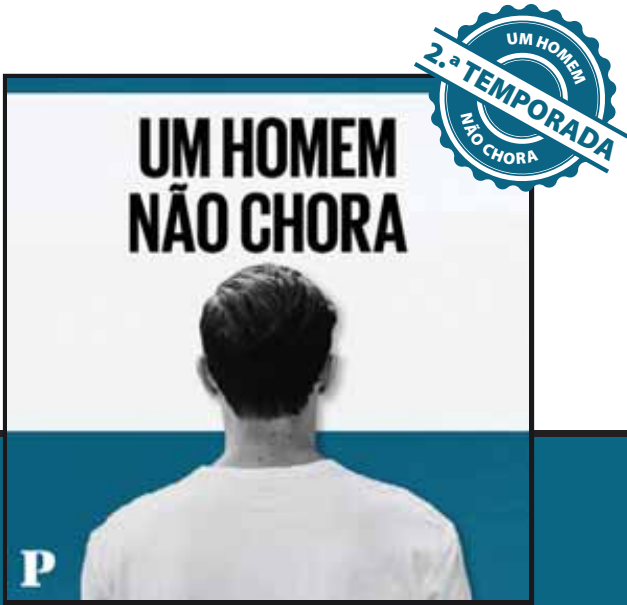
TEMPERATURAS °C

	Min.	Máx.		Min.	Máx.
Amsterdão	19	29	Roma	21	36
Atenas	25	38	Viena	16	25
Berlim	18	30	Bissau	25	31
Bruxelas	18	29	Buenos Aires	10	12
Bucareste	22	36	Cairo	28	39
Budapeste	19	30	Caracas	19	30
Copenhaga	14	24	Cid. do Cabo	8	14
Dublin	10	18	Cid. do México	14	24
Estocolmo	15	27	Dili	21	30
Frankfurt	20	32	Hong Kong	28	34
Genebra	18	32	Jerusalém	22	32
Istambul	24	34	Los Angeles	19	33
Kiev	18	30	Luanda	20	25
Londres	17	25	Nova Deli	30	36
Madrid	20	36	Nova Iorque	22	29
Milão	22	34	Pequim	26	34
Moscovo	16	24	Praia	25	29
Oslo	15	27	Rio de Janeiro	16	23
Paris	18	32	Riga	16	23
Praga	17	28	Singapura	27	32

OS HOMENS ESTÃO MAIS SOZINHOS?

O QUE É SER HOMEM HOJE?

Às segundas-feiras, **Maria Ana Barroso** conversa com homens e mulheres sobre o papel do homem na sociedade actual e como se educam os homens de amanhã



Disponível em publico.pt/podcasts e em todas as plataformas de podcasts

Apple Podcasts Spotify YouTube





Os Jogos sem fronteiras estão a crescer

Equipa Olímpica de Refugiados juntou-se em Bayeux na última fase de preparação para Paris. E há aspirações na bagagem

Nuno Sousa

Quando Fernando Dayan Jorge Enriquez se estreou na montra olímpica, em 2016, com a bandeira de Cuba, houve uma estreia bem mais simbólica e impactante nessa edição, realizada no Rio de Janeiro. No Brasil, desfilou pela primeira vez uma pequena comitiva, de apenas 10 atletas, mas que reunia as desventuras e as esperanças cruzadas de um mundo em constante ebulição. Foi-lhe atribuída a designação de Equipa Olímpica de Refugiados, uma mistura de histórias, talento e oportunidades sem olhar a fronteiras geográficas e que tem crescido devagar, mas de forma sustentada. Em Paris 2024, serão 37 os participantes que fazem do desporto o mesmo chão.

A referência a Fernando Jorge não está descontextualizada. O canoísta que nasceu há 25 anos na cidade cubana de Cienfuegos é um dos elementos que compõem a actual Equipa Olímpica de Refugiados (EOR) e entrará em competição, na canoa-gem de velocidade, com um currículo incomum, ou não se tivesse torna-

do, em Tóquio, no primeiro canoísta de Cuba a arrebatar uma medalha de ouro olímpica, na altura ao lado de Serguey Torres, em C2 1000m.

Um campeão olímpico a representar uma equipa de refugiados não é algo que se veja todos os dias, mas a história de Fernando é idêntica à de tantos outros cubanos, que abandonaram o país natal em busca de outros horizontes. Em 2022, deixou Cuba para trás e instalou-se no México, onde trabalhou e se treinou em condições difíceis. Agora, vive na Florida, EUA, treinando-se diariamente num canal perto de casa.

Como chegou até aqui? Graças a uma bolsa para atletas refugiados, atribuída pelo Comité Olímpico Internacional (COI), organismo que foi o grande impulsionador do movimento. “A Equipa Olímpica de Refugiados envia um forte sinal de quão rico é o contributo dos refugiados para a nossa comunidade olímpica e para a sociedade em geral. Vê-los competir é um grande momento para nós e esperamos que todos adiram”, assinalou Thomas Bach, presidente do COI, antes da estreia da comitiva no Rio de Janeiro.

37

atletas integram a comitiva da Equipa Olímpica de Refugiados que vai competir em Paris: 24 são homens e 13 mulheres

“

Somos um grupo muito diverso, com diferentes culturas, idioma, histórias, mas conseguimos perceber que estamos todos unidos

Masomah Ali Zada
Chefe de missão da EOR



MARTIN RICKETT/REUTERS



CARMEN MANDATO/GETTY IMAGES

Fernando Jorge (à esquerda) já venceu uma medalha na canoagem com a bandeira de Cuba

Cindy Ngamba (em cima) tem aspirações a lutar pelo pódio na prova feminina de -75kg, no boxe

Dorian Keletela (em baixo) vai competir nos Jogos pela segunda vez enquanto atleta da Equipa Olímpica de Refugiados

No Brasil, como em Tóquio, este grupo de atletas competiu sob a bandeira olímpica e ao som do hino olímpico. Na capital francesa, fá-lo-á com um novo emblema, que transmite o significado de unidade, com actividade distribuída por 12 modalidades (atletismo, badminton, boxe, *breaking*, canoagem, ciclismo, judo, tiro, natação, taekwondo, halterofilismo e wrestling) e com 37 representantes – 24 homens e 13 mulheres.

Uma “equipa única”

Todos eles se juntaram ontem, na localidade de Bayeux, na Normandia, para um evento pré-Jogos, mas, essencialmente, para se conhecerem melhor e promoverem o espírito de grupo. No cartão de cidadão, têm 15 origens diferentes. No momento de começarem a competir, procurarão ser um só, a lutarem por si mesmos, claro está, mas também por uma causa maior.

Independentemente da proveniência dos voos ou da modalidade que praticam, a todos serão disponibilizadas, segundo o COI, condições de treino de topo para prosseguirem a preparação. Isto para além

de uma série de actividade de *team-building* e visitas à região, que incluem um passeio de bicicleta até uma das praias onde se deu o desembarque das tropas aliadas, num momento que ficou marcado na história como o Dia D.

“Estamos muito satisfeitos por estarmos finalmente aqui, como equipa. É o local perfeito para nos ligarmos e para construirmos um espírito de união. Somos um grupo muito diverso, com diferentes culturas, idiomas e histórias, mas conseguimos perceber que estamos todos unidos. Queremos levar este espírito até Paris, onde apresentaremos ao mundo esta equipa única”, afirmou Masomah Ali Zada, chefe de missão da actual EOR.

No fundo, este grupo reduzido representará mais de 100 milhões de deslocados no mundo inteiro e, ainda que até hoje não tenha conseguido uma medalha (até porque as oportunidades foram muito escassas), desta vez contará com um canoísta que volta a impor respeito à concorrência e que, para além do ouro olímpico, tem ainda no currículo o título de campeão

pan-americano e várias medalhas em Campeonatos do Mundo, a mais recente das quais alcançada em Copenhaga, em 2021 – e há duas outras conquistadas em Montemor-o-Velho em 2018.

Não é o único competidor com aspirações, porém. Cindy Ngamba, pugilista na categoria de -75kg (a mais alta nas mulheres), conseguiu o seu lugar olímpico através das qualificações (e não por convite) e o seu potencial é tal que o Team GB tentou que ela representasse as cores britânicas nos Jogos.

Nascida nos Camarões, mas a viver desde os 11 anos no Reino Unido, já foi três vezes campeã britânica amadora em três categorias diferentes. E como, aos 26 anos, continua sem ter a cidadania do país que a acolheu, Ngamba vai estar em Paris a representar os refugiados.

“Estes vão ser os terceiros Jogos da nossa equipa, mas esta é a primeira vez em que temos uma rapariga, a Cindy, que se qualificou. Tenho a certeza de que ela vai conquistar uma medalha”, disse na apresentação da equipa Masomah Ali Zada, ela própria deslocada do

Afeganistão em 2017 e ciclista olímpica nos Jogos de Tóquio.

As medalhas não são propriamente a unidade de medida mais adequada para se sentir o pulso a uma causa desta natureza. Em 2022, a EOR recebeu o prémio Princesa das Astúrias para o desporto por dar uma oportunidade de desenvolverem a sua actividade a atletas com um passado em zonas de conflito ou em que os direitos humanos são violados. E esse reconhecimento também chegou pela voz do presidente da Câmara de Bayeux.

“A estes atletas, que não podem competir com a bandeira do seu próprio país, esperamos oferecer as melhores condições possíveis. Espero que a nossa região, que encarna os valores da paz e da liberdade, possa dar-lhes o apoio e o incentivo que merecem para conquistarem várias medalhas”, exclamou Patrick Gomont.

Financiamento e *breaking*

É uma questão de ordem prática mas de extrema importância para que a participação da EOR ganhe vida: como é custeado o projecto? E em que moldes? Por trás da operação financeira está o programa de Solidariedade Olímpica, que no fundo permite a cada comité olímpico nacional identificar atletas refugiados e prestar-lhes o apoio devido na preparação para a competição.

Para termos uma ideia dos valores de que estamos a falar, podemos usar como exemplo o presente ciclo olímpico. Entre 2021 e 2024, foram disponibilizados 237 milhões de euros para reforçar o desenvolvimento desportivo ao abrigo do Programa Mundial, 204 milhões de euros sob o chapéu do Programa Continental e 64 milhões para os comités olímpicos nacionais e Jogos Olímpicos da Juventude.

Não será suficiente para esbater todas as diferenças, como é lógico, mas reduz um pouco as assimetrias. E, para quem está habituado a fazer muito com pouco, tem chegado para, nalguns casos, tornar as prestações surpreendentemente positivas. Foi o que aconteceu em Tóquio com Kimia Alizadeh, que esteve muito perto de chegar ao pódio na categoria de -57kg do torneio de taekwondo – conseguiu três triunfos e ainda lutou pelo bronze.

Nesta equipa escalada para Paris 2024, há atletas que se preparam para representar a EOR pela segunda vez. É o caso do velocista Dorian Keletela, congolês de origem mas que assentou arraiais em Portugal em 2016, da atiradora Luna Solomon, do canoísta Saeid Fazloul e da judoca Muna Dahouk. E há outros, como a afegã Manizha Talash, que ajudam a apadrinhar modalidades como o *breaking*, que fará a estreia no programa olímpico precisamente na capital francesa.

Manizha fugiu do Afeganistão

pouco depois de os talibãs terem assumido o controlo do país, em 2021. Nessa altura, já se tinha deixado atrair pelo *breaking*, graças a alguns vídeos que viu *online*, e não tardou a juntar-se a um grupo de outros aficionados em Cabul. Esse laço foi quebrado, mas a paixão pela modalidade resistiu: viveu um ano no Paquistão antes de ver reconhecido o estatuto de refugiada, já em Espanha, onde tem vivido e se tem treinado ao longo dos últimos dois anos.

“Estou muito contente, porque há uns meses era apenas um sonho, mas agora estou a vivê-lo. Posso olhar para mim própria e dizer: ‘Estou aqui, consegui’”, afirmou ao jornal *China Daily*, recordando o passado turbulento e o contexto que a forçou a abandonar o Afeganistão. “Houve três ameaças de bomba no clube onde treinávamos e, depois de a polícia ter chegado e detido o homem que planeava o ataque, mandaram-nos fechar o clube, porque disseram que era uma séria ameaça, não apenas para nós, mas para a vizinhança”, recordou.

Do Irão para Paris, em força

Entretanto, a EOR vai partir para Paris para se instalar definitivamente na Aldeia Olímpica, mas a alguns atletas será dada a oportunidade de escolherem um local de treino que considerem mais apropriado para as suas necessidades específicas.

Do total de 37 competidores, 14 têm o Irão como país de origem, de longe o que mais peso exerce nesta equação. E, no halterofilismo, Yekta Jamali Galeh será a única atleta feminina da comitiva, ela que deu sinais promissores na modalidade ainda na categoria júnior mas que decidiu mudar-se para a Alemanha, em Maio de 2022, para “poder continuar a praticar desporto em segurança”.

Esta iraniana, que durante anos praticou andebol, só em 2018 abraçou o halterofilismo e, quando trocou de país, sem família nem grandes conhecimentos em território germânico, passou mais de seis meses sem se treinar. Por isso, o objectivo nesta estreia olímpica passa fundamentalmente por inspirar outras mulheres a arriscarem na modalidade.

“As mulheres são fortes, só têm de tentar e continuar a esforçar-se. Porque é que não haveriam de praticar halterofilismo? Não ouçam o que os outros dizem”, exorta.

É esta faceta da liderança pelo exemplo, da resistência à adversidade, da oportunidade conquistada pelo esforço e pela dedicação que o COI gosta especialmente de exaltar quando se refere a este grupo de refugiados que, neste contexto, é “apenas” um grupo de atletas. “São estrelas porque têm demonstrado o melhor do ser humano. Têm revelado determinação, que podem alcançar o que pretendem se realmente quiserem”, resume Thomas Bach.

FC Porto continua só com vitórias na pré-época

Marco Vaza

Portistas chegaram à quinta vitória consecutiva após triunfo sobre o Áustria de Viena. Franco, Borges e Nico marcaram os golos

Ainda sem reforços e sem os jogadores internacionais, que continuam ausentes depois das participações no Euro 2024 e na Copa América, o FC Porto manteve ontem a sua pré-época 100 por cento vitoriosa, após um triunfo, por 3-1, sobre o Áustria de Viena.

Na capital austríaca, a formação orientada por Vítor Bruno contou com os golos de André Franco, Gonçalo Borges e Nico González para manter a série vitoriosa em cinco jogos, depois de triunfos sobre Sanjoanense (4-0), Desp. Chaves (4-0), Nacional (4-1) e Al-Arabi (4-0), já no âmbito do presente estágio na Áustria. Até ver, o registo desta pré-época é bastante promissor: cinco vitórias, 19 golos marcados e apenas dois sofridos.

Como tem acontecido nesta pré-época, Vítor Bruno voltou a apostar num misto de jogadores da primeira equipa, miúdos da formação e outros que não contavam para o



Gonçalo Borges assina o segundo golo do FC Porto

anterior treinador. E o início de jogo até correu bem ao FC Porto, com dois dos proscritos a construírem o golo inaugural logo aos 10': num lance de insistência, assistência de Fran Navarro (muito participativo nesta fase de preparação) para o cabeceamento certo de André Franco, ao segundo poste – foi o segundo golo do médio na pré-temporada.

Apesar do início promissor, a primeira parte não foi a melhor fase do FC Porto no jogo e os austríacos, que ameaçaram algumas vezes a baliza de Samuel Portugal, acabaram por

chegar ao empate em cima do intervalo por Lucas Galvão, após cruzamento de Dominic Fitz.

Vítor Bruno nada mudou nos primeiros minutos da segunda parte e o FC Porto esteve perto de sofrer o segundo golo – Fischer ainda marcou aos 51', mas o golo acabou por ser invalidado. Pouco depois, começaram as substituições nos “dragões”, que não tiveram efeito imediato no jogo.

Ainda assim, diante do sétimo classificado da Liga austríaca de 2023-24, o FC Porto dominava e, aos

74', Gonçalo Borges deu outra animação ao encontro, com um grande golo, um pontapé em trivela que recolocou os portistas na frente.

Já perto do final, o jovem extremo portista, que se tem exibido a grande nível nesta pré-época (já leva três golos), voltou a participar na jogada do 3-1, sendo dele a autoria do cruzamento para a concretização fácil de Nico González.

O FC Porto jogou de início com Samuel Portugal, Gabriel Brás, Otávio, Zé Pedro, Martim Fernandes, André Franco, Alan Varela, Gonçalo Borges, Iván Jaime, Galeno e Fran Navarro, sendo que entre as alterações que fez no segundo tempo lançou o central David Carmo, que celebrou ontem 25 anos. “A ideia do mister é não olharmos tanto para o resultado e olharmos para o que temos treinado. O mister é novo, tem ideias diferentes e tentamos implementar isso no jogo”.

Os “dragões” voltam a entrar em campo no dia 23, para defrontar novamente um adversário austríaco, no caso o Sturm Graz (18h). Segue-se o Al Nassr, no dia da apresentação aos sócios, no Estádio do Dragão (18h30), antes da estreia oficial na temporada 2024-25 diante do Sporting, a 3 de Agosto, para a discussão da Supertaça, em Aveiro (20h15).

A terceira vida de Álvaro Morata em Itália vai ser passada em Milão

O avançado internacional espanhol Álvaro Morata foi ontem oficializado como reforço do AC Milan, equipa que será treinada pelo português Paulo Fonseca e que conta também com o internacional luso Rafael Leão no plantel. O negócio terá ficado fechado por um valor a rondar os 13 milhões de euros.

“O AC Milan orgulha-se de comunicar ter assinado com Álvaro Borja Morata Martín, do Atlético de Madrid. capitão da selecção espanhola de futebol, com a qual venceu recentemente o Europeu. Morata assinou com os ‘rossoneri’ até 30 de Junho de 2028, com a opção de prolongar por mais uma época”, indicou o clube italiano.

No comunicado, o AC Milan lem-



Álvaro Morata

bra o percurso em clubes, com um total de 506 jogos, e as conquistas do avançado, que incluem Ligas dos Campeões, Liga Europa, Ligas espanholas, Supertaças, Ligas italianas, Taças e uma Taça de Inglaterra.

Morata, de 31 anos, representou desde os seniores alguns dos mais emblemáticos clubes europeus, como Real Madrid, Juventus, Chelsea e Atlético de Madrid, num percurso em que a formação foi feita em emblemas da capital espanhola, Real, “Atleti” e Getafe.

Esta será a terceira vez que Morata vai jogar na Série A, depois de duas passagens pela Juventus, a primeira entre 2014 e 2016, e a segunda entre 2020 e 2022, esta última por empréstimo dos “colchoneros”.

Recentemente, o avançado foi um artífices do triunfo de Espanha no Euro2024, competição em que disputou os sete jogos que “La Roja” ganhou e em seis deles foi opção a titular do seleccionador Luís de La Fuente. É verdade que apontou apenas um golo ao longo da caminhada, sendo o único avançado de raiz no “onze”, mas foi sempre uma peça importante do ataque.

No AC Milan, Morata, que vestirá a camisola número sete, vai encontrar o treinador Paulo Fonseca, que se estreia esta época como técnico dos “rossoneri”, depois de duas épocas ao comando do Lille. E como concorrentes directos na luta por uma posição no “onze” terá o sérvio Luka Jovic e o suíço Noah Okafor.

Breves

Futebol

Portugal joga com Azerbaijão no acesso ao Euro2025 feminino

A selecção portuguesa feminina de futebol vai defrontar o Azerbaijão na primeira ronda dos play-offs de acesso ao Campeonato da Europa de 2025, ditou o sorteio realizado ontem de manhã na sede da UEFA, em Nyon, na Suíça. Portugal, que procura a sua terceira presença num Europeu, após 2017 e 2022, visita as azerbaijanas na primeira mão, a 23 de Outubro, e joga a segunda mão em casa, a 29 de Outubro. Caso ultrapasse o Azerbaijão nesta fase, a selecção lusa irá jogar com a Bielorrússia ou com a República Checa na segunda e derradeira ronda dos play-offs, cujos jogos estão agendados para 27 de Novembro e 3 de Dezembro.



Automobilismo

Kalle Rovanperä domina primeiro dia no Rali da Letónia

O finlandês Kalle Rovanperä (Toyota Yaris) terminou ontem na liderança do Rali da Letónia, oitava prova do Campeonato do Mundo (WRC), depois de vencer quatro das sete especiais disputadas na primeira jornada. O bicampeão do mundo, que este ano participa no WRC a tempo parcial, fechou este primeiro dia completo de competição com o tempo de 1h08m44,5s, deixando na segunda posição o piloto local Martins Sesks (Ford Puma), a 15,7 segundos, com o francês Sébastien Ogier (Toyota Yaris) em terceiro, a 21,6s. “Foi um bom dia, não foi perfeito, mas não cometemos erros”, comentou Ronvanperä.

The background of the entire page is a light blue sky. There are four stylized beach umbrellas. Two are large and positioned in the upper half, one on the left and one on the right. They have horizontal stripes in yellow, light blue, and dark blue. Two smaller umbrellas are in the lower half, one on the left and one on the right, with the same color scheme. The umbrellas are depicted with simple geometric shapes and flat colors.

Faça deste um Verão especial...

Para a praia, o campo ou até para a cidade,
leve consigo o seu P2 de Verão.

Com entrevistas de vida, recomendações de leituras
para adultos e crianças, as melhores histórias, memórias
e ainda retratos de quem faz o país que temos.

O P2 de Verão é refrescante.



P2 Verão

**De segunda a sábado, a partir
de 22 de Julho no seu PÚBLICO**
e em publico.pt/p2-verao

Desporto

Pogacar aprendeu com os erros e tem o Tour 2024 na mão

Esloveno conquistou ontem a 19.ª etapa da Volta a França e ganhou quase dois minutos aos rivais directos, já com Nice à vista

Tadej Pogacar aprendeu finalmente com os erros, mas rejeita que neste Tour tenha procurado uma “vingança” por ter sido segundo, atrás do dinamarquês Jonas Vingegaard, nas duas edições anteriores da prova. “Não procuro uma vingança, mas isso motivou-me a regressar mais forte e mostrar que podia voltar a ganhar o Tour, que as minhas duas primeiras vitórias não foram por acaso”, confessou o esloveno da UAE Emirates, depois do importante triunfo de ontem, no alto de Isola 2000, na 19.ª etapa da 111.ª edição da Volta a França em bicicleta.

Campeão em 2020 e 2021, e “vice” nas passadas duas edições, o ciclista de 25 anos prepara-se para vestir, amanhã, em Nice, a camisola amarela no pódio final, depois de ontem ter ganhado quase mais dois minutos a Jonas Vingegaard (Visma-Lease a Bike) e ao belga Remco Evenepoel (Soudal Quick-Step), segundo e terceiro da geral, respectivamente, a 5m03s e a 7m01s.

“Em 2022, cometi o erro de responder aos ataques de Primož Roglič e Vingegaard e acabei por pagá-lo e, no ano passado, não fiz uma boa preparação e corri durante vários dias com a mão ligada. Só me senti verdadeiramente bem depois de ser terceiro no Mundial”, contou.

No ano passado, “Pogi” fracturou o pulso esquerdo, numa queda na clássica Liège-Bastogne-Liège no final de Abril, e não pôde andar de bicicleta durante algumas semanas, à imagem do que aconteceu este ano a Vingegaard, após ter sofrido uma queda grave na Volta ao País Basco.

“Corrigi coisas, já não procuro estar tão forte em Novembro ou Dezembro, mudei a minha forma de treinar. Além disso, agora tenho mais experiência, e isso notou-se este ano. Antes, cometia erros, é algo que acontece quando és ambicioso. Mas nesta temporada não senti tanto stress”, resumiu.

A ambição não abandonou, no entanto, Pogacar, que ontem, em Isola 2000, somou a quarta vitória nesta edição da Volta a França – a 15.ª da carreira na prova – e a 10.ª em grandes Voltas nesta temporada, já que conquistou seis rumo ao triunfo final no Giro.

“Desde a [quarta] etapa do Gali-



STEPHANE MAHE/REUTERS

Tadej Pogacar somou a quarta vitória nesta edição do Tour

bier, tenho a corrida sob controlo, passei toda a segunda semana sem pressão”, admitiu, após vencer num local que escalou umas 15 vezes só este ano, durante os treinos.

Vingegaard aceita a derrota

O camisola amarela pensava que Vingegaard iria atacar, depois de a Visma-Lease a Bike ter enviado homens para a fuga, mas depois percebeu que apenas procuravam a vitória de etapa com Jorgenson. “Tinha de procurar o triunfo, porque a Visma colocou-nos sob muita pressão e tinha de recompensar o trabalho da minha equipa”, declarou, reconhecendo que estava preparado para abdicar da etapa a favor de

Simon Yates (Jayco-AlUla), irmão gémeo do seu colega Adam, se fosse ele o último dos fugitivos que tinha pela frente.

Quanto a Vingegaard, só agora percebeu que a luta pela camisola amarela acabou, assumindo finalmente a derrota. “A luta pela vitória final terminou, mas a defesa do segundo lugar, não”, venceu o “derrotado” líder da Visma-Lease a Bike, que no alto de Isola 2000 foi consolado por colegas de equipa e pela mulher, Trine.

Apesar de ter repetido insistentemente que estava progressivamente a sentir-se melhor durante o Tour e que esperava melhorar a sua forma até à alta montanha, ontem Vingegaard recordou que era uma possibilidade “pagar” na última semana do Tour pela queda sofrida no País Basco.

A quarta posição, logo a seguir a Remco Evenepoel (Soudal Quick-Step), continua a ser ocupada pelo português João Almeida (UAE Emirates), que ontem foi 7.º na etapa (a 2m00s de Pogacar) e que na geral está a 15m07 do camisola amarela e companheiro de equipa. **Lusa**

Se soubesse que podia ter um cancro, retirava uma parte do corpo?

A história de como a descoberta de um cancro muda uma família. **Uma grande reportagem de Teresa Firmino para ver em publico.pt**

Adeus,
meu
estômago



Uma história traçada pela superação.



COLECÇÃO EM CAPA DURA
VOL. 2
+14,90 €*
EM BANCA
COM O PÚBLICO
P

COLECÇÃO **NOVELA GRÁFICA VIII** - EDIÇÃO QUINZENAL

LIVRO 2 - O JOGO DA MORTE

De Pepe Gálvez e Guillem Escriche

No dia 9 de Agosto de 1942, em Kiev, disputou-se *O Jogo da Morte*, onde jogadores desnutridos do Dínamo e Lokomotiv Kiev desafiaram os ocupantes nazis. Com um texto de Pepe Gálvez e desenhos realistas de Guillem Escriche, esta novela gráfica revela detalhes inéditos da luta pela dignidade face à repressão nazi. A equipa ucraniana enfrentou ameaças, mas as suas vitórias morais abalaram a propaganda nazi, tornando este jogo um símbolo de resistência.

COMPRE AQUI



loja.publico.pt

*Colecção de 11 livros em capa dura. PVP unitário: vols. 3, 5, 8, 9 e 11: 13,90 €; vols. 1, 2, 7 e 10: 14,90 €; vols. 4 e 6: 15,90 €. Preço total da colecção: 160,90 €.
Periodicidade quinzenal às sextas, entre 5 de Julho e 22 de Novembro de 2024. Stock limitado.

BARTOON LUÍS AFONSO



Alemão é a sétima pessoa a eliminar o vírus da sida

Marta Sofia Ribeiro

O novo caso de remissão do VIH tem particularidades genéticas que podem alargar as estratégias de eliminação do vírus

Um alemão, que prefere manter o anonimato, é a sétima pessoa no mundo a eliminar o vírus da imunodeficiência humana (VIH) desde os anos 1980, quando a epidemia da sida teve início. “Uma pessoa saudável tem muitos desejos, uma doente só tem um”, confessou o alemão, citado num comunicado da 25.ª Conferência Internacional da Sida, que decorrerá em Munique de 22 a 26 de Julho.

Quando se fala aqui em “cura”, fala-se em remissão prolongada do vírus – neste caso, o paciente deixou de tomar os medicamentos anti-retrovirais para controlar o VIH em 2018 e, até à data e após múltiplas análises, não há vestígios do vírus no corpo. O seu caso será apresentado na conferência de Munique por Christian Gaebler, médico e cientista do Charité-Hospital Universitário de Berlim.

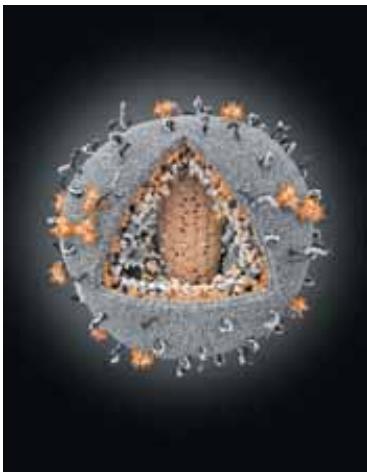
Tudo começou em Outubro de 2015, quando este homem recebeu um transplante de células estaminais

da medula óssea para tratar uma leucemia mielóide aguda. Todos os pacientes antes curados passaram pelo mesmo processo, mas com uma diferença.

Até agora, em cinco dos seis casos de sucesso, os dadores das células estaminais tinham uma determinada mutação em ambas as cópias de um gene que comanda o fabrico de um receptor (a proteína CCR5) à superfície dos linfócitos T, células imunitárias. No gene sem essa mutação, esse receptor é a porta de entrada do VIH nos linfócitos T, mas com a mutação, muito rara, a porta fica trancada.

No entanto, as células estaminais transplantadas para este novo paciente tinham apenas uma cópia do gene com essa mutação. “Este parece ser o primeiro caso de cura do VIH em que o dador das células estaminais tinha a mutação [que lhe dá resistência ao vírus] numa única cópia do gene, e não nas duas – a mutação CCR5-delta 32 –, facto que poderá ter implicações promissoras no futuro ao ampliar as estratégias de cura do VIH”, frisa o comunicado.

Esta aparentemente ligeira diferença sugere assim a possibilidade de “ampliar o grupo de dadores” de células, frisa uma notícia da revista *Forbes* sobre o caso. Apenas 1% da



Modelo 3D do VIH

população europeia tem esta mutação nas duas cópias do gene da proteína CCR5; o número aumenta para 16% quando se fala da mutação em apenas uma cópia do gene. “Estas pessoas podem ficar infectadas pelo VIH, mas o vírus geralmente progride de forma lenta, mesmo que não recebam tratamentos anti-retrovirais”, explica ainda o comunicado.

Porém, como a remissão ocorreu sem recurso a medicação anti-retroviral, isso faz acreditar que o paciente não voltará a ter vestígios do vírus.

Importa ainda explicar claramente

que este “tratamento” para o VIH não poderá ser aplicado a qualquer doente e, por isso, estes casos continuarão a ser poucos – mas, ainda assim, podem vir a moldar as próximas investigações na busca de uma cura.

Todos os pacientes que eliminaram o VIH do corpo tiveram cancro já depois da infecção pelo vírus, o que obrigou a um transplante de células estaminais. Ora isso não é viável para qualquer pessoa: o transplante de células estaminais é perigoso, pelo que não seria ético recomendá-lo sem um outro problema de saúde.

Em 2022, a Organização Mundial da Saúde estimava que 39 milhões de pessoas viviam com o VIH e que 630 mil tinham morrido devido a complicações relacionadas com o vírus.

Pacientes já curados

O sétimo paciente em remissão prolongada do VIH tem sido identificado como o “novo paciente de Berlim”, uma referência a Timothy Ray Brown, o “paciente de Berlim”, a primeira pessoa no mundo a ficar curada do vírus. Timothy Brown morreu em 2020 com cancro.

Depois, em 2019, soube-se do “paciente de Londres”, Adam Castillejo, que foi curado com a mesma técnica aplicada a Timothy Ray

Brown: o transplante de células estaminais da medula óssea.

Seguiu-se, em 2022, Paul Edmonds, o “paciente da Cidade da Esperança” (nome do centro médico onde foi tratado, em Los Angeles), a pessoa mais velha a entrar em remissão, aos 66 anos, e que tinha sido diagnosticada com o VIH em 1988.

A “paciente de Nova Iorque” terá ficado curada em 2022, depois de um transplante de células estaminais – desta vez, a partir do sangue do cordão umbilical. E, em Fevereiro de 2023, foi divulgado o caso de Marc Franke, o “paciente de Düsseldorf”, também diagnosticado com leucemia mielóide aguda e curado depois do transplante de células estaminais.

O “paciente de Genebra” era, até agora, o caso mais recente de remissão prolongada. Este homem suíço, que também tinha leucemia e foi submetido a um transplante de células estaminais, tem uma particularidade que o diferencia dos outros: não há mutação do gene CCR5 nas células do dador, o que significa que elas continuam permissivas ao VIH e, por isso, os cientistas avaliam este caso (que também deixou de tomar os anti-retrovirais) com cautela. Desde Novembro de 2021 que não há vestígios do vírus no seu corpo.

João Miguel Tavares interrompe esta semana a habitual coluna de última página. Regressa na próxima terça-feira, dia 23

P PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

12497
5 601073 016070

Assine o PÚBLICO e receba 3 meses grátis de acesso à FILMIN

Assista ao cinema que muda tudo

CONTACTE-NOS: assinaturas.online@publico.pt • 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

ASSINE JÁ

publico.pt/assinaturas